

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE**

ARIADNE SÍLVIA DE FARIAS



**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CHEGA DE BARCO
NA VILA DE PESCADORES DA BARRA DO SUPERAGUI**

FRANCISCO BELTRÃO/PR

2009

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
UNIOESTE**

ARIADNE SÍLVIA DE FARIAS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CHEGA DE BARCO
NA VILA DE PESCADORES DA BARRA DO SUPERAGUI**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Geografia da UNIOESTE - Francisco Beltrão, na linha de pesquisa Dinâmica, Utilização e Preservação do Meio Ambiente.

Sob orientação do Prof^a. Dr^a. Mafalda Nesi Francischett.

FRANCISCO BELTRÃO/PR

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil)

F224e Farias, Ariadne Sílvia de
A educação ambiental chega de barco na vila de pescadores da Barra so Superagui / Ariadne Sílvia de Farias. - Francisco Beltão, 2009
146 p.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mafalda Nesi Francischett

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2009.

1. Educação ambiental. 2. Unidades de conservação - Educação ambiental. 3. Barra do Superagui - Guaraqueçaba (PR) - Vila de Pescadores - Educação ambiental. 4. Parque Nacional do Superagui - Guaraqueçaba (PR). I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 574.5
333.72098162
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – NÍVEL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CHEGA DE BARCO NA VILA DE PESCADORES DA
BARRA DO SUPERAGUI

Autor: Ariadne Silvia de Farias

Orientadora: Profª. Drª. Mafalda Nesi Francischett

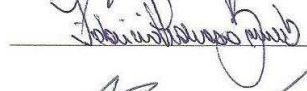

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Ariadne Silvia de Farias e
aprovada pela comissão julgadora.

Data: 17 / 07 / 2009

Assinatura:



Comissão Julgadora:



Esta dissertação de mestrado é dedicada:

Aos moradores da Barra do Superagui.

À população caiçara que resiste às dificuldades pregadas pela velocidade das técnicas, seguindo com o seu tempo lento e hábitos tradicionais, cujo conhecimento e saberes empíricos são fundamentais para a conservação e preservação do Patrimônio Socioambiental do PARNA do Superagui. E a todos os brasileiros, para que um dia os impostos que financiaram a bolsa para o desenvolvimento desta pesquisa retornem em oposição à lógica do desenvolvimento a todo custo que (n)os oprime.

RAZÃO

&

EMOÇÃO

Aos meus pais, Silvio e Luiza,
e ao meu irmão Adilson (*in memoriam*),
pelo amor incondicional, pela dedicação e estímulo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com carinho, aos caiçaras da Barra do Superagui, pessoas especiais para mim, que para além da neutralidade científica (pretensão difícil de alcançar), trouxeram outro significado à concepção de mundo postulada pela sociedade “pós-moderna”. Em especial, aos senhores Laurentino, Alcides, José Squenine, Antonio Cardoso, Pedro Miranda, Eleutério, Valdomiro, Carlos, Carlinhos, Ivair, Turcalho e Diego, pela amizade, pelos Fandangos e pelas histórias contadas. E às senhoras Sandra, Floriza, Luciana e Mada, pela amizade e acolhida durante os trabalhos de campo.

Em especial à professora Mafalda Nesi Francischett, pela orientação e paciência, pelo apoio, contribuições e trocas de experiências, pela confiança e amizade. Ao Prof. Dr. Fabrício Pedroso Bauab e ao Prof. Dr. Antonio Cezar Leal pelas contribuições e por aceitar, gentilmente, o convite para análise e avaliação desta dissertação.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIEOSTE/Campus de Francisco Beltrão, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade de realizar o Mestrado em Geografia, e à secretária do Programa, Andréia, pela amizade, estímulo e cooperação. Aos docentes, Marcos Aurélio Saquet, Marcos Henrique Broietti (*in memoriam*) Luiz Carlos Flavio, Fernando dos Santos Sampaio, Rosana Biral, Beatriz Rodrigues Carrijo, Roseli Alves dos Santos, Luciano Zanetti Pessoa Candiotto e Edson Belo Clemente de Souza, e aos funcionários da Instituição, pelo estímulo e amizade, pela cooperação e trocas de experiências.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro e à Reitoria de Pesquisa e Extensão da UNIOESTE por disponibilizá-lo, recurso que foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) pela autorização para desenvolver esta pesquisa no Parque Nacional do Superagui, através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

Em especial, aos meus pais, Silvio e Luiza, pelo amor incondicional, e à amizade sincera de Sophia, Clessíula (Creca), Gica, Lise, Bela, Pri, Sol, Ange, Adri, Paulinho, Gefe, Dino, Merísio, Serginho, Jônatas, Alex, Julio, Raul, Jean, Poli, Kito, Mister e Zé, que sempre me apoiaram de forma expressiva em todos os momentos. E, finalmente, aos irmãos de coração Antonio (Lampa) e Andrew (Berzon) pela amizade sincera e pelas inúmeras caronas à rodoviária.

Vietnã



Sudão



A Contracultura



Hippies



Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único. Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta; a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia.

Milton Santos

SUPERAGUI

*A imensa praia
Tinge-se em branco
Em lânguidas dunas
Vão em serpenteios...*

*Pessoas correm zombeteiros
A raça que concluir veio
O sangue confuso dos antepassados
Vindos ao superagui*

*Os rios que grandes gargantas
Se levantam
No espalmar das águas
Se balançam*

*As suas sombras
Feito n'água encoberta
Numa cascata ereta
Caindo dos altos das grandes colinas
Deslizante repentina
Águas dos montes
Que cirandam como meninas...*

*Superagui
Que aqui num lugar vago
De beleza se veste
Entre rainhas e magos
Resplandece*

*Despontando-te
Magnífica e imponente
Como guerreiros valentes
Num céu aberto amplamente*

Samuel Dina

O Poeta do Superagui

RESUMO

Esta dissertação levanta elementos para se discutir o processo de Educação Ambiental (EA) nas Unidades de Conservação (UC), através do diagnóstico das práticas que contemplam a EA na Barra do Superagui. Considera-se a dinâmica socioambiental peculiar da vila de Pescadores como forma de avaliar as necessidades e as propostas educativas adotadas junto à comunidade local, no contexto de valorização social, de conservação e de preservação do patrimônio histórico, cultural e natural do Parque Nacional (PARNA) do Superagui. Para tanto, a presente pesquisa está pautada no estudo de caso enquanto procedimento metodológico, considerando que a observação é o principal recurso de investigação. Procurou-se apoio no estudo de caso, com o propósito de analisar como as atividades de EA refletem e/ou transformam a relação entre os indivíduos da comunidade da Barra do Superagui. Os resultados destacam-se através dos relatos dos moradores da Ilha, evidências da falta de eficiência da gestão ambiental da UC em questão, bem como das atividades de EA propostas pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) junto à comunidade local. A partir das observações de algumas práticas que ocorreram durante os trabalhos de campo, e segundo os relatos dos moradores, percebe-se que, na maioria das vezes, as instituições que fomentam a EA na Barra do Superagui desconhecem a realidade socioambiental local e/ou não consideram os aspectos socioculturais peculiares da população tradicional caiçara. Portanto, faz-se necessário (re)pensar as propostas educativas implementadas tanto pelas ONGs como pelo órgão gestor da UC. Neste sentido, acredita-se que os princípios e conceitos postulados pela EA Emancipatória são eficientes e devem ser creditados aos programas educativos que buscam melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais inseridas em UCs, como é o caso dos caiçaras da Barra do Superagui.

Palavras-chave: Educação Ambiental Emancipatória. Estudo de Caso. Barra do Superagui.

ABSTRACT

This dissertation consists in a case study that aims to make a diagnosis of practices that include the Environmental Education (EE) in *Barra do Superagui*. In order to get elements to discuss the process of EE in Conservation Units (CU), it is considered the peculiar social dynamic of the fishermen village as a way to assess the needs and educational proposals adopted at the local community in the context of social valorization and the historical, cultural and natural conservation of the *Superagui* National Park. Thus, the research is proposed based on the case study as a methodological procedure, whereas the observation is the main resource of investigation. It supported this methodological procedure in order to examine how the EE activities reflect and/or transform the relationship between individuals of the *Barra do Superagui* community. The results obtained from this study stand out through the reports of the island residents, during the conversations and interviews made in the field. They revealed the lack of efficiency of environmental management of the CU in question as well as the EE activities proposed by Non Governmental Organizations (NGOs) to the local community. From the observations of some practices that occurred during the field work, and according to reports from residents, they revealed that in most cases the institutions which promote the EE in *Barra do Superagui* do not know the local social-environmental reality and/or do not consider the peculiar sociocultural aspects of the traditional *caiçara* culture. Therefore, it is necessary to rethink the educational proposals implemented by both the NGOs and the national manager of UC. Accordingly, it is believed that the principles and concepts postulated by EE emancipation are efficient and should be given credit to the educational programs that seek for improvement in the life quality of the traditional populations inserted in CU, such as the *caiçaras* of *Barra do Superagui*.

Key-words: Environmental Education. Case Study. Barra do Superagui.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CARTA IMAGEM 1 – Localização do Parque Nacional do Superagui.....	77
FIGURA 1 – Autoretrato de Guillaume Henri Michaud (Willian Michaud).....	79
MAPA 1 – Principais unidades geológicas do PARNA do Superagui	83
MAPA 2 – Classificação Climática do Paraná segundo Köppen	85
MAPA 3 – Unidades de Conservação Federal do Brasil PARNA do Superagui.....	138

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 – Princípios epistemológicos e pedagógicos da complexidade ambiental conforme Leff (2007)	50
QUADRO 2 – Os quatro eixos destacados por Loureiro (2006) para a concepção de Educação Ambiental	55
TABELA 1 – Faixa etária dos entrevistados	93
TABELA 2 – Local de origem dos entrevistados	93
TABELA 3 – Formação educacional dos entrevistados.....	94

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 – Sede do IBAMA na Barra do Superagui / PARNA do Superagui	68
FOTO 2 – Visão da Mata Atlântica do Parque Nacional do Superagui/PR	82
FOTO 3 – Violeiros durante o fandango no Bar Akdov	89
FOTO 4 – Moradores locais e visitantes festejam o fandango no Bar Akdov	90
FOTO 5 – Lixo no Parque: um dos problemas mais graves da Ilha	91
FOTO 6 – Lixo no Parque: um dos problemas mais graves da Ilha	91
FOTO 7 – Barra do Superagui (vila de Pescadores) / PARNA do Superagui	97
FOTO 8 – Resíduos sólidos dispostos aos fundos de uma residência da vila	99
FOTO 9 – Dois mico-leão-de-cara-preta (um à direita e outro à esquerda	99
FOTO 10 – Material reciclável coletado, armazenado na sede do IBAMA	100
FOTO 11 – Material reciclável coletado, armazenado na sede do IBAMA	100
FOTO 12 – Moradoras durante a oficina de artesanato com pigmentos naturais	105
FOTO 13 – Pigmentos naturais fornecidos pela Troupe do Saci	106
FOTO 14 – Colheres de madeira com o trabalho de verniz e pintura	106
FOTO 15 – Crianças e adolescentes assistindo a peça teatral “Papo no Brejo”	107
FOTO 16 – O lixo no brejo: representação da poluição do córrego d’água	108
FOTO 17 – Lixeiras para a separação do lixo reciclável	109
FOTO 18 – Crianças na Oficina “Lixo-Arte na Barra do Superagui”	111
FOTO 19 – Preparo da embalagem para confeccionar a máscara.....	112
FOTO 20 – Crianças participantes da oficina “Lixo-Arte” na Barra do Superagui	113

FOTO 21 – Crianças e oficinairos sentados no chão durante os trabalhos	114
FOTO 22 – Mestre de sala marca o batido durante o fandango no Bar Akdov	119
FOTO 23 – Jovens tocando os instrumentos típicos do fandango no Bar Akdov.....	121
FOTO 24 – Turistas durante o passeio à Praia Deserta, na Barra do Superagui	127
FOTO 25 – Turistas fotografando os barcos dos pescadores da Barra do Superagui .	129

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

COOPERGUARÁ ECOTUR – Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba

EA – Educação Ambiental

EIA – Estudos de Impacto Ambiental

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBPEX - Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão

IBUC – Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPARDS – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas e Educação Ambiental

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONG – Organização Não Governamental

PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais

PARNA do Superagui – Parque Nacional do Superagui

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

REBIA – Rede Brasileira de Informação Ambiental

REDEPROUC – Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação

RIMA – Relatório de Estudos de Impacto Ambiental

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental

UC – Unidade de Conservação

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNCED - United Nations Conference on Environment and Development

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
I – A COMPLEXIDADE ANALÍTICA E A TEMÁTICA AMBIENTAL	23
Concepção de natureza: enfoque da Ciência Geográfica	23
II – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA	36
Momentos importantes da história da Educação Ambiental	36
Desafios contemporâneos da Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil ..	39
Alguns olhares sobre a Educação Ambiental	48
Unidades de Conservação e o papel dos Parques Nacionais: a entrada no caso do Superagui	57
O papel do IBAMA no Parque: Gestão e Educação Ambiental na Barra do Superagui	67
III – O CASO DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI.....	76
Parque Nacional do Superagui: Patrimônio Histórico-Cultural e Natural da Humanidade	76
Aspectos da Educação Ambiental na Barra do Superagui	88

IV – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CHEGA DE BARCO NA BARRA

DO SUPERAGUI	96
Primeiras impressões: reconhecimento da área de estudo	96
Principais atividades de Educação Ambiental na Barra do Superagui	103
Tentativas de trabalhar a Educação Ambiental	110
A cultura caiçara: o Fandango na Barra do Superagui	119
O papel do turismo na Barra do Superagui	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
BIBLIOGRAFIA	136
ANEXOS	145



Guillaume Henri Michaud (Willian Michaud)
(1829 - 1902)
Planta Epífita amarela, família das *orquidáceas*
(Aquarela com realces de guache e verniz)

INTRODUÇÃO

O imaginário e a identidade popular têm revelado, através dos processos antrópicos de alteração do meio, uma relação dialética de transformação pelo mesmo ambiente. Pedroso e Sato (2007) consideram que cultura, costumes, histórias e mitos particulares, em diferentes fases históricas caracterizaram os estabelecimentos humanos regionais e suas relações intrínsecas com a natureza. A sociedade ocidental utilizou, ao longo do tempo, métodos predatórios que marcaram a ocupação e apropriação de territórios, trazendo dúvida à sustentabilidade, sobretudo às populações tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais para sua sobrevivência. Considerando, também, o acentuado crescimento urbano-industrial que despertou maior interesse nos ecossistemas, tanto por sua valoração

ecológica quanto pelo benefício econômico imediato a partir da exploração dos recursos naturais.

O interesse por áreas naturais surge devido às questões ecológicas decorrentes da exploração bem como das mudanças ocorridas na sociedade capitalista. Transformadas em propriedade, terras federais, ou espaço público e regulamentadas por uma política preservacionista, estas áreas distanciam-se da dinâmica histórico-cultural e socioambiental das populações de entorno ou que nelas estão inseridas. Esta concepção reafirma a dicotomia entre o homem e a natureza, ratificada no ato de conservar e preservar determinada área (Área de Proteção Ambiental – APA) e impondo limites à ocupação destes territórios regidos por legislação específica. Assim foram criadas, no Brasil, áreas denominadas de “Unidades de Conservação” (IBAMA, 1989, p.01), visando garantir minimamente a conservação e preservação de amostras destes ecossistemas. As áreas naturais protegidas demonstram uma tentativa de preservação e conservação dos recursos ambientais adotados no mundo.

No Brasil, segundo Cabral e Souza (2005), esses territórios se constituem como um dos instrumentos preconizados pela Política Nacional do Meio Ambiente (Brasil, 1981a), cujo objetivo fundamental é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico (Art. 4º, I), buscando a sustentabilidade ambiental. O propósito da sustentabilidade baseia-se na pretensão de harmonizar o desenvolvimento com a proteção ambiental, permitindo, ao longo do tempo, a permanência de características ambientais no sistema sócio-político. No entanto, verifica-se, facilmente, que o debate sobre sustentabilidade tem sido travado a partir de arranjos analíticos socialmente vazios.

As áreas naturais protegidas surgiram numa época quando se reforçava uma concepção biocêntrica das relações sociedade-natureza, ou, conforme Diegues (2001) o “neo-mito” da natureza intocada, e, se revelou na criação dos parques nacionais norte-americanos, na metade do século XIX, onde porções do território consideradas “intocadas” foram transformadas em áreas naturais protegidas, nas quais não poderia haver morador. Essa concepção, no entanto, não se aplicou nos países tropicais como o Brasil, onde as florestas são habitadas por grupos humanos que se desenvolveram secularmente em

consonância com a natureza, caracterizados por modos de vida específicos, e com significativa dependência dos recursos naturais renováveis.

No Brasil, um número crescente de estudos vêm demonstrando que as populações tradicionais das Unidades de Conservação (UCs)¹ apresentam um profundo conhecimento do ambiente em que vivem. Este conhecimento, adquirido culturalmente, pode ser considerado nas propostas de Educação Ambiental (EA)², pois, através dele, é possível formar parcerias que possam subsidiar alternativas viáveis e politicamente sérias de manejo participativo. Portanto, considera-se fundamental o diálogo entre o conhecimento do ambiente físico e do antrópico para assegurar a sobrevivência biológica e histórico-cultural das áreas naturais protegidas.

Nesta perspectiva, ao fomentar atividades de EA em UCs torna-se imprescindível a elaboração de projetos que considerem a realidade local de acordo com a interação homem-natureza, bem como as peculiaridades do ecossistema natural, através da relação entre os aspectos físicos e biológicos, estruturais e funcionais com as dimensões sociais e econômicas a ele relacionadas. Os princípios da EA se ajustam às premissas dos estudos da cultura e tradição dos povos e da ecologia dos ambientes habitados, “[...] uma vez que ambos estão envolvidos com a conservação da diversidade de grupos culturais e, por extensão, da diversidade biológica, por meio da compreensão, valorização e difusão dos conhecimentos e práticas tradicionais” (PEDROSO JR e SATO, 2007, p.01).

O conceito de EA tem evoluído, as propostas e projetos tornaram-se mais abrangentes, ligados à educação e voltados para a conservação da natureza enquanto prática social. Mas, apesar de todos os esforços de sensibilização, a sociedade tem mantido uma posição antropocêntrica em relação ao ambiente, apropriando-se dos recursos naturais e mantendo padrões de consumo insustentáveis. Outrora, para que as UCs cumpram sua função faz-se necessário a utilização de processos educativos a partir das populações locais, “[...] uma vez que é através da cultura em sua dimensão material e simbólica que o ser humano estabelece sua relação com a natureza” (PEDROSO JR e SATO, 2007, p.01). Relação esta, que instiga a busca compreensão da complexa relação socioambiental da

¹ A partir daqui, utilizar-se-á UCs para se referir às Unidades de Conservação (plural) e UC (singular).

² Da mesma forma, a partir daqui, utilizar-se-á, EA para fazer menção à Educação Ambiental.

Barra do Superagui, também conhecida como Ilha do Superagui (ou, ainda, vila de Pescadores), no Parque Nacional do Superagui (PARNA do Superagui³).

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (litoral Norte do Paraná), onde está localizado o Parque Nacional do Superagui, representa atualmente o maior remanescente de Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica) do Brasil. O Parque encontra-se relativamente isolado geograficamente, acentuado pela dificuldade de acesso (somente através de embarcações) e pouco povoado, caracterizando a baixa densidade demográfica (cerca de 4 hab/km²). Nas últimas três décadas esta região tem passado por uma intensificação nos processos de transformação nas dinâmicas socioeconômica, cultural e ambiental. Assim, a limitação do acesso das comunidades locais aos recursos naturais, decorrente da criação de uma UC de Proteção Integral, é justificada pela tentativa de conter estas transformações impulsionadas pelo modo de produção capitalista da sociedade atual. No entanto, verifica-se que o discurso para a sustentabilidade das áreas protegidas tem se pautado em concepções e diagnósticos baseados em olhares técnicos, alheios à dinâmica da sociedade, reproduzindo noções equivocadas que “(...) não contemplam a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos territorializados (...)” (ACSELRAD, 2003, p.37).

Considerando as premissas postuladas por Acselrad (2003), entende-se que a dinâmica socioambiental de uma comunidade inserida em uma UC é um elemento fundamental para a sustentabilidade e para a gestão ambiental eficiente dos recursos naturais da área que se propõe a conservar e proteger. Assim, esta pesquisa tem por objetivo apresentar um diagnóstico das práticas que contemplam a EA na comunidade da Barra do Superagui, com intuito de levantar elementos úteis para se discutir o processo de EA nas UCs, considerando a dinâmica socioambiental da comunidade local. No sentido de entender como acontece a manutenção da diversidade biológica e sociocultural, procurou-se evidenciar os saberes locais, através dos relatos e das histórias dos sujeitos que vivem na Ilha e a relação com os elementos biofísicos do PARNA do Superagui.

³ A partir daqui utiliza-se PARNA do Superagui para fazer menção ao Parque Nacional do Superagui, conforme a sigla comumente utilizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) à categoria de Parque Nacional, estabelecida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O propósito fundamental deste trabalho se concentra no diagnóstico da EA na Barra do Superagui como forma de avaliar as necessidades e as propostas educativas, sobretudo, no que se refere às práticas adotadas junto à comunidade, no contexto de valorização social, de conservação e de preservação do patrimônio histórico, cultural e natural da Ilha. Para tanto, procurou-se abordar em primeiro momento, a temática ambiental, enfocando a categoria natureza a partir das contribuições de Friedrich Ratzel, uma vez que o projeto da obra ratzeliana é importante na busca pela compreensão da totalidade das relações travadas entre a história dos homens e a história do planeta, que, também passa a ser a defesa de Morin (2003) quando defende a teoria da Complexidade. Em seguida, no segundo capítulo, discutem-se aspectos referentes aos momentos mais importantes da trajetória do movimento ambientalista e da EA. Os desafios contemporâneos da Política Nacional de EA e às novas perspectivas sobre as práticas educativas para o meio ambiente, através da abordagem da teoria da complexidade de Morin (2000) e Leff (2007; 2001) e da concepção da EA Emancipatória de Loureiro (2006), Layrargues (2006) e Ruscheinsky (2002); e, referentes às UCs, enfocando o papel dos Parques Nacionais na conservação da natureza.

No terceiro capítulo, apresenta-se aspectos característicos históricos-geográficos sobre o PARNA do Superagui, trazendo relatos dos processos socioeconômicos, culturais e ambientais da Barra do Superagui, apresentando o contexto em que foram trabalhadas as atividades de EA na Ilha. Por fim, no quarto capítulo, foram relatadas as práticas de EA fomentadas e realizadas na área de estudo, em 2007, 2008 e 2009. Para isso, considerou-se a manifestação cultural da população local e a relação com a atividade turística existente. Ao considerar os programas da EA Emancipatória sob o viés da gestão da UC, com enfoque à EA informal, é importante ressaltar a valoração dos conhecimentos tradicionais e da cultura local, aspectos que estão fortemente vinculados ao cotidiano da vila e rege as relações sociais ali estabelecidas. Sobre os elementos da cultura caiçara, procurou-se relatar o seu contexto histórico, bem como a realidade que permeia o cotidiano dos moradores da Ilha do Superagui.



Guillaume Henri Michaud (Willian Michaud)
(1829 - 1902)
Planta de folhas vermelhas no jardim
(Aquarela com realces de guache e verniz)

I – A COMPLEXIDADE ANALÍTICA E A TEMÁTICA AMBIENTAL

Concepção de natureza: enfoque da Ciência Geográfica

A temática ambiental, bem como a preocupação da relação homem-natureza, adquiriu importância e ocupa lugar destacado no rol de interesses das mais diversas organizações sociais da atualidade. Nas últimas décadas, têm-se notado diversas concepções e práticas adotadas a respeito deste assunto e, igualmente, são diversos os grupos sociais envolvidos na discussão acerca das problemáticas ambientais. Alguns segmentos sociais levantam a “bandeira ecológica” para autopromoção (*marketing ecológico*), como algumas instituições não-governamentais e empresas privadas, por

exemplo. A fundamentação da máxima ecológica acerca da relação do homem “moderno” com os elementos biofísicos do ambiente em que está inserido aponta para a direção de um pensamento único sobre a questão ambiental. Isto evidencia que “[...] este pensamento está embasado em uma matriz filosófica fundamentalmente cartesiana-racionalista, que predomina nas sociedades ocidentais” (CATTANEO, 2004, p.11).

No entanto, existem diferentes caminhos para se fazer a leitura sobre a relação sociedade e natureza. Leff (2007) levanta a questão sobre a exteriorização do saber ambiental, apontando para a possível abertura da linha teórica e da extensão lógica de um método de pensamento. Ou seja, a possibilidade de “[...] uma nova compreensão que anularia ou superaria o valor epistemológico da abordagem anterior” (LEFF, 2007, p.10) acerca do saber ambiental. No âmbito das ciências, a temática ambiental tem estado presente, sendo tratada de forma diversa, de acordo com os diferentes momentos históricos que caracterizam o desenvolvimento do conhecimento científico. Vale destacar que a Geografia, “[...] ao lado de outras ciências, desde sua origem tem tratado de perto a temática ambiental, elegendo-a, de maneira geral, uma de suas principais preocupações” (MENDONÇA, 2007, p.08).

Enquanto que nem todas as ciências tiveram a mesma preocupação ambientalista durante sua evolução e é bastante interessante mencionar a mudança, visto que, na atualidade, a temática ambiental vem recebendo atenção de quase todas, senão de todas as ciências. Observando a história da evolução da ciência moderna, não resta dúvida de que a Geografia é a ciência que se propõem ao estudo da relação entre os homens e a natureza do planeta, remetendo-se ao cunho ambientalista desde sua formação. Contudo, não se pretende dizer que a Geografia é a única ciência capaz de dar conta, por seus próprios métodos, de toda a problemática que envolve o conhecimento e análise do meio ambiente – visto que meio ambiente na atualidade, ratificando a idéia de Mendonça (2007), é propalado na perspectiva que engloba o meio natural e o social.

Na evolução do pensamento geográfico aparecem inúmeros geógrafos que legaram importantes contribuições científicas para a compreensão dos aspectos ambientais do planeta. Entre eles Friedrich Ratzel, que “[...] embora tenha se destacado pela proposição da análise geopolítica – deu continuidade à produção geográfica, seguindo um rumo da linha de Humboldt e Ritter [...]”. (MENDONÇA, 2007, p.25). A emergência e o

desenvolvimento da Geografia acadêmica enquanto apoio para a consolidação do Estado germânico em formação, em meados do século XIX, é um aspecto epistemológico que não será abordado nesta oportunidade. No entanto, há apontamentos de que já naquele período embrionário da Geografia moderna, a preocupação com o quadro natural (ambientalismo) era usada como forma de dominação.

Vale salientar que a expressão “determinista” tem emprestado conteúdo para a contribuição de Ratzel à Ciência, sobretudo à Geografia. “[...] Contudo, cremos que ela expressa, talvez, somente um aspecto da real contribuição acerca da relação sociedade-natureza que a sua obra angariou atingir” (BAUAB, 2005, p.87). O projeto da obra ratzeliana delineava a busca pela compreensão da totalidade das relações travadas entre a história dos homens e a história do planeta. “[...] Em verdade, como afirma Ratzel (1990), a Geografia seria a ciência que deveria estudar a Terra ligada, como está, ao homem [...]” (BAUAB, 2005, p.87). Haveria, portanto, em Ratzel (1990) um olhar para a existência de um “complexo Terra”, a partir de conexões entre diferentes sistemas, formando uma totalidade que abraça os mais variados elementos sociais e naturais.

E é justamente esta concepção holoceica⁴ de Ratzel que se pretende abarcar, considerando que a ciência ratzeliana tem grandes contribuições para os estudos que permeiam a temática e problemática ambiental da atualidade. Para tanto, em primeiro momento, a proposta é levantar o conceito de natureza e a abordagem de território postulada por Ratzel e que serviu como base teórica norteadora para inúmeros trabalhos na Geografia.

Como revela Cazarotto (2000), leitor assíduo, e também estudante do grego e latim, Ratzel começou sua carreira profissional como farmacêutico. Entretanto, contrariando seus pais, ingressou na carreira científica, tornando-se zoólogo, naturalista, etnógrafo, jornalista, historiador e geógrafo. Entre suas principais obras, destaca-se a “Antropogeografia”, seu primeiro grande trabalho. Considerada a importância desta obra para a Geografia, bem como para outras ciências. Quanto à relação sociedade/natureza ao longo da história é perceptível que:

[...] a humanidade vai se apegando cada vez mais à Terra, harmoniza-se cada vez mais com ela e se multiplica, estabelecendo com a Terra um

⁴ A concepção holoceica, segundo o pensamento ratzeliano, refere-se a um raciocínio “abraçador de toda a terra”.

contato cada vez mais íntimo e utilizando com mais habilidades as condições dadas (RATZEL, 1990, p.47).

Percebe-se, em suas palavras, que os espaços terrestres, considerados como “habitação do gênero humano”, não são imutáveis, considerando que o homem modifica suas relações com estes espaços, ainda que, como Ratzel afirma, de maneira cada vez mais harmoniosa, mediante novos meios que busca para si (por exemplo, as comunicações), mas, também, pelas implicações que a Terra sofre em sua própria dinâmica natural. Segundo Carvalho (1999), para Ratzel, a Geografia é antes de tudo uma ecologia. Essa ecologia (inspirada em E. Haeckel) se distingue, no entanto, da perspectiva biologista, ao direcionar os esforços de suas preocupações no sentido da compreensão das dinâmicas humanas.

Friedrich Ratzel postulava a idéia de uma ciência com referência de totalidade: a *Biogeografia*. Esta visava entender as conexões dos sistemas do Complexo Terra, pretendia um entendimento sistêmico que englobasse todo o planeta. Como ramo da Biogeografia, Ratzel criou a *Antropogeografia*, cuja preocupação relacionava-se aos componentes físico-geográficos e histórico-antropológicos da difusão do homem sobre a Terra (CAZAROTTO, 2000, p. 45).

O seu raciocínio “abraçador de toda a Terra” ou sua concepção hologeica diferia em certos aspectos quanto a Ecologia Geral e a Geografia Humana da época, pois a Ecologia Geral de Haeckel era mais restrita à fauna e à flora, e a Geografia Humana enfocava mais o ambiente dos homens. Deste modo, Ratzel parte de uma visão integradora dos campos da complexidade natural e cultural, entendendo a humanidade como um todo, por mais diversificada que ela seja em suas manifestações, denotando sua grande contribuição aos estudos geográficos.

Segundo Carvalho (1999), em sua obra seguinte, “*Völkerkunde*” (1885-1888), Ratzel reafirma e desenvolve muitas das idéias anteriores discutidas principalmente na primeira parte da “*Anthropogeographie*”. Além disso, o autor revela que nas páginas introdutórias de “*Las Raras Humanas*”, Ratzel não deixa de mencionar o perigo do evolucionismo darwinista nos procedimentos investigativos. Segundo ele, quando um investigador, completamente encharcado pela teoria evolucionista, encontra algum povo que, sob algumas ou muitas circunstâncias, se acha “atrás” de seus semelhantes, converte involuntariamente este “atrás” em “abaixo”, ou seja, em um degrau inferior da escada pela qual a humanidade subiu desde o estado primitivo até o cume da civilização. Desta forma,

Ratzel demonstra ter uma posição contrária a qualquer predeterminação ou pré-concepção acerca do posto ocupado pela humanidade, ou parte dela, na escala evolutiva. A saber que:

O tratamento que Ratzel dispensa em *Völkerkunde* aos evolucionistas e ao próprio Darwin, se soma a algumas críticas por ele já apontadas no primeiro capítulo da *Anthropogeographie* aos “positivistas e outros filósofos da ciência”, quanto a questão da previsibilidade e linearidade dos processos evolutivos e, conseqüentemente, dos processos cognitivos (CARVALHO, 1999, p.06).

Portanto, na obra Antropogeografia, os estudos evolucionistas apresentavam certa dubiedade para Ratzel, diante das perspectivas previsíveis e lineares da concepção e do papel do homem nos processos evolutivos e cognitivos. Já em “*Die erde und das Leben*” (1901-1902), Ratzel reafirma e aprofunda as principais formulações e análises desenvolvidas em suas obras anteriores, além desta, ser considerada uma “obra resposta” às importantes análises críticas que o autor recebeu na época, referentes à “*Anthropogeographie*” e, especialmente, da “*Politische Geographi*”. Sobre o trabalho de “A Terra e a Vida” vale destacar que:

A estrutura geral dessa obra, se considerarmos os seus dois volumes, se pauta pelo desenvolvimento, em todas as suas partes e itens, do eixo temático que seu próprio título anuncia, *A Terra e a Vida*, e do qual não se exclui nenhum dos elementos, físicos, biológicos ou culturais, que conferem a característica de conjunto que tal título busca expressar (CARVALHO, 1999, p.08).

Para Carvalho (1999), “*Die erde und das Leben*” é uma obra emoldurada, do começo ao fim, por exortações conectivas. Entre os argumentos utilizados para justificar tais exortações, Ratzel indicava as próprias características do ambiente geográfico mundial da época, considerado em todas as suas dimensões. Nesse sentido, suas exortações não só rechaçavam o reducionismo descritivo e classificatório para sua pretendida biogeografia universal, mas sugeriam também que se extraísse dos próprios rumos projetados para esse ambiente geográfico, os objetivos em que se deveriam inscrever o progresso desse campo de conhecimentos. Em suma, a respeito das obras de Ratzel, pode-se verificar ainda que:

Independente das diferenças de conteúdo e dos propósitos específicos que possam estar presentes em cada uma dessas obras, há uma insistência, por parte de Ratzel, em restringir as respectivas abordagens à condição de tributárias de um conhecimento maior que se quer construir. Dessa maneira, estabelece-se uma espécie de vínculo natural entre elas, na medida em que, a despeito do tema tratado (geografia política,

distribuição geográfica das sociedades humanas ou características ambientais das diversas regiões do planeta), o objetivo é argumentar e demonstrar as conexões existentes entre todas as coisas presentes na Terra (CARVALHO, 1999, p.04).

Carvalho (1999) destaca que as obras de Ratzel buscavam compreender a Terra em sua totalidade, a partir da concepção hologeica. Ou seja, a partir de uma visão integradora dos campos da complexidade natural e cultural, um olhar para a existência de um “complexo Terra”, a partir de conexões entre diferentes sistemas, ou, ainda, delineavam “[...] uma clara busca de compreensão da totalidade das relações travadas entre a história da Humanidade e a história do planeta [...]” (BAUAB, 2005, p.87). A imagem de natureza em Ratzel:

[...] faz-se, portanto, espelho de circunstâncias, de informações inauguradas pela modernidade. A totalidade do mundo desnudada pelos Descobrimentos. História da vida humana na Terra inventariada, pelo gradual advento da Ciência, com mais rigor. [...] A própria teoria darwiniana que mescla o fluxo do tempo às formas de vida existentes no planeta. A figura do organismo, aclamada pela Filosofia da Natureza de Schelling, que é contraposta à imagem mecânica que foi tomada no século XVII e lançada para a Natureza. Todos estes elementos se vinculam a outros tantos não mencionados aqui na construção das obras de Ratzel, publicadas, todas, entre 1882 e 1902. (BAUAB, 2005, p.89-90).

A busca pela compreensão da relação homem-natureza em sua totalidade, máxima do pensamento ratzeliano, aponta em direção dos postulados da complexidade do saber ambiental, vistos na atualidade em Morin (2003) e Leff (2007). Em contribuição a este novo círculo de reflexão que emerge atualmente, da visão complexa do concreto como síntese de múltiplas determinações, faz-se necessário resgatar a obra ratzeliana que entende a:

Natureza enquanto elemento ativo marcando a formação do Homem. Natureza recurso trabalhada por um Homem concebido não enquanto mero receptor das influências do meio. Natureza enquanto unidade orgânica, que aperfeiçoa o Homem e por ele se faz aperfeiçoada, alterando a fisionomia, a grafia do planeta. Menos poética que os saltos de Humboldt ao Absoluto, [...] tal Natureza ganha dimensão concreta, vivida, nos dramas e conquistas que assolariam a história da vida humana no planeta [...] (BAUAB, 2005, p.89-90).

Assim, a imagem de natureza impressa nas obras do pensador alemão integra o homem à natureza enquanto unidade orgânica, marcada pela dialética de transformar e ao

mesmo tempo ser transformado pelo meio. O projeto da ciência ratzeliana demonstra uma busca pela compreensão da natureza enquanto elemento ativo que marca a formação do homem, do ordenamento de suas relações sociais e de sua relação com a história do planeta.

Os conceitos de natureza têm sido utilizados por diversas áreas do conhecimento, nos últimos anos. A abertura de amplas possibilidades de debates a respeito das conceituações se traduz em ponto positivo, enquanto o reducionismo com que tais conceitos têm sido empregados revela o lado negativo desta abertura. Resgatar a obra ratzeliana se traduz demonstra que a Geografia, desde, os seus primórdios epistemológicos, se preocupou em fazer uma análise holística da relação sociedade-natureza. Ratzel levanta uma abordagem geográfica, a partir da geopolítica e da preocupação com a consolidação e expansão do Estado Alemão, entendendo o território dotado de área e recursos naturais (solo, água, clima, etc.). Martins (2004) acrescenta que a obra de Ratzel é uma tentativa de superar uma Geografia puramente descritiva e de avançar na formulação de grandes construções explicativas, onde o “sentido de espaço” (*Raumsinn*) ocupa lugar primordial.

Nesta perspectiva, Saquet (2007) e Bauab (2005) apontam quatro formas de influência da natureza sobre o homem, a partir das idéias postuladas por Ratzel (1990) em sua Antropogeografia: I) influência sobre os indivíduos, com *corpo e espírito*, produzindo nestes uma modificação profunda e duradoura; II) influência que direciona, acelerando ou dificultando a expansão de grupos étnicos; III) impondo condições geográficas que favorecem a miscigenação ou o isolamento, influência mediata sobre a essência de cada povo; IV) influenciando na constituição social/natural de cada povo, oferecendo menor ou maior disponibilidade de recursos naturais.

Há uma preocupação em demonstrar a importância da “natureza natural” (SANTOS, 2007, p.20), condicionando a expansão no espaço, a miscigenação e a própria organização social, o que implica na constituição do Estado como a principal forma de poder e controle através do processo de territorialização. Não se pode negar que, ao longo da sua História, o homem carrega consigo características do meio físico em que se desenvolveu. Tais características, de acordo com Ratzel (1990), “[...] migram com o próprio sujeito que, por vezes, está em um dado *território* manifestando, ainda, influências de um outro meio hereditariamente por ele adquiridas” (BAUAB, 2005, p.88. Grifo do autor). Ora, a absorção das características não é passiva, ou seja, o homem não é passivo.

[...] O esforço de seu trabalho, estimulado – influenciado, também – pelo meio constitui-se em intermédio na relação do homem com a natureza, fazendo brotar, da Terra, grupos distintos de Civilização que, como destaca Carvalho (1999), fazendo alusão às palavras do próprio Ratzel, não se separam com qualitativos do tipo superior, inferior. Há em Ratzel, para Carvalho (1999), uma admissão de modificações na qualidade dos vínculos e mecanismos de interdependência entre o homem e a natureza (BAUAB, 2005, p.88).

Tais vínculos e mecanismos de interdependência, portanto, não ferem a unidade que lhes dá vigor, considerando o Planeta como um todo, a partir da concepção hologeica de Ratzel sobre a relação homem-natureza. Ao considerar essa “unidade terrestre”, a partir da visão telúrica, sob uma perspectiva antropogeográfica, “[...] implicava a necessidade de enfrentar, com o devido rigor, as formulações que buscavam dar conta do relacionamento entre os integrantes dessa unidade, especialmente aquele estabelecido entre a humanidade e o meio físico” (CARVALHO, 1999, p.5.).

Segundo o pensador alemão, portanto, o homem estabelece um vínculo com a natureza intermediada pelo esforço de seu trabalho e de suas ordenações sociais. Conquista, a partir desse esforço, uma aparente autonomia, que se traduz na própria revelação de atributos naturais da dinâmica humana.

Desta forma, se deve entender o homem enquanto ser integrante e resultado de sua dinâmica evolutiva, visto, ainda, que “[...] o homem estabelece com a natureza uma relação intermediada pelo esforço de seu trabalho e de suas ordenações sociais [...]”, Por meio de seu trabalho e de suas relações sociais, o homem conquista “[...] uma aparente autonomia, mas que outra coisa não é senão a própria revelação de atributos naturais da dinâmica humana [...]” CARVALHO, 1999, p.5).

Segundo Luiz Carlos Baldicero Molion, “[...] *o homem nasce humano*⁵, *vira gente depois que passa a ter contato com a civilização e, então civilizado, aos poucos, perde sua humanidade*” (informação verbal)⁶. Para Ratzel, a civilização seria um estágio mais avançado na construção dos vínculos que os homens procuram estabelecer com a natureza, ainda que de forma cada vez mais artificial, mas, não uma negação. O pensador alemão

⁵ Interpreta-se “humano” no sentido de retorno à origem do ser humano primitivo, reconhecendo-se enquanto ser integrante da natureza, e mantendo com seu habitat natural vínculos bem mais estreitos do que nos dias atuais.

⁶ Palestra ministrada em Mesa Redonda, durante o XV Encontro Nacional de Geógrafos, em São Paulo, em julho de 2008.

admite modificações dos vínculos que o homem estabelece com o meio natural, ao expressar que:

Alguns etnógrafos têm sustentado que o progresso da civilização não consiste em outra coisa que não seja uma maior libertação, das pessoas, das condições naturais do território; contrariamente a isso, nós podemos afirmar que a diferença entre povos primitivos e civilizados não reside no grau, mas sim no tipo de vínculo existente entre o homem e a natureza. A civilização é independente da natureza não no sentido de um completo afastamento, mas sim no sentido do estabelecimento de vínculos mais diversos, mais vastos e menos imperiosos (RATZEL, 1888, p.5).

Contudo, em tais modificações, há o rompimento da complexa unidade constituída pelos integrantes do sistema Terra, ou seja, entre o homem e a natureza. Assim, os recursos disponibilizados pelo arcabouço natural de determinado ambiente poderia influenciar no modo de vida dos povos que ali viessem a conviver, desde a alimentação, vestimentas, instrumentos de trabalho etc., influenciando, inclusive, nas expressões culturais e vínculos de identidade e afetividade com o lugar. Assim, as influências que a natureza exerce sobre a história dos homens são – na verdade entende-se assim – associações mecânicas entre as dinâmicas naturais e sociais, normalmente subordinando as segundas às primeiras.

Ainda, em outra perspectiva, a que se considerar que as “[...] concepções fundadas num ‘mecanismo natural-social’, em que Ratzel observa principalmente as inconsistências das comparações entre o Estado e organismos naturais” (CARVALHO, 1999, p.07) parece querer reforçar a diferença entre sua proposta sobre a formulação biogeográfica e as perspectivas biologistas de análise.

Deste modo, o pensador alemão admite a possibilidade de utilização da concepção orgânica, desde que reforce as idéias de interdependências de fatores, e sem ignorar, no caso das construções humanas, o fato de que tais organismos resultam também da interação de elementos geográficos, políticos e econômicos, com nível de autonomia significativo. As obras *Anthropogeographie* e *Völkerkunde* demonstram o esforço do antropogeógrafo alemão em formular e praticar aquilo que ele denominou de concepção hologeica, despertando as ciências para a necessária integração de conhecimentos que a análise da relação homem-natureza exige.

A partir das considerações iniciais sobre as concepções de Natureza apresentadas neste texto, entende-se que a busca na obra ratzeliana se dá pela compreensão da totalidade

das relações travadas entre a história dos homens e a história do planeta. Na verdade, segundo Ratzel (1990), a história dos homens se desenvolve do mesmo modo que a da natureza, regida por leis de necessidade que não se pode evitar. Ou seja, os fatos históricos, seriam para ele, fatos naturais e daí a tentativa de explicar a História por meio da natureza. A vida é única e está presente em toda parte, formando um todo a partir de suas variadas formas:

[...] e no mundo, ordenado segundo uma harmonia preestabelecida, tudo que é criado constitui uma gradação ininterrupta; decorre daí, portanto, que a história da humanidade não pode ser considerada senão em relação com este mundo, e apenas nele encontra sua explicação (RATZEL, 1990, p.35).

Ratzel (1990) entende que quanto mais elevado for o ponto de análise a partir do qual se considera a História, “[...] mais se torna manifesta a existência deste canal bem determinado e pouquíssimo mutável, através do qual deriva a corrente da humanidade, e tanto melhor se reconhece a importância que tem na história o elemento geográfico [...]” (RATZEL, 1990, p.33). É nesta perspectiva, que repousa a importância dos estudos pautados na ciência geográfica ao investigarem as condições naturais em meio às quais os acontecimentos históricos se desenvolveram.

Entretanto, não se pode ignorar no quadro de análise da Geografia na atualidade, a carência de estudos que priorizem a abordagem holística (ou, ainda, a concepção holoica de Ratzel), como ponto de partida para a investigação de condições naturais e/ou sociais. Há uma reprodução do discurso, do diálogo entre as chamadas Geografia Física e Geografia Humana, mas que, cotidianamente, ludibria a dialética e mascara a verdadeira dicotomia que se dá nos bancos universitários, o que leva ao reducionismo e desconsidera a complexidade de tal ciência. Embora, na EA é crescente a adesão aos estudos de Morin (2000; 2002), que trazem a tona tal perspectiva.

Entre os geógrafos do século XX, destaca-se a obra de Milton Santos ao abordar a relação sociedade-natureza. Em seu trabalho “Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia”, publicado em 1988, Santos já mencionava a questão sobre a crise socioambiental emergente, que só viria a ganhar maiores proporções a partir da década de 1990. Ele revela que “[...] o espaço habitado, deixa entrever, claramente, que atingimos uma situação-limite, além da qual o processo

destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível” (SANTOS, 1988, p.16). Ele denuncia que o espaço habitado:

[...] se tornou um meio geográfico completamente diverso do que fora na aurora dos tempos históricos. Não pode ser comparado, qualitativa ou estruturalmente, ao espaço do homem anterior à Revolução Industrial. Conforme assinala Garrett Ekbo em seu belo livro *A Paisagem Que Vemos*, com a Revolução Industrial a articulação tradicional, histórica, da comunidade com o seu quadro orgânico natural, foi então substituída por uma vasta anarquia mercantil. Agora, o fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. O fenômeno se espalha por toda a face da terra e os efeitos diretos ou indiretos dessa nova composição atingem a totalidade da espécie. Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático (SANTOS, 1988, p.16).

Após a Revolução Industrial, a imagem de natureza passa a ser vista enquanto mercadoria. O quadro orgânico natural passa a ser pensado enquanto recurso econômico que rege as relações comerciais, bem como a relação sociedade-natureza. Assim, tem-se uma “natureza para o homem” que, segundo Moraes (1994) marcou as considerações marxianas, ao considerar as discussões sobre as condições naturais em seu envolvimento com os processos produtivos. Embora o marxismo seja tratado como um método intrínseco às ciências sociais, onde conhece uma ampla difusão, Karl Marx considera que “[...] a matéria ambiental preexiste ao trabalho humano, sendo nesse sentido o seu ‘objeto universal’” (MORAES, 1994, p.73).

Segundo Moraes (1994), Alfred Schmidt revela, em um interessante estudo, a inexistência de uma perspectiva ontológica acerca da abordagem de natureza na obra marxiana, uma vez que os fenômenos naturais sempre foram abordados enquanto condição para a vida humana, desconsiderados em seu movimento intrínseco. A concepção marxista da relação homem-natureza vê o trabalho como categoria fundamental, sendo entendido como “[...] atividade (exclusivamente humana) de dar forma útil à vida humana aos materiais oferecidos pelo meio natural” (MORAES, 1994, p.73), agregando valor de uso da natureza para a sociedade. A primeira natureza estaria concebida nos elementos biofísicos que não passaram pelo processo de apropriação antrópica, ou seja, que não ganharam forma por meio do trabalho humano. Num segundo momento, conforme Moraes (1994), Marx vai

distinguir os quadros naturais intocados pelo homem (primeira natureza) daqueles que já trazem em si as marcas de uma transformação antrópica. A estes quadros naturais que sofreram transformações por meio do trabalho humano, Marx denomina “segunda natureza”, ou:

[...] natureza socializada que agrega em suas formas o ‘trabalho morto’ de gerações passadas, diferenciando assim da ‘primeira natureza’, esta um resultado exclusivo do movimento da história natural. Tal distinção visa destacar a historicidade dos lugares e a tendência inexorável à contínua antropomorfização da superfície terrestre [...] (MORAES, 1994, p.73-74).

Para Marx, o ser humano se desenvolve a partir destas duas dimensões, numa relação dialética entre a primeira e a segunda natureza, sendo o trabalho o elemento mediador. Ao modificar sua natureza exterior, “[...] o homem substantiva suas potencialidades naturais, adestrando à mente os músculos na transformação do ambiente” (MORAES, 1994, p.73). Em suma, a relação do homem com a natureza se dá por meio da função das relações estabelecidas pelos e entre os homens num dado momento histórico, marcado pelas técnicas de apropriação dos recursos naturais adotadas pelo modo de produção em vigência. A partir destas premissas, a perspectiva marxista assume a posição antípoda da ótica positivista. Entretanto, “[...] acatando de princípio a naturalidade do homem [...]”, Marx evidencia que o homem é um ser da natureza, “[...] que se desenvolve num intercâmbio constante com os elementos desta, que possui necessidades naturais as quais busca suprir mobilizando as capacidades natas sobre os materiais ambientes [...]” (MORAES, 1994, p.74). A imagem de natureza aqui surge enquanto condição para a vida e para o desenvolvimento do ser humano. Assim, a concepção romantizada de contemplação da natureza passa, ao longo do tempo, por transformações que agrega um caráter utilitário e mercadológico.

Assim, nas últimas décadas, em todo o mundo, têm-se assistido a criação de inúmeras áreas de proteção ambiental e a implementação de diversas UCs, sob o prisma do discurso da sustentabilidade ambiental dos ecossistemas ameaçados pelo desenvolvimento do modo de produção vigente. Tratam-se de áreas consideradas de valor paisagístico e ecológico onde o espaço é zoneado, por meio de técnicas do Zoneamento Econômico-Ecológico (no caso das UCs de Uso Sustentável), planejado através dos Planos de Manejo,

ordenado por meio de métodos do ordenamento territorial e gerido a partir das concepções postuladas pela Gestão Ambiental.

Na maioria das vezes, a égide da utilização dos recursos naturais é levantada e principalmente mediada pelo discurso do desenvolvimento sustentável que, beneficia os interesses da sociedade urbano-industrial, por meio de concepções que influenciam diretamente na gestão das áreas de proteção ambiental. Tais concepções são orientadas pela mesma “[...] matriz filosófica dominante da cultural ocidental, o pensamento cartesiano-racionalista, que tende a dicotomizar os elementos humanos e naturais, separando assim o homem da natureza [...] (CATTANEO, 2004, p.12) e, assim, postula o homem como o ser dominador na sua relação com os elementos naturais que compõem a biosfera terrestre.

Em busca da compreensão sobre a complexidade da relação sociedade-natureza, na sequência do trabalho, apresenta-se um relato sucinto dos momentos mais importantes da trajetória do movimento ambientalista e da EA, os desafios contemporâneos da Política Nacional de EA e a nova perspectiva sobre as práticas educativas para o meio ambiente, através da teoria da complexidade de Morin (2000) e Leff (2007; 2001) e da concepção da EA emancipatória de Loureiro (2006), Layrargues (2006) e Ruscheinsky (2002).



Guillaume Henri Michaud (Willian Michaud)
(1829 - 1902)
Plantas do jardim perto da casa
(Aquarela com realces de guache e verniz)

II – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O MOVIMENTO AMBIENTALISTA

Momentos importantes da história da Educação Ambiental

A partir da década de 1960, segundo Mendonça (2007) e Dias (1994), uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico, emergiu no plano político no mundo. Até este período, alguns movimentos, como os socialistas, os social-democratas, os comunistas e mesmo os anarquistas, questionavam a ordem sociopolítica e cultural. Todos os males com que a humanidade se defrontava estavam intimamente ligados ao processo de consolidação do modo de produção capitalista e o movimento operário preocupava-se com a crítica à ordem instituída.

No entanto, a problemática ambiental ganhou grande repercussão a partir de 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia), quando o debate ganhou fórum político. Uma das recomendações daquela conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), levado a efeito no ano seguinte. Foi discutida também a questão da educação para o meio ambiente, em que se estabeleceu uma abordagem multidisciplinar, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o nível não formal, numa tentativa de despertar a população para as problemáticas ambientais nas mais variadas áreas do conhecimento.

Desde a década de 1970, para além do “alarmismo” da catástrofe ambiental, vêm desvelando-se questões de ordem política, econômica e sociocultural que não podem mais ser mascaradas. A sensibilização da população, a partir do discurso da necessidade de se adotar modelos e práticas sustentáveis de vida, revela o quão desigual é o sistema de produção capitalista, alicerçado nas políticas de lucro imediato e de consumo desenfreado. Estes acontecimentos conduzem a ideologias que fundam o discurso ecológico atual e que norteiam o presente manuscrito. O objetivo neste texto é destacar a EA enquanto prática social, ressaltando o potencial transformador enquanto instrumento para emancipação e levantar a discussão sobre a EA na vila de pescadores da Barra do Superagui, com o propósito de diagnosticar como esta prática acontece na UC, considerando os mecanismos de gestão do IBAMA e as propostas educativas fomentadas pelas ONGs.

Ao reconhecer a necessidade de superação da postura antropocêntrica, na qual a humanidade se coloca no centro das relações, o homem precisa aperceber as estruturas interdependentes entre os elementos existentes no meio ambiente. Neste sentido, a Educação Ambiental (EA) enfoca o “[...] equilíbrio dinâmico do ambiente, em que a vida é percebida em seu sentido pleno de interdependência de todos os elementos da natureza [...]” (GUIMARÃES, 1995, p.14). A EA, em no âmbito formal, é temática relativamente nova, ao considerar-se que no Brasil teve seu início por volta dos anos de 1970, não só como política pública, mas também como preocupação de educadores, crianças, jovens, pais e cada vez mais um número maior de intelectuais e profissionais das mais variadas áreas. No entanto, educar para e no meio ambiente, a partir da observação e da vivência não é uma preocupação recente.

Aspectos que indicam que a história da EA inicia por volta do século XVIII e do século XX, com filósofo Rousseau (1712-1778) e com educador Freinet (1896-1966). Eles incidiram na eficácia do ambiente natural como processo estratégico de aprendizagem. Assim, segundo Leonardi (1997), as práticas pedagógicas voltadas ao meio ambiente constituíram-se como outro processo dessa nova abordagem educacional. A concepção de natureza ganha um novo olhar e, assim, deixa de ser vista como algo a ser conquistado e dominado próprio da maneira de ver do Iluminismo, da Revolução Industrial e do modo de produção capitalista.

Leonardi (1997) faz uma breve cronologia da relação entre as duas histórias, a do meio ambiente e a da Educação Ambiental. Situa que nos anos 60, nos países desenvolvidos (ditos de Primeiro Mundo), essa preocupação ou sensibilização com o meio ambiente era apoiada em uma crítica mais profunda que os movimentos sociais da época faziam, principalmente entre os jovens, em relação ao estilo de vida, valores e comportamentos de uma sociedade consumista e depredadora.

A partir daí, surgiram estudos e pesquisas que culminaram com novos conceitos, como os de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento. Também surgiram atores políticos e sociais, arrombando espaços, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), até se chegar à última Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e àquela quantidade e variedade de debates, tratados, acordos e desacordos que foram então firmados.

Também foram nos anos 60, conforme Leonardi (1997), que grupos, entidades e algumas políticas governamentais começaram a preocupar-se com a EA, alertados pelo movimento *hippie*⁷. Em 1968, na Grã-Bretanha, surgiu o Conselho para Educação Ambiental e, na França e nos países nórdicos. No mesmo ano, foram aprovadas diversas intervenções na política educacional, como normas, deliberações e recomendações, que introduziram a EA no currículo escolar. Também foram contabilizados, pela Unesco, 79 países que já incluíam essa educação na sua grade escolar e, o melhor, a própria Unesco recomendava inserir os aspectos sociais, culturais e econômicos no estudo físico-biótico do meio ambiente.

⁷ Conforme consta no dicionário Aurélio (2004), a denominação de *hippie* é dada ao membro de um grupo não-conformista, caracterizado pelo rompimento com a sociedade tradicional, especialmente no que respeita à aparência pessoal e aos hábitos de vida, e por um enfático ideal de paz e amor universais.

A partir de então, o tema apareceu em inúmeros documentos, relatórios e programas internacionais dedicados ao meio ambiente, em contextos variados. O PNUMA, criado em 1973, reforçou a necessidade da educação e formação ambiental em todas as atividades exercidas pelos organismos internacionais.

Em 1975, foi lançado o Programa Internacional de Educação Ambiental, em Belgrado (Carta de Belgrado). Dois anos depois, realizou-se em Tbilissi (Geórgia, ex-URSS), a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental. Nessa Conferência e na posterior, em 1987, em Moscou, estabeleceram-se orientações e avaliaram-se as ações e metas concebidas para a efetivação da EA em todas as nações. Outro momento importante dessa história foi a elaboração, discussão e aprovação em 1992, do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, conhecida como Rio-92).

No Brasil, a Constituição de 1988 estabeleceu a exigência da prática da Educação Ambiental tanto no âmbito federal, quanto estadual e municipal. Mas isso não impediu que esse processo ficasse alheio à sua prática pedagógica, sobretudo, na educação formal e até hoje faltam políticas claras para sua efetivação. Na sequência, do texto faz-se uma abordagem em relação ao histórico da EA nas políticas públicas do País, considerando os desafios contemporâneos da PNEA (PNEA⁸).

Desafios Contemporâneos da Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil

O embate ideológico entre o capitalismo e o socialismo marcou o século XX e, a partir da Guerra Fria, a sociedade contemporânea foi “forçada” a viver o capitalismo como o sistema político-ideológico vigente. Essa condição se vale “[...] até o momento em que o movimento ecológico ou ambientalista despontou apontando no horizonte histórico para uma nova (e incômoda) doutrina ideológica [...]” (LAYRARGUES, 2006, p.72).

Nesta perspectiva, o século XXI “[...] se inicia com uma vigorosa idéia-força que advoga a imperativa necessidade do estabelecimento de uma nova relação entre os humanos

⁸ A partir daqui, adota-se a sigla PNEA para fazer menção à Política Nacional de Educação Ambiental.

e a natureza [...]”, caracterizando-se como uma tentativa de reverter o quadro da crise ambiental, “[...] inclusive onde o próprio capitalismo encontra-se sob suspeita, apontado por muitos como um fator decisivo da degradação ambiental” (LAYRARGUES, 2006, p.72).

Essa nascente doutrina ideológica se debruça na expectativa do “desenvolvimento sustentável” que tem como característica central sua diferenciação pelo discurso de se distanciar das clássicas disputas ideológicas, preconizando a questão ambiental alheia do arcabouço político, “[...] situando-o no campo da mudança de comportamentos do ser humano, associado à conversão tecnológica na direção da eco-eficiência” (LAYRARGUES, 2006, p.73). Sobre o discurso ecológico radical o autor elucida que:

O ecologismo radical ou fundamentalista, que iniciou o caminho da crítica à sociedade moderna, deixou-nos como herança uma de suas principais mensagens, que era a defesa incondicional à imunidade com relação às doutrinas ideológicas clássicas; ele não estaria nem à esquerda nem à direita, mas imperando triunfalmente adiante do capitalismo ou socialismo, com um genuíno (e utópico) projeto civilizatório a ser edificado (LAYRARGUES, 2006, p.73).

Essa mensagem de imunidade às doutrinas ideológicas clássicas adquiriu forte repercussão no campo ambiental, silenciando a ousada interpretação de uma das correntes do movimento ambientalista que tenta revelar que o ecologismo ou ambientalismo podem ser entendidos como novos elementos problematizadores das antigas doutrinas ideológicas, “[...] uma vez que ainda lidam com a edificação de modelos societários, que são permeados por valores, interesses, opções e racionalidades que se opõem à sustentabilidade” (LAYRARGUES, 2006, p.73).

A bem da verdade, se não tivesse ocorrido esse fenômeno, que guarda íntima correlação com o analfabetismo político e sociológico da contemporaneidade, e a ecologia política fosse melhor compreendida na comunidade ambientalista, e por que não, também na comunidade dos educadores ambientais, as doutrinas ideológicas clássicas poderiam ter sido incrivelmente fertilizadas pela crise ambiental – porque não se trata apenas de estabelecer uma nova relação entre os humanos e a natureza, mas dos humanos entre si, e destes com a natureza –, embora se tenha preferido abafar a grande efervescência cultural que o ecologismo pôde ter trazido, dado seu grau de periculosidade à coesão social no capitalismo, empobrecendo o debate, para pragmaticamente se prosseguir criando novas mercadorias a partir da tecnologização da crise ambiental, e se prosseguir na farra do lucro na contínua conversão / reconversão da degradação / conservação ambiental (LAYRARGUES, 2006, p.73).

A partir dessa reflexão, não é difícil imaginar os embates ideológicos clássicos ao movimento ambientalista, fomentado pela crise ambiental. O ecologismo ou ambientalismo originou uma efervescência cultural, criando novos nichos de mercado, propagados pela idéia do consumo consciente, (re)criando um novo/velho paradigma de doutrina ideológica-social, pautado no desenvolvimento econômico passível de sustentabilidade.

Assim, preconizar o “desenvolvimento sustentável”, adotar um comportamento individual “ecologicamente correto”, ou incorporar os sistemas de gestão ambiental e os projetos de responsabilidade social nas empresas não significa estar distante ou imune às clássicas doutrinas político-ideológicas, ou ainda, afastado das relações sociais cotidianas, mas sim, significa “[...] ser declaradamente eco-capitalista, eco-socialista, eco-anarquista ou simplesmente ser movido por uma dessas subjetividades, para ficar na dimensão mais genérica do espectro doutrinário político-ideológico” (LAYRARGUES, 2006, p.74).

[...] Um cidadão “ecologicamente correto”, preocupado com a construção da sustentabilidade planetária, pode ser um cidadão que adote comportamentos que favorecem o capital ou o trabalho, o mercado ou a sociedade, as forças sociais progressistas ou conservadoras, as elites ou os grupos sociais vulneráveis, os princípios liberais ou o ideal da justiça distributiva. E tantas outras implicações e decorrências das escolhas são feitas, para se corrigir o rumo civilizatório... (LAYRARGUES, 2006, p.74).

Ora, qual seja a escolha em adotar um novo ou velho padrão de comportamento na sociedade capitalista contemporânea, cair-se-á sempre no dilema entre os paradigmas, dilemas estes tão complexos e tomados de discussão teórica. E não por acaso, tais dilemas rondam a EA. O movimento ecológico pode ser sim mais uma utópica doutrina ideológica, mas nunca deixará de ser política. Tampouco a EA.

Nesse contexto, a EA é uma modalidade de ensino que se vincula à dupla função da educação: a “função moral de socialização humana” e a “função ideológica de reprodução das condições sociais (que contempla a possibilidade tanto de manutenção como de transformação social)” (LAYRARGUES, 2006, p.77).

O Brasil é o único país da América Latina que tem uma Política Nacional específica para a EA. Trata-se, sem dúvida, de uma conquista política significativa. Loureiro (2006) considera que, apesar de registros de projetos e programas desde a década de 1970, somente

em meados da década de 1980 que a EA começa a ganhar dimensões políticas relevantes, a partir de sua inclusão na Constituição Federal de 1988.

Dentre as ações anteriores, é interessante lembrar as primeiras medidas governamentais promovidas pela extinta Sema, que realizou cursos de ecologia para profissionais do ensino fundamental, e, entre 1986 e 1990, esta, em conjunto com Capes, CNPq, UnB e Pnuma, o primeiro formato de curso de especialização em Educação Ambiental do país (Arruda, 2001). Outro marco nacional anterior à Constituição Federal ocorreu em 1987, quando o Conselho Federal de Educação define, por meio do Parecer 226, que a Educação Ambiental tem caráter interdisciplinar, oficializando a posição de governo acerca do debate comum da época, principalmente entre as secretarias estaduais e municipais de Educação, se esta deveria ser inserida no ensino formal como disciplina ou não, apesar de todas as orientações internacionais serem refratárias a qualquer tentativa de torná-la uma disciplina específica (LOUREIRO, 2006, p.79).

Na década de 1980, como revelam Loureiro, (2006) e Ruscheinsky, (2002), houve grandes debates em torno de estratégias para ampliar e consolidar os espaços institucionais em prol à EA como disciplina singular do currículo escolar do Ensino Fundamental, na época, denominado de Ensino de Primeiro Grau.

O debate em torno da EA enquanto disciplina curricular perdura até os dias atuais, como foi possível constatar durante a realização das Conferências do Meio Ambiente: Estadual do Paraná, em Curitiba e Nacional, em Brasília no ano de 2005. Posteriormente, em Praia de Leste e Brasília, no ano de 2008, respectivamente. Nestes eventos, houve tentativas de implementação de proposta de EA no currículo escolar. Porém, a proposta levantada não foi aprovada nas plenárias finais pelo entendimento de que a EA deve se constituir de forma transdisciplinar, perpassando pelas disciplinas. Este embate reflete a complexidade que envolve o desenvolvimento das práticas educativas e as diferentes concepções adotadas na discussão sobre tal temática.

Vale destacar que a partir da década 1980 ocorreram mudanças significativas no cenário sociopolítico do país com o início do processo de redemocratização das políticas públicas. Tais mudanças foram refletidas na Constituição Federal de 1988, que incorporou a questão ambiental no rol das discussões políticas:

Esse processo tem seu grande momento com a promulgação da nova Constituição Federal, em 1988. O debate em torno das questões ambientais avança no cenário nacional, e a nova Carta Magna guarda marcas desse fortalecimento, mencionando explicitamente a importância

do meio ambiente para a nação. Antes mesmo da Constituição, essa tendência de valorização do meio ambiente já era observada, quando foram instituídas a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981 (RUSCHEINSKY, 2002, p.48).

Contudo, conforme Loureiro (2006), até a promulgação da Constituição de 1988 a política ambiental brasileira foi gerida de forma descentralizada, sem a participação popular efetiva na definição de diretrizes e estratégias. À luz da Lei 6.938, de 31/08/1981, referida anteriormente, ocorreram outros processos como a aplicação dos existentes códigos das águas, florestal e de mina (formulados na década de 1930), o processo de criação de unidades de conservação e de cumprimento da obrigatoriedade, desde 1986, de realização dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA).

Neste contexto, é importante assinalar que, além das forças dos movimentos ambientalistas: nacional e internacional, o próprio momento político do Brasil foi fundamental para ampliar o espaço de debate sobre as questões ambientais e sobre a EA, uma vez que “[...] a retomada em larga escala dos movimentos coletivos pela democratização do país favorece a expansão e a consolidação da educação ambiental e sua inserção na agenda nacional de debates [...]” (RUSCHEINSKY, 2002, p.49).

A partir da década de 1980, a sociedade civil, as associações comunitárias e os grupos de defesa de interesses relativos à proteção do meio ambiente começam a se organizar, proliferam-se e oportunizam novos contornos ao movimento ambientalista, o que favorece muito para popularização do movimento. Já na década de 1990, conforme Ruscheinsky (2002), o debate em torno da disciplinarização da EA tem um desfecho com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, consolidando a posição do Conselho Federal de Educação de 1987 contra o estabelecimento da EA enquanto disciplina específica, passando a adquirir uma formulação de caráter apresentado pelos PCNs de tema transversal.

Apesar das experiências passadas, parece haver, ainda hoje, educadores que insistem na visão reducionista e generalista de pensar a educação no Brasil, numa tentativa de solver lacunas pedagógicas e falhas institucionais através da incorporação do adjetivo “ambiental” ao substantivo “educação”, como se a educação estivesse fora de um contexto ambiental, e por que não dizer, socioambiental. Nesta perspectiva:

Uma certeza precisa ficar desde já muito clara: se outrora se advogava a necessidade de uma Educação Ambiental para ocupar o lugar da educação que não era ambiental, hoje não é mais possível afirmar que se faz Educação Ambiental sem qualificá-la. Já não é mais suficiente falar de uma Educação Ambiental genérica, conjugada no singular. No quadro da ampla variedade de vertentes, tanto do pensamento ambientalista, como das próprias correntes pedagógicas da educação, existem propostas educativas voltadas à questão ambiental que se inserem num gradiente que enseja a mudança ambiental conquistada por intermédio de três possibilidades: a mudança cultural associada à estabilidade social; a mudança social associada à estabilidade cultural; e, finalmente, a mudança cultural concomitante à mudança social [...] (LOUREIRO, 2006, p.11).

A complexidade ambiental envolve múltiplas dimensões e, portanto, a EA precisa ser trabalhada de forma interativa com as mais variadas áreas do conhecimento. A própria Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, da PNEA, reafirma esse posicionamento em seu Art. 10º, ao promulgar que a Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal; e, ainda o parágrafo primeiro enfatiza que a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Apesar desse desfecho, no final da década de 1990 e no início do século XXI houve uma reintrodução da EA nos currículos escolares com novo enfoque, caracterizando-se como “[...] uma parte diversificada e flexibilizada do currículo escolar” (RUSCHEINSKY, 2002, p.49).

Essas mudanças devem-se, fundamentalmente, ao fortalecimento das idéias neoliberais e à disseminação, concomitante, do chamado pós-modernismo, que vem criticar a razão (e a ciência moderna), assim como favorecer a fragmentação do saber e do poder organizado. A flexibilização e a diversificação do currículo vêm a se constituir na expressão desse ideário na política educacional do País (RUSCHEINSKY, 2002, p.49).

Com a fragmentação do saber e do poder organizado, a idéia pode ser aplicada tanto no campo da organização e da produção do conhecimento quanto no campo da organização da sociedade, através de ONGs – redes de associações civis em oposição ao Estado centralizador que “[...] também era, por outro lado, o Estado provedor – Welfare State, alvo central dos ataques neoliberais no campo da política social e econômica” (RUSCHEINSKY, 2002, p.49). Sobre as ONGs, o autor manifesta que:

Por sinal, o movimento ambientalista se fortaleceu com a proliferação de ONGs ambientalistas, embora, muitas vezes, tal fenômeno social tenha se

dados segundo a concepção política neoliberal de oposição ao Estado, e até de substituição de seu papel. Inegavelmente, as ONGs contribuíram para fortalecer e difundir ainda mais a idéia da necessária diminuição do Estado para implantar a descentralização e a autonomia, ao mesmo tempo em que permitiram, em diversas situações, a reconfiguração do papel do Estado para atender aos interesses dos setores dominantes (RUSCHEINSKY, 2002, p.49-50).

Portanto, esse ideário sobre a diminuição do papel regulador e provedor do Estado favoreceu muito para que os termos “autonomia”, “descentralização”, “diversidade”, “comunidade”, dentre outros, se tornassem populares, carregando para alguns a idéia de democratização e, para outros, de minimização do poder de regulação do Estado. Desta forma se preconizou a discussão sobre a dinâmica, utilização, conservação e preservação do meio ambiente no cenário político brasileiro, e assim a EA se constituiu, de modo precário, como política pública em educação. Diante da ausência de programas e recursos financeiros que visassem implementá-la como parte integrante das “[...] políticas sociais, particularmente a educacional, como uma política de Estado universal e inserida de forma orgânica e transversal no conjunto de ações de caráter público que podem garantir a justiça social e a sustentabilidade” (LOUREIRO, 2006, p.82). No entanto, vale mencionar alguns contrapontos destacados pelo autor:

Apesar desse macrocenário que nos traz pouco entusiasmo, é preciso explicar outros processos ocorridos no país, dialetizando o quadro histórico e evidenciando as possibilidades existentes. No início da década de noventa, seja pela mobilização social em decorrência da Rio-92, seja pelo alcance global que a questão ambiental adquiriu, o governo federal, principalmente por meio do Ministério da Educação e do Ministério do Meio Ambiente, produziu alguns documentos e ações importantes (LOUREIRO, 2006, p.82).

Dentre os documentos e ações importantes elencados pelo governo federal destacam-se alguns. O Programa Nacional de Educação Ambiental⁹, de 1994, que, segundo Loureiro (2006), foi definido por meio de sete linhas gerais de ação:

(1) Educação Ambiental no ensino formal (capacitar os sistemas de ensino formal, supletivo e profissionalizante); (2) Educação no processo de gestão ambiental (levar gestores públicos e privados a agirem em

⁹ Atualmente, “há uma nova versão produzida em 2003, conjuntamente pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA/MEC), e acordada pelo órgão gestor da PNEA, que foi submetida a consulta nacional, visando sua consolidação até meados de 2004 [...]” (LOUREIRO, 2006, p.82). A versão em discussão pode ser encontrada no site: www.mma.gov.br.

concordância com os princípios da gestão ambiental); (3) Realização de campanhas específicas de Educação Ambiental para usuários de recursos naturais (conscientizar e instrumentalizar usuários de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade no processo produtivo e a qualidade de vida das populações); (4) Cooperação com os que atuam nos meios de comunicação e com os comunicadores sociais (viabilizar aos que atuam nos meios de comunicação as condições para que contribuam com a formação da consciência ambiental); (5) Articulação e integração das comunidades em favor da Educação Ambiental (mobilizar iniciativas comunitárias adequadas à sustentabilidade); (6) Articulação intra e interinstitucional (promover a cooperação no campo da Educação Ambiental); (7) Criação de uma rede de centros especializados em Educação Ambiental, integrando universidades, escolas profissionais, centros de documentação, em todos os Estados da federação (LOUREIRO, 2006, p.82-83).

O Programa de EA engloba várias dimensões que podem ser elencadas propostas e ações voltadas à educação para o meio ambiente como a EA no ensino formal, no processo de gestão ambiental, em campanhas específicas de orientação no processo produtivo (indústrias de base e de beneficiamento), em cooperação com os meios de comunicação, através da articulação e integração das comunidades a favor de práticas educativas, através da articulação e cooperação intra e interinstitucional e através da criação de uma rede de cooperação de centros educacionais em todo o território nacional.

Os já mencionados PCNs, produzidos com base na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e lançados oficialmente em 15 de outubro de 1997, é um importante documento que definiu a saúde, a ética, a pluralidade cultural, a orientação sexual, o meio ambiente e a EA como temas transversais, devido à relevância social, urgência e universalidade dessas temáticas. Apesar de ter recebido inúmeras críticas pelo modo como pensou a transversalidade em educação e pelas falhas operacionais da proposta, destaca-se por inserir e abordar a temática ambiental articulada às diversas áreas do conhecimento e não como disciplina integrante do currículo escolar.

A proposta da transversalidade da temática ambiental projeta desde o entendimento do “[...] significado das ações cotidianas no local de vida, passando pela reconstrução e gestão coletiva de alternativas de produção que minimizem e superem o quadro de degradação [...]”, até “[...] a inserção política na sociedade como um todo, redefinindo o que se pretende por qualidade de vida e proporcionando a construção de uma ética que se possa nomear como ecológica” (LOUREIRO, 2006, p.83).

No mesmo ano (1997), em comemoração aos vinte anos de Tbilisi e aos cinco anos da Rio-92, foi realizada a I Conferência Nacional de Educação Ambiental, visando consolidar as diretrizes públicas para sua concretização. Com a participação de aproximadamente 2.868 pessoas representantes de entidades governamentais e da sociedade civil (que a partir de documentos regionais, elaboraram um documento nacional, conhecido como a Declaração de Brasília), os temas com seus problemas e recomendações foram categorizados, a saber:

- (1) Educação Ambiental e as vertentes do desenvolvimento sustentável;
- (2) Educação Ambiental formal;
- (3) Educação Ambiental no processo de gestão ambiental (metodologia e capacitação);
- (4) Educação Ambiental e as políticas públicas;
- (5) Educação Ambiental, ética e formação da cidadania: comunicação e informação da sociedade (LOUREIRO, 2006, p.84).

A I Conferência Nacional de Educação Ambiental teve como base o Programa Nacional de EA para lançar as temáticas de discussão, evidenciou uma continuidade ao se pensar a EA nas políticas públicas, mas, ao mesmo tempo, nas Conferências Nacionais do Meio Ambiente maior ênfase é para critérios e modelos prontos fomentados “de cima para baixo”, como o caso da I Conferência Nacional de Educação Ambiental. Loureiro (2006) revela que o evento transcorreu de forma bastante polêmica quanto à organização, evidenciando a desarticulação entre o governo federal e os estaduais e problemas de disponibilização de recursos para envio de representações governamentais, criando desequilíbrios regionais. Houve também equívocos na estruturação da programação com atividades sobrepostas, gerando reclamações dos participantes.

Segundo a PNEA os princípios básicos da EA são: o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

A PNEA foi o documento mais importante elaborado até o presente momento. A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a PNEA, destaca a EA como os processos

por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Constitui-se em um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Segundo a Lei 9.795, a EA tem por objetivos fundamentais o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, bem como o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se à defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Nesta perspectiva, a referida Lei faz menção à preocupação com a (re)definição de comportamentos e de condutas compatíveis com a questão socioambiental, ou seja, a vinculação de processos e práticas voltadas às problemáticas ambientais com os processos formais de transição e criação de conhecimentos à práticas sociais, em prol das abordagens que “[...] procuram realizar a práxis educativa por meio de um conjunto integrado de atividades curriculares e extracurriculares, permitindo ao educando aplicar em seu cotidiano o que é aprendido no ensino formal” (LOUREIRO, 2006, p.85).

Entretanto, pelas forças contraditórias que participaram de sua elaboração, a PNEA não pode “[...] carregar um conteúdo emancipatório explícito, voltado para a democracia e a justiça social plenas [...]” (RUSCHEINSKY, 2002, p.58). Mas sim, conforme Loureiro (2006); Layrargues, Loureiro e De Castro (2006); Ruscheinsky (2002), cabe à EA buscar o debate e levar à reflexão sobre as questões socioambientais, considerando seu caráter transformador enquanto prática educativa social. Por sua natureza complexa e interdisciplinar, a EA envolve aspectos da vida cotidiana, questiona a qualidade de vida e salienta as interdependências entre fatores físicos e sociais, entre ambiente e sociedade, e, por isso, carrega um forte potencial emancipatório.

Alguns olhares sobre a Educação Ambiental

Segundo Leff (2001), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972, elenca uma tentativa de mostrar a necessidade de gerar um amplo processo de EA, que levou à criação do Programa Internacional de Educação Ambiental Unesco/PNUMA, em Belgrado em 1975 (Carta de Belgrado), e à elaboração de princípios e orientações da EA na Conferência de Tbilisi em 1977.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1980) entende a EA a partir de dois princípios básicos: a) Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos sociais para os objetivos de sustentabilidade ecológica e equidade social; b) Uma nova concepção do mundo como um sistema complexo levando a uma reformulação do saber e a reconstituição do conhecimento. Neste sentido, a interdisciplinaridade se converteu num princípio metodológico privilegiado da EA. Estes princípios, quando atingidos, podem tornar as práticas de EA mais eficazes, porém o que cabe questionar é se existem outras formas de concepção dos paradigmas ambientais que podem contribuir para as efetivas mudanças nos moldes de estruturação social atual.

Na sequência, abordam-se, brevemente, algumas correntes que vêm sendo discutidas atualmente. Destacam-se, primeiramente, a proposta de Morin (2000) que discute o Paradigma da Complexidade. Sua crítica se dá em relação à generalização que se busca com a criação de modelos explicativos para os sistemas naturais. Para Floriani e Knechtel (2003) “[...] esse paradigma exige uma reforma do pensamento, incorporando e reconhecendo as incertezas e as contradições” (FLORIANI e KNECHTEL, 2003, p.27).

Entende-se, assim, que a explicação de fenômenos através de modelos explicativos, como coloca o autor, pode até ser aplicada, porém, limita a visão do processo como um todo, tornando o ambiente cada vez mais restrito se comparado à complexidade ambiental. A concepção de Morin (2000) coloca ainda a necessidade de se discutir a base da consciência humana como um ser que é ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/espécie. Pensando nisso, as noções de mundo e das relações seriam ampliadas, considerando que na sociedade contemporânea a visão predominante é do homem como indivíduo.

Por sua vez, Leff (2001; 2007) tece suas discussões formulando uma teoria baseada na racionalidade e na complexidade ambiental que busca contemplar a diversidade cultural, de identidade, ética e espiritual. Segundo ele, outra concepção de razão e racionalidade poderia ajudar a compreender a dinâmica e complexidade ambiental lançando mão de

outros saberes. Ou seja, quando se pretende conhecer a dinâmica ambiental faz-se necessário considerar o conhecimento empírico e os saberes tradicionais, por exemplo, e não apenas se basear no conhecimento científico. Assim, a complexidade ambiental implica não só o aprendizado de fatos novos, mas também inaugura um saber que desconstrói as bases epistemológicas da ciência moderna e origina uma nova pedagogia, através de uma nova racionalidade “[...] que significa a reapropriação do conhecimento a partir do ser do mundo e do ser no mundo; a partir do saber da identidade que se forjam e se incorporam ao ser de cada indivíduo e de cada cultura” (LEFF, 2007, p.218).

A pedagogia da complexidade ambiental reconhece que o ato de *apreender o mundo* parte do próprio ser de cada sujeito; que se trata de um processo dialógico que desborda toda racionalidade comunicativa construída sobre a base de um possível consenso de sentidos e verdades. Para além de uma pedagogia do meio – na qual o indivíduo concentra o olhar no seu entorno, na sua cultura e na sua história para se reapropriar do se mundo a partir de suas realidades empíricas – a pedagogia da complexidade ambiental *reconhece o conhecimento*, contempla o mundo como potência e possibilidade, entende a realidade como construção social mobilizada por valores, interesses e utopias (LEFF, 2007, p.219; grifo do autor).

Esta aprendizagem é compreensão e transformação do conhecimento subjetivo, ou seja, a partir do saber que constitui o ser. “[...] Toda aprendizagem é uma reapropriação subjetiva do conhecimento” (LEFF, 2007, p.218). Os conceitos e categorias de pensamento com os quais o homem codifica e dá significado à realidade é o que constitui a apreensão do mundo, do conhecimento e do saber sobre o mundo, a partir de suas experiências e realidades empíricas. Vale destacar, ainda, os princípios epistemológicos e pedagógicos para compreender a complexidade ambiental.

Quadro nº. 1 – Princípios epistemológicos e pedagógicos da complexidade ambiental conforme Leff (2007).

<i>Quanto à externalidade do ambientalismo complexo</i>	Não é o mundo “de fora” nem uma pura subjetividade e interioridade do ser. O ambiente é a natureza externalizada, as identidades desterritorializadas; saberes julgados pela razão totalitária, a globalidade homogeneizante, a lei universalizante, a ecologia generalizada.
<i>Complexidade ambiental</i>	Emergência de um pensamento complexo que apreende um real

<i>enquanto um processo de hibridizações ontológicas e epistemológicas</i>	em vias de complexificação. O ambiente enquanto objetividade e subjetividade, exterioridade e internalidade; não se ajusta a um conhecimento objetivo, a um método sistêmico e a um saber totalitário.
<i>O ambiente integrado por identidades múltiplas</i>	Constitui-se por <i>saber</i> e não apenas por <i>conhecer</i> . Trata-se de um saber que constitui o ser, na articulação do real complexo e do pensamento complexo, no entrecruzamento dos tempos e da reconstituição das identidades.
<i>Quanto à pedagogia da complexidade ambiental</i>	Implica um re-conhecimento do mundo a partir das leis limite da natureza e da cultura. Trata-se apreender o ambiente a partir do potencial ecológico da natureza e dos sentidos culturais que mobilizam a construção social da história.
<i>Quanto ao pensamento complexo</i>	Não é apenas interdisciplinaridade; implica convivência com o outro, que não é internalizável num mesmo indivíduo. É ser <i>em e com</i> o absolutamente outro, que aparece como criatividade, alteridade e transcendência.
<i>Quanto ao processo de complexificação</i>	Implica uma desconstrução do pensamento disciplinar, simplificador, unitário. Pressupõe um debate permanente frente as categorias e formas de pensamento que foram forjadas em formas do ser e do conhecer, moldadas por um pensamento unidimensional que reduziu a complexidade para ajustá-la a racionalidades totalitárias, a um pensamento homogeneizante e globalizante. Implica a desconstrução de certezas insustentáveis e a aventura na construção de novos sentidos do ser.
<i>Quanto à outridade e os sentidos culturais</i>	Reconhecimento da outridade e de sentidos culturais diferenciados, não apenas como uma ética, senão como uma ontologia do ser, plural e diverso. A complexidade ambiental enquanto processo dialógico, intercâmbio de saberes, hibridização da ciência, da tecnologia e dos saberes populares.
<i>Quanto ao saber ambiental</i>	Construção de sentidos coletivos e de identidades compartilhadas, que constituem significações culturais diversas na perspectiva de pensar o que ainda não é. A complexidade ambiental é a configuração de uma globalidade alternativa, como um mosaico

	de diferenças, como confluência e convivência de mundos de vida em permanente processo de hibridização e diferenciação.
<i>Quanto a aprender um saber ser com a outriedade</i>	Vai mais além do “conhece-te a ti mesmo”, como a arte da vida. O saber ambiental integra o conhecimento do limite e o sentido da existência. É um <i>saber chegar a ser</i> no sentido de saber que o ser é num devir no qual existe a marca do já sido, sempre aberto ao que ainda não é. É a incerteza vista como impossibilidade de conhecer o <i>sendo</i> e a certeza de que o ser não se contém no conhecimento prefixado das certezas do sujeito da ciência, da norma, do modelo, do controle.
<i>Quanto à construção coletiva do saber</i>	A complexidade ambiental incorpora um processo de construção coletiva do saber, no qual cada qual aprende a partir de seu ser particular. Diverso por natureza, este ser ressignifica e recodifica o saber ambiental para conferir-lhe seu selo pessoal, inscrever seu estilo cultural e reconfigurar identidades coletivas. Possibilita o encontro infinito de seres diversos dialogando a partir de suas identidades e diferenças.
<i>A complexidade ambiental enquanto dimensão do “por pensar”</i>	Se torna pensável a partir do já pensado. É um pensamento que se constrói por meio de estratégias de reapropriação do mundo; é uma compreensão que segue as trilhas do ser com a natureza, de uma complexificação epistemológica, das hibridizações do real, das articulações do conhecimento e do diálogo de saberes.

Adaptação: FARIAS, 2009.

Na perspectiva de Leff (2001; 2007), a partir da complexidade ambiental pode-se ter um caminho infinito no qual o ser se inscreve num devir complexificante, sendo, pensando e atuando no mundo (senso comum). A sua abordagem ganha destaque e maior atenção, uma vez que a complexidade ambiental proposta apresenta muitas similaridades com a proposta da EA emancipatória enfatizada na sequência do trabalho, sobretudo, ao reconhecer a prática educativa ambiental enquanto processo de transformação social.

No Brasil, há uma corrente propagada por Loureiro (2006), Loureiro, Layrargues e Castro (2006), Jacobi (2006) e Ruscheinsky (2002), que entende a EA a partir de sua dimensão transformadora, enfatizando a necessidade de ampliação do seu horizonte,

afirmando a complexidade ambiental contemporânea postulada por Leff (2001; 2007) e a complexidade ecológica de Morin (2000; 2002; 2003) em seus trabalhos. Estes autores também trazem uma importante contribuição, apresentando ao debate uma reflexão sobre as categorias conceituais que têm marcado presença nos textos de EA.

[...] uma qualificação do debate em torno daqueles que sinalizam para aspectos centrais das abordagens interdisciplinares e emancipatórias que reforçam um crescente direcionamento para o diálogo e a integração de saberes e ciências distintas, transcendendo o generalismo e o reducionismo (JACOBI, 2006, p.8).

A busca pela integração de saberes e ciências distintas é vertente para o processo de reflexão sobre as práticas existentes e as múltiplas possibilidades para pensar a realidade de modo complexo e “[...] defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica, cultura e transformação social” (JACOBI, 2006, p.8). Ora, pensar a realidade de modo complexo e defini-la como uma nova racionalidade são elementos explícitos postulados por Leff (2001; 2007), reforçando ainda mais a similaridade dos princípios elencados pela pedagogia da complexidade ambiental e da EA emancipatória. Layrargues (2006) define que a Educação Ambiental Emancipatória:

[...] se conjuga a partir de uma matriz que compreende a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na criação de espaços coletivos de estabelecimento das regras de convívio social, na superação das formas de dominação capitalistas, na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. Como práxis social que contribui no processo de construção de uma sociedade pautada por novos padrões civilizatórios e societários distintos dos atuais, na qual a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente e a construção de uma ética que se firme como ecológica sejam seu cerne. Educar é emancipar. A ação emancipatória é o meio pelo qual podemos romper com a barbárie do padrão vigente de sociedade e de civilização. Emancipação e transformação social são elementos que explicitam não se tratar de uma Educação Ambiental genérica, de um conjunto de conceitos que servem indistintamente para qualquer atividade que se autodenomine como Educação Ambiental (LAYRARGUES, 2006, p.15).

A EA é um processo de educação. Nesta perspectiva, nenhuma discussão a respeito das metas, objetivos e avaliação das práticas da EA que mereça credibilidade “[...] pode deixar de abordar a perspectiva sociológica da educação como um instrumento ideológico de reprodução das condições sociais” (LAYRARGUES, 2006, p.85).

Nesse sentido, na medida do possível, a educação ambiental deveria ser analiticamente enquadrada na perspectiva de uma prática pedagógica destinada seja a manter ou alterar as relações sociais historicamente construídas, mesmo que essa prática pedagógica não seja destinada exatamente ao convívio social, mas ao convívio humano com a natureza. Ilusão ou ingenuidade seria deixá-la de fora desse enquadramento teórico, como se a educação ambiental estivesse isenta da interação com a mudança social, como se a educação ambiental fosse, tal qual o ambientalismo fundamentalista, supra-ideológico (LAYRARGUES, 2006, p.85).

Nesta perspectiva, a EA enquanto prática social e prática pedagógica possibilita a manutenção ou a transformação das relações sociais construídas historicamente, ou seja, a interação com a mudança social é inerente ao processo educativo ambiental. Assim, as práticas educativas “[...] devem apontar para propostas pedagógicas centradas na mudança de hábitos, atitudes e práticas sociais, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos” (JACOBI, 2006, p.9). Isso conduz a sociedade ao desafio de elaborar novas bases epistemológicas da ciência que possibilitem o que Morin (2000) denomina de uma reforma do pensamento. E para que ocorra transformação do pensamento faz-se necessário rever valores, implicando em mudança de paradigma no modo do sujeito pensar e agir sobre o mundo. O paradigma da complexidade seria uma alternativa de transformação dos moldes sociais atualmente estabelecidos.

Uma mudança paradigmática implica uma mudança de percepção e de valores, e isso deve orientar de forma decisiva para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir num processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando novas possibilidades de ação. O paradigma da complexidade, coloca o desafio do diálogo entre certeza e incerteza, propiciando que os indivíduos vivenciem uma realidade marcada pela indeterminação, a interdependência e a causalidade entre os diferentes processos. Entretanto, isso não deve se transformar numa camisa de força conceitual e metodológica, mas numa articulação entre os processos subjetivos e objetivos que estão presentes na produção de conhecimento e de sentidos (JACOBI, 2006, p.9).

Nesta perspectiva, o desafio da dialética possibilita uma vivência indeterminada para o indivíduo. Permite, ao sujeito, uma realidade marcada pela indeterminação e interdependência entre as diferentes ordenações sociais. O paradigma da complexidade permite um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e

participação, abrindo um espaço estimulante para entender a apropriação da natureza por parte da mobilização de novos atores sociais.

Refletir sobre a complexidade ambiental abre um estimulante espaço para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando uma mudança na forma de pensar, uma transformação do conhecimento e das práticas educativas (JACOBI, 2006, p.9-10).

Pelas discussões apresentadas, considera-se que há diversidade entre visões e concepções na EA, estabelecendo posicionamentos distintos: “[...] em pelo menos quatro eixos que se desdobram em vários pressupostos e que formam diferenciadas abordagens, às quais é preciso dar devida atenção ao se resumir determinada opção teórica e metodológica” (LOUREIRO, 2006, p.111). Os quatro eixos destacados pelo autor são:

Quadro nº. 2 – Os quatro eixos destacados Loureiro (2006) para a concepção de Educação Ambiental.

Eixos	Visão Emancipatória	Visão conservadora ou comportamentalista
<i>Quanto à condição de ser natureza</i>	Certeza de que somos seres naturais e de que nos realizamos e redefinimos culturalmente o modo de existir na natureza pela própria dinâmica societária na história da natureza.	Convicção de que houve um afastamento de nossa espécie de relações adequadas, idealmente concebidas como inerentes aos sistemas ditos naturais, sendo necessário o retorno a esta condição natural pela cópia das relações ecológicas.
<i>Quanto à condição existencial</i>	Entendimento que somos constituídos por mediações múltiplas, impossível de ser pensado exclusivamente em termos racionais, genéticos ou espirituais – sujeito social cuja	Sujeito definido numa individualidade abstrata, numa racionalidade livre de condicionantes sociais, cuja capacidade de mudança se centra na dimensão “interior”, minimizando ou excluindo a determinação histórica.

	liberdade e individualidade se definem na existência coletiva.	
<i>Quanto ao entendimento do que é educar</i>	Educação como práxis e processo dialógico, crítico, problematizador e transformador das condições objetivas e subjetivas que formam a realidade.	Educação como processo instrumental, comportamentalista, de adequação dos sujeitos a uma natureza vista como harmônica e como processo facilitador da inserção funcional destes numa sociedade ou definida de modo atemporal e sem historicidade, visto como um sistema pré-estabelecido.
<i>Quanto à finalidade do processo educativo ambiental</i>	Busca por transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classes sociais, culturais e estruturas, como base para a construção democrática de “sociedades sustentáveis” e novos modos de se viver na natureza.	Busca por mudança cultural e individual como suficiente para gerar desdobramentos sobre a sociedade e como forma de aprimorar as relações sociais, tendo como parâmetro as relações vistas como naturais, sem entrar no mérito a possibilidade histórica de construir outro sistema social, adotando geralmente uma abordagem funcionalista de sociedade e organicista de ser humano.

Fonte: LOUREIRO, 2006, p. 111-112.

Diante do conteúdo apresentado no quadro, pode-se ter noção das diferenças entre duas perspectivas diferentes de pensar a EA: **a visão conservadora ou comportamentalista e a visão emancipatória**. Sob a perspectiva da visão conservadora, segundo Loureiro (2006), o ser humano se afasta da natureza (e de sua própria natureza), sendo necessário o retorno a esta condição natural pela representação das relações ecológicas. O sujeito é percebido enquanto individualidade abstrata, numa racionalidade livre de condicionantes sociais, e minimiza ou exclui a determinação histórica.

Já a visão emancipatória concebe o ser humano enquanto ser natural, capaz de redefinir culturalmente o modo de existir na natureza pela própria dinâmica societária na história da natureza. Entende que o ser humano constituído por mediações múltiplas, sujeito

social cuja liberdade e individualidade se definem na existência coletiva. Postula a Educação como práxis e processo dialético, crítico e transformador das condições objetivas e subjetivas que compõem a realidade. E vê o processo educativo ambiental como meio para a transformação social, integrando indivíduos, grupos e classes sociais e culturais como base para a construção democrática de “sociedades sustentáveis” e novos modos de se viver *na* e de pensar *a* natureza.

A educação, segundo a visão conservadora, é um processo instrumental, comportamentalista, de adequação dos sujeitos à natureza e como processo facilitador da inserção funcional destes numa sociedade organicista, visto como um sistema pré-estabelecido. Entende o processo educativo como busca por mudança cultural e individual como forma de aprimorar as relações sociais, tendo como parâmetro as relações vistas como naturais.

Geralmente, as atividades de EA desenvolvidas nas UCs partem de uma visão conservadora, através de métodos instrumentais comportamentalistas. Trata-se de propostas generalistas de EA que não consideram o contexto econômico, social, cultural e ambiental das populações que vivem nas áreas naturais protegidas ou em seu entorno. Na sequência, aborda-se, brevemente, o histórico das UCs no Brasil e o papel dos Parques Nacionais na conservação da natureza, objetivando elucidar alguns aspectos importantes no que concerne a discussão sobre a relação sociedade/natureza, com ênfase nas características peculiares das populações tradicionais que sobrevivem a partir do modo extrativista de “apropriação dos recursos territorializados” (ACSELRAD, 2003, p.37) em áreas de proteção ambiental.

Unidades de Conservação e o papel dos Parques Nacionais: a entrada no caso do Superagui

A criação do Yellowstone National Park, em 1872, nos Estados Unidos, foi a primeira iniciativa de proteção integral pelo Estado. Ainda se tratava de um esforço para salvar apenas a paisagem, e não o ambiente, mas que serviu como exemplo para iniciativas semelhantes em outros países, como o Brasil, por exemplo. Contudo, segundo Kinker (2002), a prática de proteger ambientes naturais por sua beleza cênica e potencial para recreação data do século XIX. O primeiro Parque Nacional brasileiro foi o de Itatiaia

(MG/RJ), criado em 1937. Segundo a Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação (REDEPROUC) e a *Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA)*, embora ainda ocupem uma pequena área do território brasileiro, o número de parques nacionais cresceu nos últimos 50 anos e os mecanismos legais, técnicos e científicos para sua criação e proteção tornaram-se mais sofisticados.

As áreas naturais protegidas são um dos mecanismos de conservação e proteção dos recursos ambientais adotados em todo o mundo. No Brasil, segundo Cabral e Souza (2005), estes espaços se caracterizam como uma das ferramentas preconizadas pela Política Nacional do Meio Ambiente, cujo “objetivo fundamental é compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (Art. 4º, I), em busca da tão sonhada sustentabilidade ambiental. A partir de seu caráter institucional, as UCs são áreas delimitadas no território nacional, estabelecidas pelo governo federal, para proteção de áreas naturais que possuem ecossistemas significativos. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído pela lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, constituindo a estrutura normativa relativa às UCs no Brasil. Assim, estabelece normas e critérios para a criação, implantação e gestão das UCs.

As Unidades de Uso Sustentável somam sete categorias diferentes e o aproveitamento econômico direto dos recursos é permitido e deve compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável da parcela dos seus recursos naturais. Já as Unidades de Proteção Integral, segundo as concepções do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e conforme Kinker (2002) têm como objetivo principal a preservação da natureza, não sendo permitida a exploração ou o aproveitamento dos recursos naturais de forma direta. Esse grupo é composto por cinco categorias de unidades de conservação: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio da Vida Silvestre.

Dentre os objetivos específicos das UCs, segundo o MMA e conforme Cabral e Souza (2005) destacam-se: a proteção de paisagens de relevante beleza cênica ou que contenham valores culturais, históricos e arqueológicos, de interesse para pesquisa, educação ou turismo; e, ainda, a condução, nessas áreas, de atividades de EA – formal,

informal, turística ou de informação à comunidade – com objetivo de desenvolver uma consciência pública voltada para a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Um dos objetivos estabelecidos pelo SNUC que mais chama atenção é citado no Capítulo II, Art. 4º, inciso XII: “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o ecoturismo”. Assim, os benefícios que os parques nacionais podem trazer para a sociedade, além da manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos, são as oportunidades de recreação, lazer e ecoturismo, as possibilidades de desenvolver práticas de EA e pesquisa, e a proteção dos valores histórico-culturais das comunidades de entorno. Os Parques Nacionais destinam-se:

[...] à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica, cênica, científica, cultural, educativa e recreativa, onde é proibida qualquer interferência humana direta, com exceção das ações de manejo necessárias para sua administração (Congresso Nacional 1993). A visitação pública é permitida, mas está sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade [...] (KINKER, 2002, p.36).

Neste contexto, uma das poucas atividades econômicas permitidas para essa categoria de Unidade de Conservação é a prática turística. Então, pode-se facilmente perceber que quanto maior for o índice de visitação de uma área, maior será a necessidade de investimentos em infra-estrutura e, também, maior deverá ser o cuidado com as ações estipuladas pela equipe de conservação e manejo. Com o aumento da demanda turística, as implicações regulamentares de áreas naturais protegidas tendem a aumentar, fato que fortalece a argumentação no tocante à conscientização e responsabilidade ambiental por parte da população local, atores de grande importância para o bom uso e manejo das áreas, diante das especificidades normativas das UCs.

Nesta perspectiva, destaca-se a EA como prática mitigadora das transformações que podem ocorrer através da relação existente entre os moradores de entorno das UCs e seu meio, bem como sua relação com atores externos, ou ainda, gerada pela “exploração” turística dos recursos naturais e culturais das áreas protegidas. Para tanto, devem ser considerados os aspectos naturais, culturais e econômicos, bem como a identidade e o espaço social das comunidades, associados às normativas postuladas pelo IBAMA para as UCs. Assim, Pedrosa Jr. e Sato (2007) e Diegues (2000), chamam atenção para o fato de que a formulação de práticas de EA, ou ainda a concepção de planos de manejo das UCs

que visem o desenvolvimento com equidade e justiça social, passível de sustentabilidade, não terá eficácia se não houver uma contextualização do conhecimento tradicional sobre o funcionamento dos diversos sistemas ambientais.

A principal crítica à concepção tradicional das UCs é que elas são criadas e geridas sem a participação das comunidades atingidas. Geralmente, essas áreas permanecem isoladas, sem haver integração à dinâmica socioeconômica e cultural local e regional. Dessa maneira, “[...] o que se tem observado é um aumento da pressão antrópica sobre essas áreas e a geração de conflitos e problemas sociais graves [...]” (KINKER, 2005, p.39). Vale destacar ainda, que a questão das UCs levanta diversos problemas de caráter político, social e econômico e “[...] não se reduz, como querem os preservacionistas puros, a uma simples questão de ‘conservação do mundo natural’, e mesmo da proteção da biodiversidade” (DIEGUES, 2000, p.17. Grifo do autor).

Um primeiro conjunto de problemas diz respeito ao tipo e às características das unidades de conservação existentes, pois as que são caracterizadas como prioritárias, como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas não permitem a presença de populações humanas, mesmo as consideradas tradicionais que habitavam essas áreas por dezenas e até centenas de anos sem a depredarem [...] (DIEGUES, 2000, p.17).

Na maioria dos casos, conforme acrescenta Kinker (2002), as populações mais prejudicadas são as de menor poder aquisitivo, que vivem nas áreas onde são estabelecidas as UCs por várias gerações e cuja economia se baseia quase sempre em formas tradicionais de exploração dos recursos naturais, dos quais dependem diretamente para sua sobrevivência. Esse é o caso do PARNA do Superagui. A população tradicional de caiçaras da Barra do Superagui sofrem as consequências da criação do Parque no final da década de 1980, sendo que a maioria das famílias que vivem na vila de Pescadores são descendentes diretos dos colonizadores da região, ou seja, seus antepassados viviam naquele local desde o século XIX. Vale mencionar, ainda, a presença dos índios tupiniquins e carijós que habitavam a região antes da criação do Parque e que tiveram significativa importância para a cultura caiçara. Segundo Diegues (2006), os caiçaras que habitam a região do PARNA do Superagui fazem parte de uma cultura crioula ou cabocla, originária do aporte cultural dos europeus, negros e índios. Sobre a cultura caiçara tem-se o seguinte relato:

[...] a associação entre pesca e agricultura, a importância do “complexo farinha de mandioca”, as relações sociais individualizadas em grupo maior e na família nuclear, através de mutirões, a reciprocidade na vida cotidiana, a falta de uma noção de autoridade formal, a pouca importância dada à religião oficial, estão entre as principais características da cultura caiçara (DIEGUES, 2006, p.15).

Estas características ainda podem ser observadas na comunidade da Barra do Superagui, onde ainda há resquícios das “casas de mandioca”. Percebe-se, também, uma configuração diferenciada das relações sociais, ainda pautadas na reciprocidade estabelecida entre os moradores locais. Algumas dessas características culturais também configuram a cultura caipira do interior do Estado do Paraná. Embora haja similaridades entre a cultura caiçara e a cultura caipira, a primeira se distingue por ter “[...] desenvolvido um conjunto de práticas materiais e imateriais ligadas ao mesmo tempo ao mar e à terra [...]”, enquanto que a última é “[...] essencialmente baseada na agricultura e em outras atividades ligadas à mata, sem ter contato com o ambiente marinho” (DIEGUES, 2006, p.15). Quanto à terminologia utilizada para populações “tradicionais” ou “nativas”, vale ressaltar que não existe uma definição universalmente adotada para caracterizar quem são ou fazem parte destas comunidades.

[...] No sentido literal, o termo “tradicional” (*indigenous*) implica uma longa residência numa determinada área. Mesmo assim, no direito internacional, o termo começou a ser usado de forma mais precisa, aplicada a grupos étnicos distintos que têm uma identidade diferente da nacional, tiram sua subsistência do uso dos recursos naturais e não são politicamente dominantes [...] (DIEGUES, 2000, p.230-231).

O Banco Mundial, segundo Diegues (2000) define como “tradicionais” os grupos sociais cuja identidade social e cultural é distinta da sociedade dominante que os torna vulneráveis por serem desfavorecidos pelos processos de desenvolvimento. Já a Organização Internacional do Trabalho, cujas convenções tratam de povos tradicionais e tribais, põe mais ênfase na noção residência prévia na área, antes da conquista, colonização ou estabelecimento das fronteiras atuais dos países. No entanto, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) enfatiza a autodeterminação como critério fundamental para se determinar onde se aplicam as convenções.

No Brasil, diante das convenções adotadas pela OIT, apenas os povos indígenas seriam considerados populações tradicionais, uma vez que eram os únicos grupos étnicos

que habitavam o nosso país antes do processo de colonização. As populações e culturas tradicionais não-indígenas, são, de forma geral, consideradas “camponesas” e:

[...] são frutos de intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. Elas incluem os “caiçaras” que habitam o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; os “caipiras”, dos estados do sul; os habitantes de rios e várzeas do Norte e Nordeste (os vargeiros); as comunidades pantaneiras e ribeirinhas do Pantanal Mato-Grossense; os pescadores artesanais, como os jangadeiros do litoral nordestino [...] (DIEGUES, 2000, p.15).

Trata-se de populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial e, com relativo isolamento, desenvolveram modos de vida peculiares que envolvem grande dependência dos recursos naturais, dos ciclos naturais bem como do conhecimento sobre o funcionamento dos ciclos biológicos, de “[...] tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígenas e negra” (DIEGUES, 2000, p.15). A expressão indígena *superagui*, cujo significado é “grande água”, ou, ainda, “rainha dos peixes” – variações que podem ser encontradas na literatura – exemplifica a influência indígena no PARNA do Superagui, onde a comunidade da Barra do Superagui ainda guarda peculiaridades do cultivo (mandioca, batata-doce, milho, feijão) e extrativismo (madeira, frutas, ervas medicinais) de subsistência.

Com a criação das UCs, as populações tratadas como “tradicionais” (DIEGUES, 2000) passaram a ter restrições quanto à ocupação e uso do solo. Trata-se de restrições postuladas por medidas conservacionistas que não consideram o modelo peculiar de ocupação do solo e uso dos recursos naturais, a partir de conhecimentos tradicionais de produção, que estabelece uma relação intrínseca com os ciclos naturais do ambiente biofísico e que, habitualmente, está voltado à subsistência das comunidades tradicionais.

No caso dos pescadores caiçaras da Barra do Superagui, há uma pequena relação comercial da pesca artesanal que praticam e o comércio de pescados de Paranaguá. Outra característica peculiar da comunidade é a configuração do trabalho pautada na mão-de-obra familiar e a utilização de técnicas artesanais, derivadas de conhecimentos tradicionais que perpassam as gerações como, por exemplo, a construção dos barcos e confecção das redes de pesca. Trata-se de uma comunidade que vive do extrativismo, da produção de

subsistência e da pequena relação comercial com agentes externos à Ilha estabelecida pela atividade pesqueira e pela atividade turística como fonte alternativa de renda.

Arruda (2000) revela que grande parte das populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas etc. – ocupam as terras, que passam a fazer parte do território das UCs, há muito tempo¹⁰ e não possuem registro legal de propriedade privada, pois, anteriormente, seguiam formas de relação e de ocupação do espaço definidas apenas pelo local de moradia como parcela individual e o uso comum do solo na parcela restante da área habitada, regulamentado pelos costumes locais e por normas compartilhadas internamente. É neste contexto que surge evidências do conflito entre a população local e o órgão responsável pela gestão das UCs, neste caso o IBAMA, uma vez que a delimitação das APAs acaba por intervir diretamente na configuração socioespacial das comunidades. Assim, apresentam-se alguns elementos da metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa. Com base nos procedimentos do estudo de caso, procurou-se relatar aspectos sobre o papel do IBAMA no PARNA do Superagui, ressaltando os conflitos e os mecanismos da relação entre a população da Barra do Superagui e o órgão responsável pela gestão da UC.

A construção desta pesquisa segue uma metodologia pautada em três momentos distintos, porém, concomitantes, numa lógica habitual no que diz respeito à práxis de desenvolvimento de um trabalho científico, pautado no estudo de caso. Tais momentos consistem em consulta e revisão bibliográfica, trabalhos de campo com visitas e estadia na Barra do Superagui (Parque Nacional do Superagui/PR), e construção deste texto dissertativo com os dados, relacionados com as informações coletadas e necessárias para responder ao propósito dos objetivos do projeto os quais compõem esta dissertação.

No que diz respeito à consulta bibliográfica foram realizadas leituras relacionadas às discussões da questão ambiental, principalmente, quanto à concepção das práticas conservacionistas e de proteção da natureza adotada no Brasil, a partir da política das Unidades de Conservação em Diegues (2000 e 2001); Arruda (2000) Cabral e Souza (2005); Gonçalves (2002), Mendonça (2007); e, Kinker (2002). Buscou-se trazer a

¹⁰ No caso do PARNA do Superagui, segundo Pedroso e Sato (2007) a colonização da região ocorreu em 1852, com a instalação de uma das primeiras colônias européias no Estado do Paraná, na Ilha do Superagui. No entanto, há evidências de que o Superagui foi habitado por índios tupiniquins e carijós até a chegada dos portugueses, assunto que será retomado na contextualização histórica do Parque no capítulo III.

complexidade do pensamento ambiental em Leff (2001 e 2007) e Morin (2000), bem como os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Ambiental (EA) em Dias (1994); Loureiro (2006); Ruscheinsky (2002), Layrargues (2006); Leonardi (1997); e, Duvoisin (2002).

Os trabalhos de campo, constituídos por três visitas *in loco* na Barra do Superagüi, vila de pescadores localizada no Parque Nacional do Superagüi/PR, com a permanência de 55 dias, nos meses de janeiro e fevereiro de 2007, 2008 e 2009 respectivamente, que objetivaram diagnosticar as atividades de EA desenvolvidas na ilha, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e por Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Para a realização dos trabalhos de campo, obteve-se a autorização do IBAMA através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO (Anexo A). Trata-se de um sistema automatizado, interativo e simplificado de atendimento à distância e de informação. Por meio do preenchimento e envio de formulários eletrônicos pela internet, os pesquisadores podem solicitar, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), autorizações para a realização de atividades com finalidade científica ou didática, no âmbito do Ensino Superior.

Durante os campos, foi possível, averiguar algumas iniciativas autônomas como, por exemplo, uma proposta de EA, desenvolvida pelos alunos do curso de Pós-Graduação “Arte-Educação” – do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX). Iniciativa que, segundo seus idealizadores, teve por objetivo abordar a importância da reciclagem para a conservação e preservação do meio ambiente, através da arte-educação na comunidade da Barra do Superagüi.

A coleta de dados e de informações ocorreu, principalmente, através de conversas informais, de entrevistas e de observações durante a convivência com a população local da Barra do Superagüi, além de conversas com o Secretário de Turismo da Prefeitura de Guaraqueçaba, com o chefe do Parque Nacional do Superagüi, com os membros da equipe do Projeto COOPERGUARÁ ECOTUR (Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba), fomentado pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), responsáveis pelo monitoramento e operacionalidade das atividades da Cooperativa na temporada de verão/2008 na sede da Barra do Superagüi, com a presidente da ONG

(Organização Não Governamental) Trupe do Saci, com a presidente-fundadora do Instituto Yori, com a funcionária da SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), com o atual presidente da Associação de Moradores da Barra do Superagüi e, principalmente, com os moradores da vila de Pescadores.

Durante as duas visitas *in loco*, procurou-se conhecer o contexto e o cotidiano da população da vila de pescadores que convive com o sistema normativo da UC desde 1989, considerando suas atividades econômicas (como a pesca e o turismo, por exemplo), suas manifestações populares (fandango, saberes tradicionais e artesanato), condições de infraestrutura (como saneamento básico, coleta de lixo etc.), bem como as condições e modos de vida na Barra do Superagüi. Para tanto, se propôs a presente pesquisa pautada no estudo de caso, por meio do diagnóstico da EA na Barra do Superagüi procurando analisar os efeitos e causas das atividades realizadas com a comunidade e para ambiente local.

O estudo de caso consiste numa metodologia de pesquisa utilizada nas mais diversas áreas de conhecimento. Segundo Yin (2005) cada estratégia adotada para realizar uma pesquisa apresenta vantagens e desvantagens próprias, dependendo de três condições basicamente: “[...] a) o tipo de questão da pesquisa; b) o controle que o pesquisador possui sobre os eventos comportamentais efetivos; c) o foco em fenômenos históricos, em oposição a fenômenos contemporâneos” (YIN, 2005, p.19).

Em geral, dá-se preferência aos estudos de caso quando se colocam questões do gênero “como” e “por que”, “[...] quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real [...]” (YIN, 2005, p.19). Este é caso da proposta levantada para o desenvolvimento da presente pesquisa: fazer um diagnóstico das atividades de EA na Barra do Superagüi, a partir do questionamento de “como” as práticas de EA vêm sendo desenvolvidas, “por que” há a necessidade de desenvolvê-las e “para quem” elas estão sendo direcionadas.

Este estudo de caso cujo enfoque se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos no contexto do cotidiano dos moradores da Barra do Superagüi. Segundo Yin (2005) há três tipos de estudos de caso: os estudos explanatórios, os exploratórios e os descritivos. Yin (2005) chama atenção para o fato de que muitas vezes ocorre uma interpretação equivocada de que as diversas estratégias de pesquisa devem ser dispostas

através da hierarquia. Muitos cientistas acreditam que os estudos de caso são apropriados somente à fase exploratória de uma investigação, que os levantamentos de dados e as pesquisas históricas são apropriadas à fase descritiva e que os experimentos consistem na única maneira de fazer investigações explanatórias ou causais. No entanto, essa visão hierárquica pode ser questionada, mas “[...] independentemente do tipo de estudo de caso, os pesquisadores devem ter muito cuidado ao projetar e realizar estudos de casos a fim de superar as tradicionais críticas que se faz ao método” (YIN, 2005, p.19).

Para Triviños (1987) há três tipos de estudos de caso: os estudos históricos-organizacionais, os estudos de caso observacionais e os estudos denominados história de vida. Segundo ele, o estudo de caso é um dos tipos de pesquisa qualitativa mais relevante. “[...] Caracteriza-se fundamentalmente, do ponto de vista da medida dos dados que ele apresentava, pelo emprego, de modo geral, de uma estatística simples, elementar”. Trata-se de “[...] uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente” (TRIVIÑOS, 1987, p.133). De um lado, a natureza (origem) e a abrangência (recorte) da unidade, que pode ser, também, um sujeito. De outro lado, a complexidade do estudo de caso é determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho ao investigador.

O importante é salientar que, no estudo de caso qualitativo, “[...] onde nem as hipóteses nem os esquemas de inquirição estão aprioristicamente estabelecidos, a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda no assunto [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p.134). Esta é uma das principais características atribuídas, com cautela, durante o desenvolvimento desta pesquisa. Procurou-se estabelecer e delimitar, a priori, a abrangência da unidade de investigação e determinar os suportes teóricos que serviram de orientação para a realização do trabalho, considerando-se a procura por objetividade, originalidade, coerência e consistência das idéias.

No estudo de caso procede-se com “[...] uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um *todo*, seja um indivíduo, seja uma família, uma instituição ou uma comunidade [...]” (GOLDENBERG, 2000, p.33. Grifo da autora), com o objetivo de compreendê-los em suas próprias adjacências. Assim, optou-se pelo estudo de caso enquanto procedimento metodológico para fazer o diagnóstico das

práticas de EA na Barra do Superagüi, com o propósito de analisar como as práticas educativas refletem e/ou transformam a relação entre os indivíduos da comunidade e a sua relação com a gestão ambiental do PARNA do Superagüi. Desta forma, procura-se desenvolver esta pesquisa de maneira a não perder a objetividade.

O papel do IBAMA no Parque: Gestão e Educação Ambiental na Barra do Superagui

Segundo Cabral e Souza (2005), os Parques Nacionais estão previstos na Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, fazendo parte das especificidades do Código Florestal instituído naquela época. Contudo, o regulamento que definiu mais claramente esse tipo de UC só foi aprovado há uma década depois por meio do Decreto nº. 84.017, de 21 de setembro de 1979. Por meio deste regulamento, consideram-se Parques Nacionais “as áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade no seu todo”.

O objetivo principal desta categoria de UC consiste na preservação dos ecossistemas naturais e são destinados às pesquisas científicas e às práticas educativas e recreativas – como às atividades de EA e atividades turísticas, por exemplo – e cabe às autoridades preservá-los e promover a gestão ambiental eficaz destas Unidades, por meio do Zoneamento, seguido do Plano de Manejo e do Plano de Uso Público. O domínio é público, cabendo ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) as disposições gerais legislativas e ao IBAMA a gestão e administração das Unidades.

Neste contexto, enfatiza-se nesta pesquisa como campo investigativo a categoria de UC o PARNA do Superagui, visando um diagnóstico das atividades de EA possivelmente propostas e fomentadas pelo IBAMA e pelas ONGs na Barra do Superagui. As organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de cunho socioambiental no Parque trabalham em conjunto com o órgão ambiental nacional, e são intituladas, pelo próprio IBAMA, de “parceiros”. Assim, procurou-se levantar os principais problemas enfrentados pelo IBAMA e pelos seus “parceiros” no apoio à EA na Barra do Superagui e, concomitantemente, averiguou-se as principais dificuldades enfrentadas pela população local para viver na Unidade.

Considera-se importante que os aspectos naturais, bem como os aspectos culturais e os econômicos, aliados a identidade e ao espaço social da comunidade, sejam contemplados nas normativas postuladas pelo IBAMA para as UCs, como é o caso do PARNA do Superagui. Destaca-se o papel do IBAMA no Parque, enquanto órgão fiscalizador das leis postuladas pelo SNUC. Sua sede está localizada na comunidade da Barra do Superagui, próximo à vila de Pescadores, como mostra a foto n.º 1, e conta com apenas três funcionários, incluindo o chefe do Parque e mais duas funcionárias da comunidade, prestando serviços de secretaria, de limpeza e serviços gerais.

Durante o período desta pesquisa, foram realizadas conversas informais com os dois funcionários¹¹ do IBAMA responsáveis pela sede do PARNA do Superagui, localizada na vila de pescadores da Barra do Superagui, além da entrevista com o chefe do Parque¹². Na sequência, apresentam-se alguns trechos desta entrevista, destacando os aspectos que são considerados mais pertinentes ao propósito do presente estudo.

Foto n.º 1 – Sede do IBAMA na Barra do Superagui / PARNA do Superagui.



Fonte: FARIAS, A. S. de. Janeiro/2007.

¹¹ O funcionário A é encarregado da prestação de serviços gerais, tais como: pilotar a embarcação da Unidade, reparos gerais na sede do IBAMA no PARNA do Superagui, etc., além de auxiliar nos processos de fiscalização. Quanto à funcionária B, é responsável pelos serviços administrativos da sede, como, por exemplo, secretaria e recepção. A permanência de ambos na sede é efetiva, uma vez que são nativos da Ilha, cumprindo uma carga horária igual à 40h semanais de trabalho.

¹² O chefe de uma UC é encarregado pela gestão da sede, neste caso específico a sede do IBAMA no PARNA do Superagui. Cabe a ele, averiguar o funcionamento administrativo e o processo de gestão do Parque. Sua função também permeia situações normais do cotidiano, relacionados com o ambiente de trabalho, coordenação de equipe, propondo soluções para possíveis entraves burocráticos e administrativos, normais em muitas repartições públicas.

Quanto ao Plano de Manejo da UC, o chefe do PARNA do Superagui revela que se trata de um documento muito importante, principalmente, porque ele dá legitimidade para algumas ações de manejo – por exemplo, só é possível cobrar ingresso de visitante a partir do Plano de Manejo e, muitas vezes, até só depois do Plano de Uso Público. Pode ocorrer de o Plano de Manejo já contemplar a questão da visitação e, então, não há a necessidade de complementar. Mas, muitas vezes é necessário. Sobre o caso específico do Parque em questão, ele se posiciona dizendo:

[...] Aqui eu acho que vai ter que ser feito não necessariamente um Plano de Uso Público, mas, pelo menos, um estudo de viabilidade econômica, algumas alternativas para buscar parceiros para implementar uma condição de visitação mais bem estruturada, com plano de negócios. Mas, deve-se considerar que aqui tem um perfil muito grande para um turismo com base comunitária; pelo desenho da Unidade dá para estabelecer isso (Chefe do Parque).

O entrevistado responsável pela administração do Parque revela, ainda, a necessidade de “desmistificar” o Plano de Manejo e destaca que se trata de um documento importante para ordenar a gestão da Unidade. No entanto, o PARNA do Superagui foi criado em 1989 e, após duas décadas da sua implementação, ainda não foi elaborado tal documento para auxiliar a sua gestão. O grande questionamento (paira) permanece em relação às práticas de preservação e conservação da natureza adotadas pelas ONGs que atuam no Parque, os conflitos entre a população local e o órgão responsável pela gestão da UC quanto à regulamentação da ocupação e uso do solo, além dos conflitos entre os interesses da população local e os interesses de agentes externos à Ilha como, por exemplo, alguns investidores que visam o desenvolvimento da atividade turística na Barra do Superagui. Como gerir e ordenar o PARNA do Superagui sem o Plano de Manejo? Em que parâmetros vêm sendo ordenado o uso e ocupação do solo? Como avaliar se as medidas de conservação dos patrimônios histórico-cultural e ambiental do Parque são, de fato, efetivas, se não há a equipe responsável pelo Manejo e Conservação como consta o Plano de Manejo (que não existe)? E de que forma vem sendo desenvolvida a prática turística e as atividades de EA no Parque, se não há o planejamento do Uso Público? Essas são algumas questões que nortearam as observações durante os trabalhos de campo na área de estudo, cujas reflexões foram travadas neste texto, bem como no capítulo a seguir. No que se refere à complexidade da efetivação do Plano de Manejo o entrevistado revela que:

[...] todo mundo sempre trabalhou na idéia de que o Plano de Manejo é um documento muito amplo, muito complexo, muito aprofundado e esqueceu que ele é um documento que basicamente tem que auxiliar na gestão da Unidade (Chefe do Parque).

Está evidente que o Plano de Manejo é um documento norteador de diversas ações que correspondem aos objetivos postulados para a conservação e preservação da biodiversidade e para mitigar os conflitos que possam surgir entre o órgão gestor das UCs e as comunidades do entorno, das áreas de amortecimento e, principalmente, daquelas comunidades que vivem em áreas naturais protegidas – como é o caso dos moradores da Barra do Superagui –, quando são acionados os mecanismos legais de proteção e regulamentação do uso dos recursos naturais territorializados.

Embora seja reconhecida a sua importância, na prática tal documento não tem efetivação e não contempla a complexidade da relação homem/natureza nos mecanismos de conservação e proteção dos ambientes que se pretende assistir. Vale enfatizar que, no caso específico do PARNA do Superagui, observa-se que a relação entre a comunidade e os elementos biofísicos do Parque se constitui por meio de técnicas e ritmos (tempo) distintos de apropriação e uso dos recursos naturais dos centros urbanos ou, ainda, da região costeira do Paraná, considerando a peculiaridade cultural dos caiçaras e a tradição da produção calcada no extrativismo de subsistência. Grande parte dos conflitos emergentes em UCs reflete a falta deste plano e motivam a reflexão sobre o modelo de conservação da natureza adotado e, que é enfático em nosso país, por evidenciar o modelo norte americano de proteção, desconsiderando a população nativa. É o que Diegues (2000) denuncia em sua obra como um dos aspectos negativos do processo de criação das áreas naturais protegidas.

Uma possibilidade para mitigar os conflitos e se fazer efetivar o Plano de Manejo das UCs, com destaque para o PARNA do Superagui, estaria em:

[...] agrupar, através de uma consultoria simples, qual é o conhecimento que se tem sobre a Unidade no momento, fazer um planejamento com quem trabalha na Unidade, no caso o IBAMA, juntamente com os parceiros (as ONGs) e com os moradores, para trabalhar com objetivos estratégicos (Chefe do Parque).

Assim, entende-se que para elaborar o Plano de Manejo do PARNA do Superagui de maneira que se possa realmente efetivá-lo é necessário integrar o conhecimento dos responsáveis pela administração do Parque, dos membros das ONGs que desenvolvem

trabalhos em parceria com o IBAMA – conhecimento estes sobre a contextualização histórica, bem como os conflitos e as problemáticas socioambientais atuais que ocorrem na Unidade, além do conhecimento técnico específico de conservação e preservação dos ecossistemas – e, principalmente, o conhecimento empírico da população que vive no Parque, pois os moradores são fundamentais para o processo de proteção das UCs. Com a participação efetiva dos moradores e dos profissionais que atuam no Parque na elaboração e execução do Plano de Manejo, segundo o entrevistado, busca-se medir se as ações são efetivas e se os recursos são suficientes para implementá-las dentro de um planejamento, através de indicadores de resultados que possibilitam avaliar o processo. Pois,

[...] se não houver isso aí não adianta querer fazer. Ficam Planos de Manejos maravilhosos no papel, mas que ficam engavetados. Quer dizer, duzentas ações, trezentas ações que são ideais, ninguém está questionando aqui que são inventadas, mas que não funcionam porque tem uma ou duas pessoas na Unidade, então não adianta. (Chefe do Parque).

A partir da fala do entrevistado fica evidente a preocupação não só com o processo de elaboração do documento, mas, também, com a sua efetivação. Em muitos casos, o principal problema é porque o Plano de Manejo é feito por uma equipe que desconhece a realidade e o cotidiano das UCs e, assim, formulam-se ações que não condizem com o seu funcionamento prático. Esta é a maior constatação em relação ao Plano de Manejo: ser preparado pelos agentes que, de fato, trabalham e conheçam a configuração da UC bem como a participação efetiva e contínua da população local, com vistas a elaborar um cenário mais próximo da realidade que contemple a conservação e preservação do ecossistema que representa o interesse pela proteção da Unidade, sem prejudicar a sobrevivência da população local e, mais do que isso, que as ações pretendidas possam garantir a melhoria da qualidade de vida dessa população, além de: incentivar o desenvolvimento de pesquisas científicas, de atividades lúdicas e recreativas – como, o lazer e o turismo, por exemplo – e de práticas educativas como a EA para a população local e para os visitantes das UC.

Quanto à contribuição das pesquisas realizadas na Unidade para a elaboração do Plano de Manejo do PARNA do Superagui, de acordo com o entrevistado, em seu depoimento ele revela que “*a pesquisa é um objetivo claro e forte em uma Unidade [...]*”

(Chefe do Parque). O relato indica que o bom funcionamento de uma área natural protegida se constitui a partir do tripé: a pesquisa, a questão do uso público e a questão da logística, apontados como os aspectos fundamentais para a gestão da Unidade. Em relação ao zoneamento, ele considera que os estudos são elementos importantes, pois, baseado nas pesquisas e nos levantamentos sobre a dinâmica social e econômica dos moradores – além dos aspectos da biodiversidade –, é possível fazer um zoneamento preciso, delimitando áreas intangíveis, áreas que têm o foco para visitação, e áreas de ocupação temporária – considerando que há comunidades que ficaram dentro dos limites territoriais da UCs, como é o da vila de pescadores da Barra do Superagui.

Quando se questionou sobre a implementação e a importância de atividades de Educação Ambiental pelo IBAMA no PARNA do Superagui, a manifestação foi:

[...] eu tenho segurança em dizer que sim, porque hoje em dia o conceito de EA mudou radicalmente. Então se usa a EA para a ação de cidadania, há toda uma outra proposta de organização social, de sensibilização das pessoas, dos moradores. Então, eu tenho segurança que sim. Existiu através dos parceiros – o pouco que eu conheço da história do Superagui – um forte envolvimento do IPÊ e da SPVS e, através de conversas com os moradores, percebe-se que houve muitas pesquisas também e alguns trabalhos nessa área. O que é mais evidente, claro, o que soa mais, são algumas atividades associadas à alternativa econômica que o IPÊ promoveu. Também, a questão do Mico leão-de-cara-preta e do Papagaio-de-cara-roxa, voltadas à questão da conservação da biodiversidade. Toda ação efetivada pelos parceiros conta com a com o envolvimento da Instituição, mas, dentro da gestão mesmo do IBAMA, a EA está focada, principalmente, no conselho consultivo, a partir do momento que procura-se formar lideranças, tenta-se organizar em conselho, tenta-se fazer uma gestão participativa, e isso é um processo permanente. A partir daí pode-se dizer que existe EA (Chefe do Parque).

O entrevistado ressalta que, se houver recursos humanos e financeiros para trabalhar programas específicos de EA, ou ainda uma instituição que trabalhe a EA formal – pontuando conceitos importantes como a questão do lixo, a questão das “espécies chaves” da fauna e flora que compõem o ecossistema da Unidade – seria um elemento significativamente positivo para auxiliar na qualidade socioambiental do Parque. Nesse aspecto, vale mencionar a importância da EA formal e o seu papel na Escola Rural João Luiz da Silva Júnior, escola municipal do Núcleo Regional de Educação de Guaraqueçaba, localizada na Barra do Superagui. Foi possível observar o seu funcionamento durante o mês de fevereiro de 2009 e verificou-se a falta do processo de EA na Escola. Em conversas

informais com uma professora foi solicitado, para consulta, o Projeto Político Pedagógico (PPP) objetivando ter um maior conhecimento sobre a concepção de EA da Escola. Porém, ela alega que a secretaria da Escola Rural não ficou com uma cópia de tal documento e que o mesmo encontra-se disponível somente na secretaria do Núcleo Regional de Educação de Guaraqueçaba. Quando fora questionada sobre as atividades de EA, sua resposta foi simples e direta: **“não há nenhuma atividade de EA sendo desenvolvida na Escola”** (T.M.). Ou seja, os responsáveis pela gestão da instituição formal que poderiam estar trabalhando efetivamente o processo de EA e pontuando conceitos importantes e os elementos que compõem o ecossistema do PARNA do Superagui, auxiliando diretamente na conservação e proteção da UC, como aponta o chefe do IBAMA, encontram-se alheios de tal processo e parece não ter idéia da significância de tal instrumento para o processo educativo dos jovens e crianças da Barra do Superagui.

No que se refere ao processo de criação das APAs – e vale lembrar que o PARNA do Superagui é uma das UCs que compõe a APA de Guaraqueçaba – está prevista a efetivação de um órgão administrativo que prevê a participação direta dos moradores das áreas delimitadas ou do seu entorno na tomada de decisões em relação à área, o Conselho Gestor (CG¹³). Segundo Cabral e Souza (2005, p.51) o CG consiste em “[...] um espaço de negociação – no sentido positivo do termo – entre os diversos interesses presentes [...]”. O CG da APA de Guaraqueçaba foi criado em 2001, seguindo orientação do SNUC. As decisões do Conselho são deliberativas e estão relacionadas a aspectos ambientais, sociais e econômicos da gestão das Unidades que compõem a APA.

No entanto, não há garantias concretas de que as decisões e negociações travadas no CG sejam efetivadas, pois, geralmente, são limitadas por entraves burocráticos e políticos. A exemplo disso foi possível perceber durante a análise empírica do cotidiano vivido no PARNA do Superagui que, apesar de haver um representante do PARNA no CG da APA de Guaraqueçaba, muitos problemas pontuais como a emergência em destinar corretamente os resíduos sólidos, em implementar o sistema de saneamento básico e em melhorar abastecimento de água tratada, não foram solucionados desde que se iniciou a pesquisa na área de estudo, até o presente momento.

¹³ Utilizar-se-á a sigla CG para fazer menção ao Conselho Gestor a partir deste ponto do trabalho.

Quando fora questionado sobre a participação da comunidade local na gestão do Parque, o entrevistado manifestou-se dizendo que: “[...] *o principal para dar legitimidade às nossas ações é o comprometimento das comunidades e dos representantes das comunidades no conselho, senão ficam duas coisas separadas [...]*” (Chefe do Parque). Nesta perspectiva, ressalta-se a importância do envolvimento da comunidade e o estímulo à sua participação na gestão da UC, por meio de ações e estratégias de negociação dos interesses da coletividade, conduzidas por um representante que possa dialogar em prol dos anseios coletivos, abrindo oportunidades para a discussão sobre as problemáticas e dificuldades enfrentadas pelos moradores da UC.

Vale destacar que a delimitação territorial da Barra do Superagui não está regulamentada. Mesmo após duas décadas da criação do PARNA do Superagui, ainda não foi elaborado o Plano de Manejo do Parque e, conseqüentemente, não foi estabelecido o seu Zoneamento. Sabe-se da existência do Zoneamento da APA de Guaraqueçaba da qual, como já fora mencionado, o Parque constitui uma das UCs integrantes. Assim, a área ocupada pelos moradores da vila de Pescadores na Barra do Superagui não está devidamente delimitada, devido à falta do Plano de Manejo e do Zoneamento do Parque e, atualmente, pode ser considerada uma área de conflito por fatores diversos como: a questão do uso e ocupação do solo; o extrativismo dos recursos na UC para subsistência, como a coleta de frutas, a pesca, a utilização da madeira na construção das pequenas embarcações e das moradias; a criação de animais domésticos, que em UCs é criteriosamente proibida; a falta de equipamentos básicos para a qualidade de vida da população que mora na vila de pescadores, como o saneamento básico, recursos de atendimento à saúde, transporte, entre outros.

Diante dessa problemática, destaca-se a proposta EA Emancipatória em Loureiro (2006) e Layrargues (2006), Ruscheinsky (2002), Leff (2001; 2007) cujos princípios e objetivos vão ao encontro da gestão ambiental participativa nas UCs, uma vez que se propõe a estimular, por meio de práticas educativas, pedagógicas e recreativas, a emancipação dos integrantes envolvidos no processo contínuo de cidadania e prática política, visando uma maior interação e comprometimento da comunidade em relação ao uso dos recursos naturais territorializados em áreas naturais protegidas.

A EA se constitui, segundo Leff (2007), como prática político-pedagógica, ou seja, como instrumento para mitigar conflitos sociopolíticos, culturais e ambientais que possam surgir em áreas de proteção ambiental. No entanto, no estudo de caso do PARNA do Superagui, percebe-se a falta de efetivação das iniciativas fomentadas pelo IBAMA e pelas ONGs que, apesar de se tratar de propostas interessantes e significativas à comunidade, atuam de forma esporádica e não contemplam a realidade do cotidiano vivido pelos moradores da Barra do Superagui.

Na sequência do trabalho, buscou-se fazer uma contextualização geo-histórica sobre o PARNA do Superagui, considerando o processo de colonização da área antes de se tornar uma área de proteção ambiental, bem como após a criação da UC. Foram elencados alguns elementos da configuração socioeconômica e cultural, bem como os aspectos físico-biológicos do PARNA do Superagui. Procurou-se, também, destacar os problemas socioambientais que ocorrem, pontualmente, na Barra do Superagui, como subsídio para justificar a necessidade de pesquisas voltadas à comunidade local, principalmente, no que diz respeito às atividades de EA desenvolvidas na Ilha através da metodologia do estudo de caso.



Guillaume Henri Michaud (Willian Michaud)
(1829 - 1902)
A Baía vista de uma colina da Ilha de Superagui
(Aquarela com realces de guache e verniz)

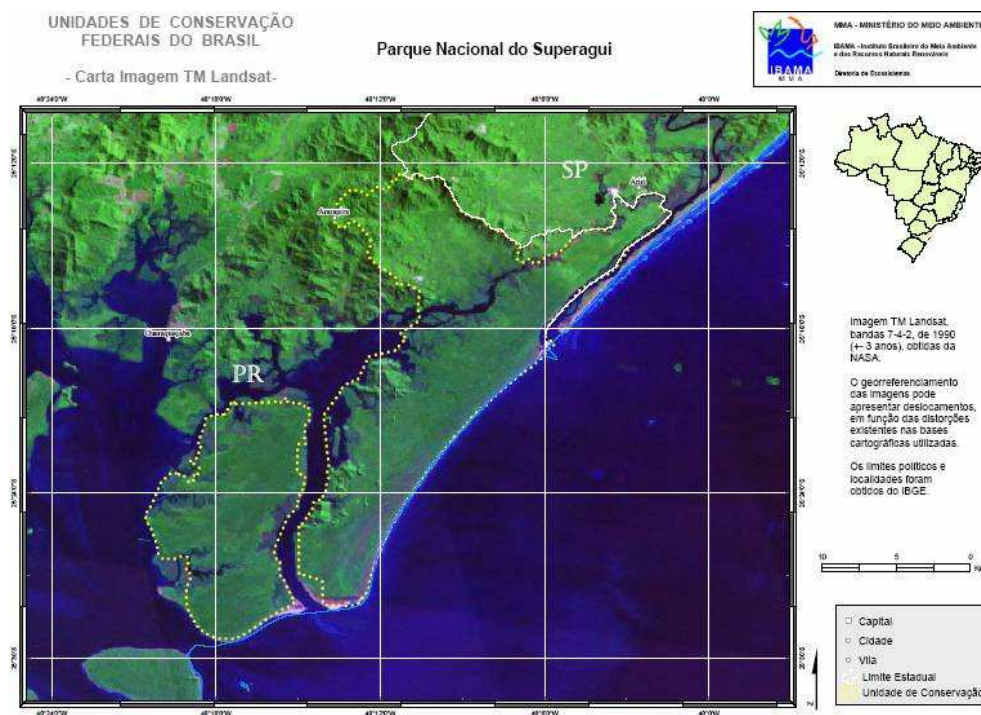
III – O CASO DO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGUI

Parque Nacional do Superagui: Patrimônio Histórico-cultural e Natural da Humanidade

O PARNA do Superagui, segundo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2008), foi criado a partir do Decreto Lei Nº 97.688, de 25 de abril de 1989, com o objetivo de proteger e preservar amostra dos ecossistemas ali existentes, assegurando a preservação de seus recursos naturais, proporcionando oportunidades controladas para o uso público, educação e pesquisa científica. O Parque possui uma área total de 33.988,00ha, pertencente à APA de Guaraqueçaba. Localiza-se no litoral norte do Estado do Paraná, município de Guaraqueçaba, situado entre as coordenadas: Norte: 25°12'21,79"S e 48°10'39,33"W; Sul: 25°29'18,50"S e 48°17'28,43"W; Leste: 25°13'49,60"S e 48°01'31,38"W e Oeste: 25°24'48,32"S e 48°20'35,12"W. Na carta imagem nº. 1 apresenta-se, em visão geral, a sua localização do PARNA do Superagui. Faz parte do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia e Paranaguá, que, segundo Vivekananda (2001), apresenta

aproximadamente 5.800 km² e se estende por 200 km de litoral, desde o norte da Estação Ecológica da Juréia, em São Paulo, até Pontal do Sul, no Estado do Paraná.

Carta Imagem nº. 1 - Localização do Parque Nacional do Superagui.



Fonte: <http://www.brazadv.com/imagens/superagui.jpg>. Junho/2007.

A região onde o PARNA do Superagui se situa também engloba áreas de ilhas, planícies litorâneas, planaltos e a Serra do Mar. Atualmente, compreende várias UCs. Dessas destaca-se, além do Parque, a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, com 14.000ha, criada para proteger os mangues e as áreas de restinga. Na área do Parque, há diversos sambaquis¹⁴, denotando presença de povos pescadores antigos. Posteriormente, o Superagui foi habitado por índios tupiniquins e carijós até a chegada dos portugueses, que os extinguiram em razão da escravidão e de doenças que os contaminaram.

Pimentel, Gramani e Corrêa (2006) revelam que a história da ocupação portuguesa na Ilha do Superagui remonta ao início do século XVI, período das Grandes Navegações.

¹⁴ Segundo Volpato (2007), “sambaqui” é o nome que foi dado à sítios pré-históricos formados pela acumulação de conchas e moluscos, ossos humanos e de animais, que foram descobertos em várias regiões do Brasil, mas principalmente no Sul. Os sambaquis nos provam a existência de comunidades de caçadores e coletores, os quais consumiam os moluscos, para depois amontoar suas cascas para morar sobre elas, já que constituíam um lugar alto e seco.

Em 1502, os europeus que faziam parte da expedição de Duarte Coelho aportaram em Cananéia (município localizado ao extremo Sul do litoral Paulista) em pequenas embarcações. Posteriormente, em 1557, foram publicadas as memórias do alemão Hans Staden que, em viagem ao Brasil com a expedição do espanhol Dom Diogo de Senabria em 1545, relatou o naufrágio da embarcação espanhola nos arredores do Superagui e o contato que tivera com colonos portugueses que conviviam com índios tupiniquins.

De acordo com Guarido (2005), degredados de Portugal, traficantes de índios e migrantes do litoral paulista foram se adaptando ao meio físico e aos costumes dos primeiros povoadores do litoral paranaense, os indígenas, de forma gradativa. Os jesuítas também se fizeram presentes, com os sítios de produção agropecuária na península do Superagui, logo no início do século XVIII. Em 1840, o Sul do Brasil foi “pontilhado” por colônias de imigrantes europeus e tornava-se notável o processo de colonização. Pimentel, Gramani e Corrêa (2006) e Boutin (1983) apontam que, atraído pela política de incentivo à imigração de europeus, o cônsul suíço no Rio de Janeiro, Perret Gentil, estabeleceu, em 1852, uma das primeiras colônias européias no Estado do Paraná, na Ilha do Superagui, inicialmente com 15 famílias de suíços, italianos, alemães e franceses.

A 14 de janeiro de 1852 o então cônsul suíço em São Paulo, Charles Perret Gentil, naturalizado brasileiro, adquiriu, juntamente com o vice-cônsul Arthur Guigner (com o qual formou uma sociedade colonizadora) 35 mil hectares de terra na região de Guaraqueçaba (BOUTIN, 1983, p.4).

Segundo Boutin (1983), o cônsul suíço adquiriu 35 mil hectares de terra na região de Guaraqueçaba que foram divididos em três partes: a primeira, uma porção da Serra do Mar; a segunda, abrangia toda a península do Superagui (sede da Colônia); e, a terceira, compreendia a Ilha das Peças. A fundação da Colônia do Superagui antecipou-se até mesmo a emancipação do Estado do Paraná, o qual fazia parte da Província de São Paulo, datada de 1853. Sobre as fases de colonização da região peninsular do Superagui tem-se o seguinte registro:

Na área de influência de Superagui ocorreram quatro fases no seu desenvolvimento: a primeira luso-indígena; a segunda – com o estabelecimento da fazenda agro-pecuária dos jesuítas; a terceira, com a colônia suíça de 1852 e a quarta com a transformação em simples e modesta colônia de pesca, onde apenas alguns poucos descendentes da colônia suíça, bastante caldeados com nacionais, formam a população local (BOUTIN, 1983, p.2).

A terceira e a quarta fases da colonização do Superagui são as mais significantes para entender a configuração sociocultural e econômica atual, pois, até os dias de hoje, os resquícios da colônia de pesca suíça estão presentes na Ilha, seja nos traços físicos dos moradores locais, seja nas histórias sobre o processo de ocupação e adaptação ao meio físico peculiar da região. Entre os imigrantes suíços, destacou-se o professor e pintor Guillaume Henri Michaud (William Michaud), quem fez vários desenhos e aquarelas, demonstrando conhecimento dos costumes e paisagens da Ilha do Superagui. O autorretrato de William Michaud, figura nº. 1, foi retirado da publicação “Michaud, O Pintor de Superagüi” (Emílio Scherer, 1988). Trata-se de uma reprodução fotográfica do trabalho original do artista, cedida pelo Museu Histórico da Velha Vevey, sua cidade natal na Suíça.

Figura nº. 1 – Autorretrato de Guillaume Henri Michaud (William Michaud): aquarela com realces de guache e verniz.



Fonte: Emílio Scherer, 1988, p.4.

Consta, segundo Scherer (1988) e Boutin (1983), que em 1849, aos vinte anos, o pintor suíço veio para o Brasil e nunca mais retornou a sua terra natal. Passou, brevemente, pelo Rio de Janeiro, instalando-se, definitivamente, no Superagui entre os anos de 1852 e 1854, onde casou com uma nativa, teve nove filhos e viveu até o seu falecimento em 1902. Construiu uma casa ampla de pedras ao pé do morro Barbado (atualmente, comunidade de Barbados), onde plantou aproximadamente 1.600 videiras para a fabricação de vinho, denominado pelo suíço de *Petit Bordeaux*. William Michaud foi professor e juiz de paz

local, porém, seu dom artístico era notável, destacando-se pelas pinturas em aquarelas que podem ser visualizadas nas primeiras páginas de cada capítulo deste trabalho. Vale ressaltar que pintor suíço nunca chegou a frequentar nenhuma escola de arte, nem na Suíça nem no Brasil. Aperfeiçoou suas técnicas de pintura como auto-didata, fazendo experimentações com pigmentos naturais que utilizava como material-base e ilustrando a paisagem natural e cultural do Superagui – principalmente a diversidade da flora e o trabalho dos homens na lavoura, o cotidiano daquela época – para compor as belas aquarelas.

Ainda sobre a colonização do Superagui, vale mencionar que os fatores climáticos adversos e o isolamento geográfico (devido à dificuldade de comunicação com o continente) contribuíram para que a Colônia permanecesse sem maiores mudanças até no final do século XX. Certas ruínas no meio da mata, os sobrenomes de alguns pescadores e o típico físico europeu lembram esta época. Quanto à herança indígena tem-se a própria designação *Superagui*, que em tupi-guaraní significa “super água” ou, ainda, “rainha dos peixes”, uma provável referência à abundância pesqueira da região.

Feito o resgate histórico sobre a colonização do Superagui, a partir de agora, buscou-se informações sobre a contextualização mais recente do Parque. Pimentel, Gramani e Corrêa (2006) contam que, na década de 1950, foi aberto o Canal do Varadouro para facilitar a rota fluvial entre os estados de São Paulo e Paraná, processo de transformação antrópica, tornando o Superagui em uma ilha artificial.

[...] A obra, concluída em janeiro de 1955, visava interligar por via fluvial a baía de Paranaguá à baía de Trapandé, situada entre a Ilha do Cardoso e o centro de Cananéia. Na nova rota fluvial, estabeleceu-se uma linha regular de passageiros e cargas entre Iguape e Paranaguá. A Companhia de Navegação Sul Paulista iniciou suas atividades no canal em 1959, intensificando-as a partir de 1960 (PIMENTEL, GRAMANI e CORRÊA, 2006, p.104).

Apesar do propósito inicial da nova rota fluvial, três décadas após a conclusão da obra, o sistema de transporte no Canal do Varadouro foi suspenso em 1986, pois, teria se tornado inviável economicamente. Todavia, objetivando fomentar o turismo sob a perspectiva da sustentabilidade da região, recentemente iniciou-se um diálogo entre a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (Paraná Turismo) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo, para restabelecer a velha rota de navegação na região.

Tem-se, também, o registro de atividades desenvolvidas pela Companhia Agropastoril do Paraná em 1984 que, segundo Pimentel, Gramani e Corrêa (2006), contestou o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná pela inscrição da Ilha do Superagui como Patrimônio Natural e Histórico do Paraná, promulgada na década de 1970. A Companhia Agropastoril objetivava tomar posse das Ilhas das Peças e do Superagui para a criação de búfalos e para a implementação de um pólo turístico. Durante as visitas a campo na Barra do Superagui nos anos de 2007, 2008 e 2009, foi possível constatar este episódio da história da Ilha, pois, muitos moradores contam que a Companhia chegou a estabelecer uma criação de búfalos e que, após a intervenção do Estado do Paraná, os próprios moradores da vila começaram a caçar os animais que pisoteavam e comiam as suas plantações. Eles contam que há pouco tempo, em meados de 2006, foi caçado o último búfalo por um morador da comunidade.

Finalmente, em 1985, a Ilha do Superagui teve seu tombamento reconhecido e, em 1989, foi criado o Parque Nacional do Superagui, compreendendo a Ilha do Superagui – onde se localiza a comunidade da Barra do Superagui¹⁵, além das comunidades Canudal, Vila Fátima, Abacateiro e Barra do Ararapira – e Ilha das Peças (comunidades Tibicanga e Guapicum). Nesta época, o Parque contava com uma área de 21.400ha (210km de perímetro). No entanto, em 1997, foram anexadas ao território da UC as Ilhas do Pinheiro e Pinheirinho e a parte continental de Guaraqueçaba, chamada Vale do Rio dos Patos, somando a área atual de 33.988,00ha. Assim, o PARNA do Superagui é atualmente considerado um dos mais importantes berçários marinhos do Atlântico Sul, um dos cinco ecossistemas costeiros mais notáveis do mundo e uma das mais importantes UCs da Floresta Atlântica (foto nº. 2) do Brasil.

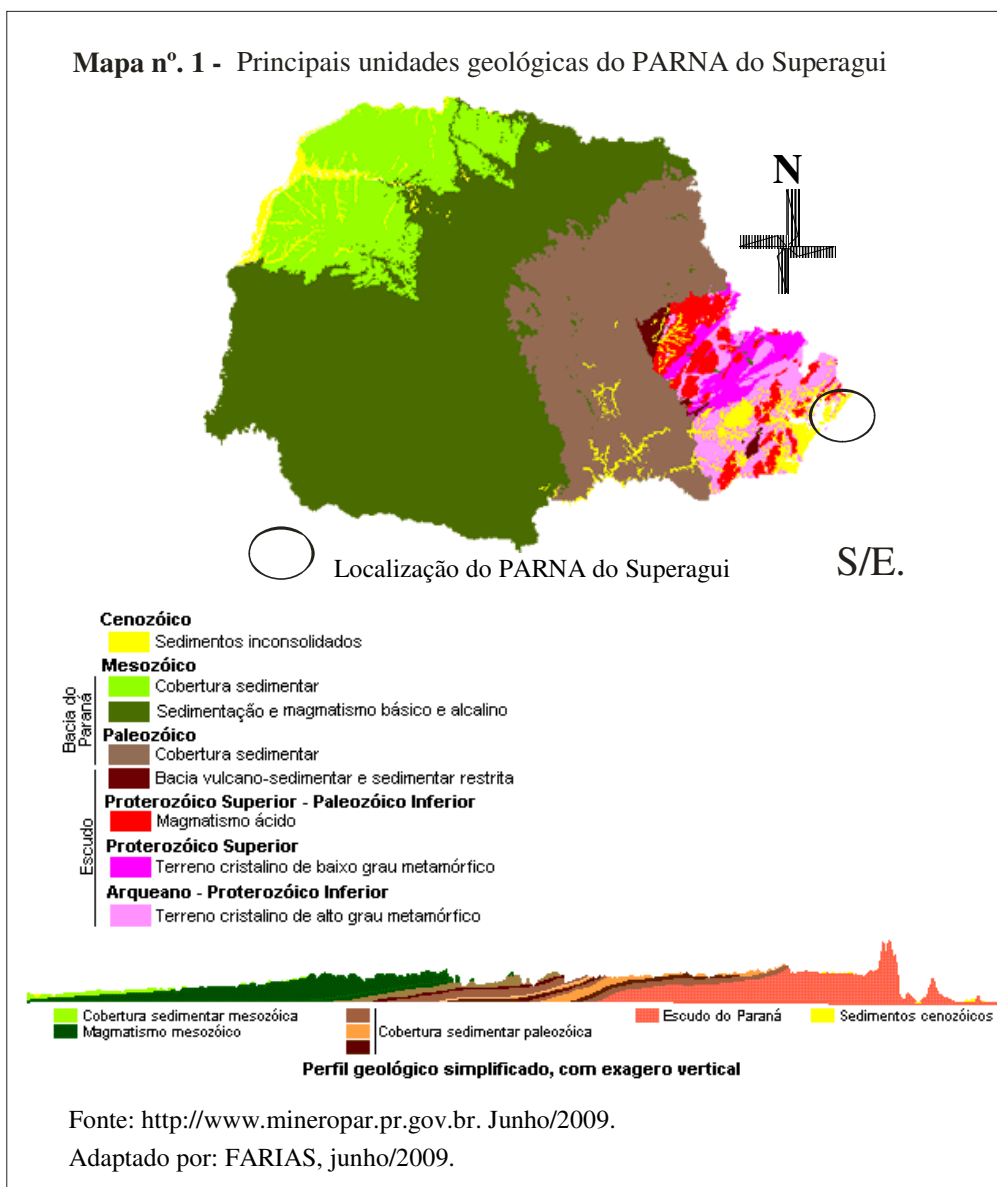
¹⁵ Recorte territorial em análise nesta pesquisa.

Foto nº. 2 – Visão da Mata Atlântica do Parque Nacional do Superagui/PR.



Fonte: FARIAS, janeiro/2007.

Segundo o IBAMA (1989), Superagui é a maior ilha marinha do Estado do Paraná, com aproximadamente 14.244ha. A sua descrição geofísica compreende: formações de Restinga e representações de migmatitos indiferenciados, incluindo localmente anfíbolitos e veios quartzo-feldspáticos, além de quartzitos, quartzo micaxistos com lentes de quartzito. Na Ilha do Superagui a altitude vai aumentando gradativamente, à medida que segue em direção à parte central da Ilha, caracterizando-se por uma geomorfologia de relevo Plano e Suave Ondulado. A face voltada para a baía dos Pinheiros apresenta poucos trechos mais baixos, estando constituída de morros rochosos. Segundo Vivekananda (2001), as três elevações que ocorrem na Ilha são denominadas: Morro do Superagui, Morro das Pacas e Morro do Canudal. A parte continental se apresenta como a mais significativa elevação, o morro Bico Torto, com 575m de altitude.



Segundo Angulo (1992), sedimentos holocênicos e pleistocênicos caracterizam a formação geológica da Ilha do Superagui: os primeiros formam a parte mais recente da restinga e os segundos formam a porção plana interiorizada, ou seja, a mais antiga. A partir dos dados fornecidos pela MINEROPAR, que podem ser visualizados no mapa nº. 1, a característica geológica da área litorânea em que está localizado o PARNA do Superagui remete-se ao Cenozóico, sendo formada por sedimentos inconsolidados. Sobre os aspectos geológicos do litoral paranaense têm-se as seguintes informações:

[...] compreende uma estreita planície, composta de sedimentos muito recentes (holocênicos), com um mergulho inicial muito suave para leste. A faixa litorânea formou-se às expensas de uma ingressão marinha inicial, em consequência do afundamento de uma parte do bloco continental, por falhamentos. Ao término destes processos geológicos, seguiu-se a

retificação da linha de costa, caracterizada por sedimentação acelerada. Esta sedimentação continua sendo intensa atualmente, ameaçando de entulhamento total as baías e lagunas ora existentes. Os sedimentos litorâneos não são consolidados, em geral. Foram depositados diretamente sobre rochas antiqüíssimas do complexo cristalino brasileiro, principalmente sobre gnaises e granitos intrusivos (BIGARELLA e SALAMUNI, 1957, p.7).

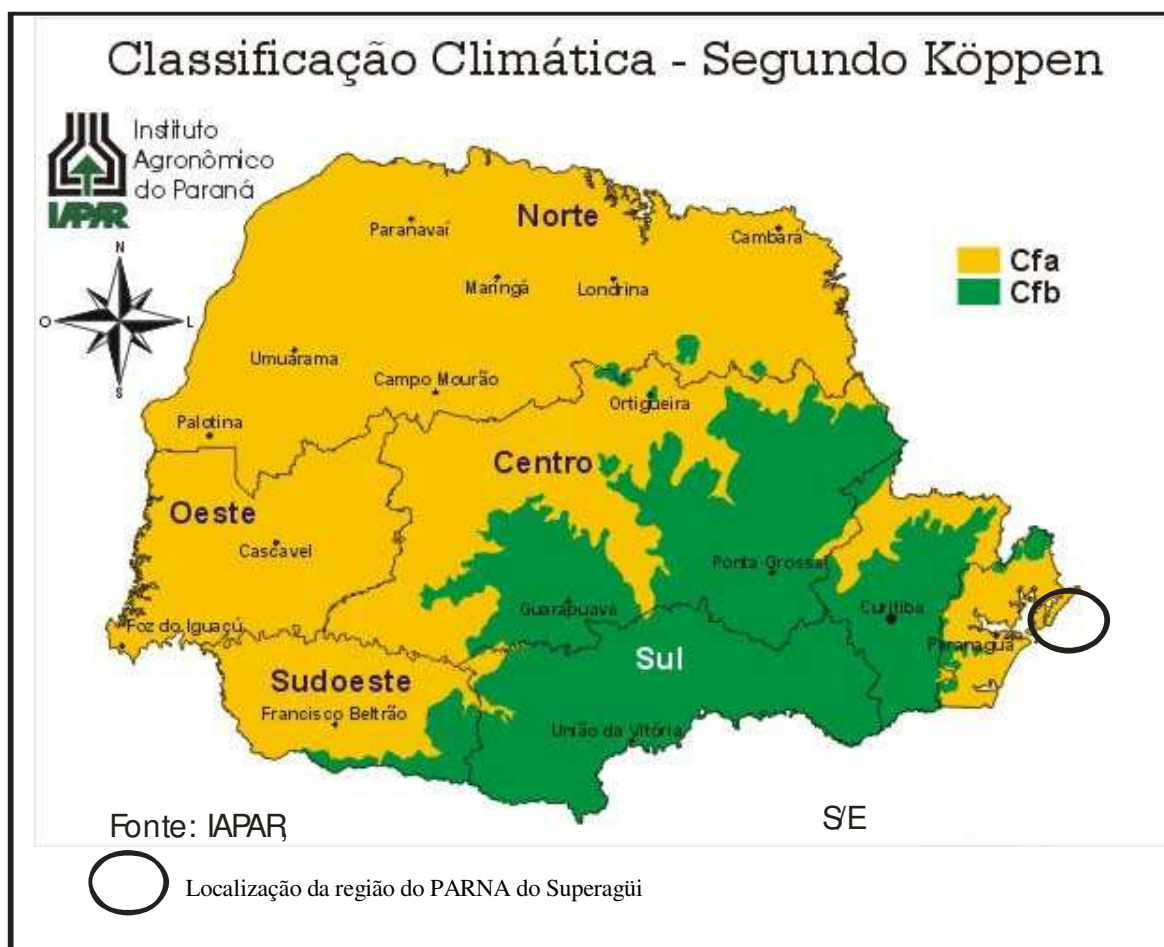
Os solos encontrados no PARNA do Superagui, segundo IBAMA (1989), são predominantemente de classe Podzol, ocorrendo o solo Podzólico Vermelho-Amarelo em pequena proporção da Ilha do Superagui, além de Solos Indiscriminados de Mangue nas duas Ilhas (das Peças e do Superagui). Sobre a tipologia dos solos, vale complementar:

Segundo Jaster (1995), variações podem ser verificadas devido à diferença de disponibilidade de água, que influi na espessura da camada orgânica. Nas áreas baixas e brejosas dos inter-cordões, forma-se um horizonte A hístico (“histic eipedon”), podendo também ser observados solos orgânicos indiscriminados, bem como solos hidromórficos indiscriminados do tipo Glei. Nos terrenos mais secos, como no topo dos cordões e sedimentos pleistocênicos, forma-se um horizonte A do tipo “ochric eipedon”. [...] nas encostas do Morro de Superagui, predomina o solo Podzólico Vermelho-Amarelo Álico de textura argilosa, sendo o migmatito o material de origem. Em locais isolados aparece Cambissolo e são comuns os afloramentos de rocha de migmatito (VIVEKANANDA, p.22, 2001).

Conforme a citação é possível perceber a variedade dos tipos de solos encontrados no PARNA do Superagui e que resulta, conseqüentemente, na diversificação da cobertura vegetal encontrada no Parque descrita na seqüência do trabalho.

Segundo Vivekananda (2001) e, ainda, conforme a classificação de Köppen, as regiões do litoral paranaense – incluindo a APA de Guaraqueçaba – possuem duas características climáticas distintas: Cfa e Cfd, como pode ser visualizado no mapa nº. 2.

Mapa nº. 2 – Classificação Climática do Paraná segundo Köppen.



Fonte: http://200.201.27.14/Sma/Cartas_Climaticas/Classificacao_Climatica.htm. Junho/2009.

Adaptado por: FARIAS, junho/2009.

Na área em que se localiza o PARNA do Superagui se manifesta o clima subtropical úmido mesotérmico (Cfa), caracterizando-se por ter verão quente (temperatura média acima de 22 °C) e inverno ameno (temperatura média inferior a 18 °C, porém, superior a -3 °C). O índice pluviométrico na APA de Guaraqueçaba ao longo ano é elevado. No entanto, existem variações significativas entre as áreas de planície, serras e planalto. Na planície onde se encontra o Parque, por exemplo, as precipitações alcançam a máxima de 2.500 mm anuais. Vale mencionar, ainda, que a região litorânea do Paraná, incluindo a área do Parque, é controlada, em sua maior parte, pelo anticiclone do Atlântico Sul, tendo como principais elementos regionalizadores a temperatura e as geadas (IPARDES, 1997).

Quanto à cobertura vegetal do PARNA do Superagui, segundo a classificação adotada por Roderjan e Kuniyoshi (1988), baseada em parâmetros altimétricos e levando-se em conta as condições edáficas diferenciadas, é formada por ambientes distintos: as áreas de Formações Pioneiras de Influência Marinha; Formações Pioneiras de Influência Flúvio-Marinha; Formações Pioneiras de Influência Fluvial; Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas ou das Planícies Quaternárias, que reveste a maior parte das ilhas das Peças e do Superagui; e, Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana ou do Início da Encosta, que ocorre nas elevações existentes na Ilha do Superagui e Vale do Rio dos Patos.

Segundo dados do IBAMA (1989), os manguezais ocupam solos lodosos, onde a salinidade por influência da maré, permite apenas o estabelecimento de plantas seletivas. A vegetação que ocupa esse ambiente é dominada ora por gramíneas, como a exemplo da *Spartina* spp, e amarilidáceas, como o *Crinum* sp, dando uma fisionomia herbácea, ora dominada por espécies arbóreas de mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue-branco ou amarelo (*Laguncularia* sp) e siriúba (*Avicenia* sp), com seus pneumatóforos elevados acima do lodo em redor da planta.

A cobertura vegetal de Restinga (denominação popular) é bastante típica das formações litorâneas, uma vez que este termo retrata um conceito puramente geomorfológico. Ainda como fonte do IBAMA (1989), a restinga ocupa locais específicos e bem definidos, ora sobrepostos aos “cordões praias”, ora como faixa de transição entre os manguezais e a Floresta Ombrófila Densa. As espécies características da restinga possuem porte reduzido, algumas com aspectos xeromórficos, dominados pelo cocão (*Erythroxylum cuspidifolium*), a santa-rita (*Laplacea semiserrata*), o guamirim-vermelho (*Gomidesia spectabilis*), a aroeira (*Schinus terebinthifolius*) e a baga-de-tucano (*Byrsonoma ligustrifolis*). No PARNA do Superagui ocorre grande variedade de orquídeas, com sub-bosque resvestido de bromeliáceas de hábitos terrestres e epífitas, predominando os gêneros *Aechmea* e *Vrieses* spp.

Para o IBAMA (1989), a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas ocupa as planícies e terraços de sedimentos arenosos, situada ao nível do mar, a poucos metros de altitude, sobre solos podzólico de drenagem moderada. Destacam-se as figueiras (*Ficus* spp) e o guanandi (*Callophylum brasiliense*), geralmente dominantes. Ocorrem também a maçaranduba (*Manikara subsericea*), a bocuva (*Virola oleifera*), a estopeira (*Cariniana*

estrellensis), entre outras. Constata-se, também, a presença de numerosas plantas epífitas, lianas e palmáceas.

Vivekananda (2001) revela que, em função dos novos substratos formados pelo processo de sedimentação, a vegetação próxima à praia encontra-se em estado de sucessão primária e, à medida que o mar se distancia, as comunidades florestais tornam-se mais ricas em espécies e de estrutura mais complexa. As Florestas Ombrófila Densa de Terras Baixas e Sub-Montana foram consideradas as de maior diversidade florística e os caxetais de menor variedade. A partir da investigação etnobotânica em áreas adjacentes ao PARNA do Superagui e também em comunidades humanas que se encontram ainda dentro da UC como, por exemplo, a Barra do Superagui, revela a existência de dez famílias botânicas importantes: Asteraceae, Myrtaceae, Lauraceae, Poaceae, Solanaceae, Fabaceae, Lamiaceae, Euphorbiaceae, Mimosaceae e Curcubitaceae. Destas famílias, 236 espécies foram citadas para uso medicinal, 98 espécies destinadas para o uso como madeiras, 89 espécies para o consumo alimentício e 70 espécies para a confecção de instrumentos úteis para a pesca.

Em relação à fauna, podem ser encontradas no PARNA do Superagui espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, como o mico-leão-de-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), o papagaio-de-cara-roxa ou chauá (*Amazona brasiliensis*), a suçuarana (*Felis concolor*) e o bugio (*Alouatta fusca*). Segundo o IBAMA (1989) a ornitofauna do Parque é representada por aves marinhas, como o biguá (*Phalacrocorax olivaceus*), cujo macho possui um saco gular de coloração avermelhada, no período reprodutivo. Esta característica se repete na fragata (*Fregata magnificens*), sendo que estas espécies são facilmente diferenciadas pelo tipo morfológico. Também ocorre, em grande número, a garça-branca-grande (*Casmerodius albus*). Dentre as espécies de aves não marinhas, destacam-se os tucanos (*Ramphastos* spp) e o sabiá (*Turdus rufiventris*). Entre os mamíferos, observam-se: pacas (*Agouti paca*), cutias (*Dasyprocta* sp), veados (*Mazama* spp) e porcos (*Tayassu* spp). Os ofídios são abundantes, principalmente as peçonhentas corais (*Micrurus coralinus*) e as jararacas (*Bothrops* spp). Sob as folhas e galhos, os invertebrados, como as aranhas-armadeira (*Loxgceles* sp), lcosa (*Lycosa* sp) e espécies peçonhentas, procuram suas presas.

Em 1991, a UNESCO declarou toda a região da Floresta Atlântica situada entre o Vale do Ribeira e a Serra da Graciosa como parte da primeira Reserva da Biosfera no País.

Segundo Pimentel, Gramani e Corrêa (2006), toda essa região, que abrange municípios de São Paulo e Paraná, foi declarada como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO em dezembro de 1999. Vale destacar a importância da preocupação em proteger o resquício da Floresta Atlântica, um dos mais importantes e devastado ecossistema brasileiro, visto que a área original era 1.290.692,46 km² (15% do território nacional) e, atualmente, o remanescente é 95.000 km² (7,3% da área original). Entretanto, se por um lado a criação da UC forneceu mecanismos para viabilizar a preservação ambiental da região, por outro implicou em restrições ao modo de vida peculiar das populações caiçaras, entendidas segundo Diegues (2000) como populações tradicionais. As comunidades da Barra do Superagui, Rio dos Patos, Abacateiro e Vila Fátima, por exemplo, foi local de moradia por longos anos de famílias que, frequentemente, organizavam mutirões (para a colheita das plantações) e fandangos¹⁶. Na sequência do trabalho, procurou-se abordar os aspectos relativos aos modos de vida peculiar dos moradores da Barra do Superagui, bem como as características socioeconômicas e culturais desta comunidade, procurando relacioná-las com a prática de EA na Ilha.

Aspectos da Educação Ambiental na Barra do Superagui

Segundo Pedrosa Jr. e Sato (2007), atualmente, a região do PARNA do Superagui abriga mais de 50 comunidades humanas. Trata-se de pequenas comunidades localizadas na área de abrangência do Parque que vivem basicamente da pesca artesanal e agricultura de subsistência. No entanto, nas últimas três décadas esta região tem passado por uma intensificação nos processos de transformação econômica, social e cultural, advindos principalmente da limitação do acesso de seus moradores aos recursos naturais decorrentes da criação de UCs de uso restritivo, bem como pelo aumento da demanda turística, da especulação imobiliária, e da forte redução da prática da agricultura para a especialização e intensificação das atividades de pesca.

O conhecimento tradicional dos moradores mais antigos da Barra do Superagui está registrado nas letras das músicas do fandango e há uma tentativa, por parte dos anciões, de

¹⁶ Fandango, segundo Pimentel, Gramani e Corrêa (2006), é uma manifestação popular típica dos caiçaras dos litorais Sul e Sudeste do país, que será tratada na sequência do trabalho.

preservar e de transmitir para as novas gerações. Antigamente, o fandango era realizado durante as colheitas nas poucas propriedades que existiam no PARNA do Superagui. Atualmente, a sua manifestação está relacionada ao turismo e acredita-se que este é um dos aspectos positivos da prática turística. O fandango é um elemento cultural da vila de Pescadores que atrai muitos visitantes para o Bar Akdov¹⁷, onde a festa acontece, e os jovens moradores percebem a importância de preservar sua cultura não só pelo benefício econômico que a manifestação popular pode atrair, mas, também, sentem a valorização de sua arte e dos saberes locais. Na foto a seguir, tem-se a imagem dos violeiros mais antigos da Barra do Superagui, durante o fandango realizado no Bar Akdov.

Foto nº. 3 – Violeiros durante o fandango no Bar Akdov.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Nesta perspectiva, as atividades da EA Emancipatória, segundo Leff (2001; 2007) e Loureiro (2006), são entendidas como práticas sociais que podem auxiliar na valorização dos saberes tradicionais e na manutenção ou a transformação das relações sociais construídas historicamente, uma vez que a interação com a mudança social é inerente ao processo educativo ambiental. Através da EA Emancipatória é possível mitigar os efeitos negativos

¹⁷ Akdov foi o nome escolhido pelo Sr. Laurentino, proprietário do bar e caçara nascido no Rio dos Patos (outra comunidade do PARNA do Superagui), e faz menção ao substantivo *vodka* – palavra escrita ao contrário – e não faz menção alguma à cultura local. Por curiosidade, vale mencionar que a bebida típica – não só da vila de pescadores da Barra do Superagui como de outras comunidades do Parque – é a *cataia*, preparada à base de uma erva medicinal com o mesmo nome, curtida em cachaça. O nome *cataia* vem do tupi e quer dizer folha que queima.

das transformações econômicas, sobretudo através da atividade turística, ao ambiente sociocultural e ambiental da Ilha. O fenômeno do turismo acarreta diversas implicações ao se “apropriar” de determinado território (RODRIGUES, 2006). No caso da Barra do Superagui, percebe-se a boa relação que existe entre os visitantes e a população local, principalmente, através das festas do fandango, com pode ser visualizado na foto nº. 4. Contudo, o aumento da demanda turística gera problemas de ordem infra-estrutural, principalmente em relação aos dejetos e resíduos sólidos que são deixados na Ilha por parte dos visitantes.

Foto nº. 4 – Moradores locais e visitantes festejam o fandango no Bar Akdov.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Diante da complexidade das relações sociais observadas na vila de Pescadores da Barra do Superagui, buscou-se apoio nos métodos de investigação do estudo de caso na tentativa de compreender os efeitos das atividades de EA no cotidiano da população local. A partir dessa análise, procurou-se fornecer elementos úteis que subsidiem possíveis futuros projetos de EA, baseados na perspectiva da complexidade e da EA emancipatória a serem executados a partir da comunidade do Superagui. Essa contribuição visa favorecer a ligação para a manutenção da diversidade cultural, social e biológica, verificando o grau de sensibilidade da comunidade, suas histórias e seus contextos sociais em relação aos elementos físicos do PARNA do Superagui.

Conforme a pesquisa realizada no campo de estudo, no mês de janeiro em 2007 e 2008 e em fevereiro de 2009, ressalta-se a necessidade de fomentar pesquisas voltadas à

comunidade da Barra do Superagui, considerando os conceitos e princípios pedagógicos postulados pela EA Emancipatória. Tendo em vista que a área ocupada pela comunidade da vila de Pescadores está inserida em uma UC, faz-se necessário pôr em práticas os objetivos disposto pelo SNUC, dentre os quais a prática educativa está intrínseca à eficiência da gestão do Parque. Conforme foi mencionado no capítulo anterior desta dissertação (Capítulo II), existem conflitos entre a população local e o órgão gestor da UC (IBAMA), em relação à regularização fundiária, de uso do solo, além dos problemas ambientais que comprometem a qualidade de vida da população caiçara e a conservação dos ecossistemas do Parque. Diante de tal problemática, destaca-se, nas fotos nº. 4 e nº. 5, o montante de resíduos sólidos provenientes do consumo de produtos industrializados por parte dos nativos e/ou pela presença cada vez mais frequente de turistas na Ilha.

Em grande parte, estes produtos são oriundos de Paranaguá e Guaraqueçaba, ou, ainda, levados pelos visitantes e consumidos durante sua permanência na Barra do Superagui. Com o aumento da demanda turística, as implicações tendem a aumentar, fato que fortalece a argumentação no tocante à conscientização e responsabilidade ambiental por parte dos habitantes da Ilha, atores de grande importância para o bom uso e manejo da Unidade, diante das especificidades normativas das UCs.

Foto nº. 5 e nº. 6 – Lixo no Parque: um dos problemas mais graves da Ilha.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Nesta perspectiva, buscam-se na EA Emancipatória fundamentos que possam mitigar as transformações acarretadas pela relação existente entre os moradores e seu ambiente, bem como a sua relação com atores externos, além das transformações geradas pela prática turística em relação aos recursos naturais e socioculturais da Barra do Superagui. O processo educativo considera os aspectos naturais, culturais e econômicos, bem como a identidade e as relações sociais desta comunidade, associados às normativas postuladas pelo IBAMA para as UCs, como é o caso do PARNA do Superagui.

Ao diagnosticar e analisar as práticas EA voltadas à comunidade local da Barra do Superagui, através do estudo de caso, observou-se¹⁸ as singularidades dos contextos socioeconômico, cultural e ambiental em que a população local está inserida, historicamente construídos. Vale ressaltar, ainda, que pela dialética, segundo Frigotto (1987), também pode ser entendido, o modo de compreendermos a realidade de maneira contraditória e em permanente transformação. A partir desta perspectiva, foram inúmeras conversas, diálogos e observações na área de pesquisa. Também foram realizadas entrevistas com os moradores, totalizando um universo de 32 moradores entrevistados, além da entrevista com o funcionário do IBAMA responsável pela chefia do Parque, objetivando o caráter qualitativo que esse estudo de caso se propõe a incorporar. Conforme os dados apresentados a seguir, pode-se ter o perfil do contexto socioeconômico, cultural e ambiental dos moradores da Barra do Superagui.

Num primeiro momento, tem-se a faixa etária da população entrevistada na vila de Pescadores. Estes dados são importantes, pois, possibilita informar o perfil da população. A partir das conversas com indivíduos de diferentes faixas etárias, pode-se ter uma ideia sobre as diferentes perspectivas da comunidade. No universo apresentado na Tabela 1, é possível perceber que a maioria dos entrevistados tem entre 31 a 40 anos de idade, seguidos pelos jovens de 21 a 30 anos e, os moradores mais antigos, entre 51 a 70 anos.

¹⁸A observação é um procedimento de investigação mais frequentemente utilizado, sendo a base dos estudos de caso.

Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados.

Classes	Nº de Entrevistados	Porcentagem (%)
21 – 30	6	18,7
31 – 40	7	21,9
41 – 50	8	25
51 – 60	4	12,5
61 – 70	4	12,5
71 – 80	3	9,4
TOTAL	32	100

Fonte: FARIAS, maio/2009.

Vale mencionar que, optou-se por fazer a análise a partir de entrevistas com maiores de 21 anos nesta pesquisa. No entanto, segundo a Associação de Moradores da Barra do Superagui, a vila é habitada por aproximadamente 967 pessoas, sendo que cerca de 27% (257 pessoas) estão na faixa etária entre 1 e 14 anos de idade. Isto significa que a vila de Pescadores é habitada, em grande parte, por crianças, seguido por jovens entre 15 e 30 anos. Assim, os programas de EA precisam contemplar programas e práticas que possam incluir as mais diversas faixas etárias para garantir a eficiência dos objetivos a que se propõem. A minoria de idosos caracteriza o perfil de uma população jovem na Barra do Superagui.

Conforme os dados da Tabela 2, a maioria da população entrevistada nasceu na área de abrangência do PARNA do Superagui, representada pelos 62,5%.

Tabela 2 – Local de origem dos entrevistados.

Local de Origem	Nº de Entrevistados	Porcentagem (%)
ParNa do Superagui	21	65
Guaraqueçaba	3	9,5
Paranaguá	3	9,5
Ilha do Mel	4	12,5
Guaratuba	1	3,5
TOTAL	32	100

Fonte: FARIAS, maio/2009.

A partir destes dados, é possível afirmar que a vila de Pescadores ainda continua sendo habitada, em grande parte, por nativos do litoral paranaense, população tradicional que habita há séculos a região, os chamados caiçaras (Diegues, 2000). São pessoas que vivem, principalmente, a partir das atividades de pesca e do extrativismo de subsistência.

A população se mantém na vila de Pescadores sob condições das restrições postuladas pelo órgão ambiental responsável (IBAMA), como, por exemplo, há restrições quanto aos ciclos da pesca e a coleta dos recursos naturais do Parque, sobretudo, da madeira e do palmito. Observou-se, como ocorre em outras UCs, que o modo de vida peculiar das populações tradicionais não é considerado, nem o tempo lento¹⁹ e as técnicas adotadas para apropriação dos recursos naturais como fonte de subsistência. Ainda são utilizados os instrumentos confeccionados de modo artesanal, como as redes e as pequenas embarcações para pesca, por exemplo. Durante as conversas, foi possível perceber que os caiçaras permanecem no PARNA do Superagui devido à identidade que constituíram através das relações sociais estabelecidas ao longo dos anos e, também, devido ao vínculo que estabeleceram com os elementos físico-naturais do ambiente. Foi unânime a expressão sobre a vontade de permanecer na vila e de manter a identidade local.

Na tabela seguinte, apresenta-se o grau de escolaridade cursado pela população da vila, uma vez que 32% dos entrevistados não chegaram a completar o 1º Grau.

Tabela 3 – Formação educacional dos entrevistados.

Escolaridade	Nº de Entrevistados	Porcentagem (%)
1º Grau Incompleto	10	32
1º Grau Completo	9	28
2º Grau Incompleto	4	12
2º Grau Completo	6	19
Analfabetismo	3	9
TOTAL	32	100

Fonte: FARIAS, maio/2009.

Em consequência disto, tem-se um número alto de analfabetismo entre os moradores mais antigos (9,4% do universo entrevistado) e a dificuldade que os jovens

¹⁹ Como é mencionado por Santos (2002).

encontram para concluir o Ensino Médio (19% dos entrevistados). Vale mencionar que no ano de 2009, iniciaram as atividades de Formação de Jovens e Adultos no espaço físico disponibilizado pela Escola Municipal Rural João Luiz da Silva Júnior. Anteriormente, ao concluir o 1º Grau, os jovens da Barra do Superagui precisavam se deslocar até Paranaguá para dar continuidade nos seus estudos. Como o objetivo proposto nesta pesquisa se debruça na análise das atividades de EA propostos pelo IBAMA e pelas ONGs na vila de Pescadores, não foram feitas maiores observações na Escola mencionada. Porém, em conversas informais com algumas professoras, não foi difícil perceber que a EA não é praticada na Escola, pois, não há nenhum programa que contemple tais iniciativas, muito menos um planejamento que perpassasse as premissas pedagógicas da EA nas disciplinas trabalhadas naquela instituição.

Vale ressaltar, ainda, a ausência de pesquisas qualitativas sobre a gestão ambiental do PARNA do Superagui, sob a perspectiva dos conflitos socioambientais da vila de Pescadores da Barra do Superagui, bem como a necessidade de fomentar programas educativos sob o viés da EA Emancipatória, voltados aos moradores e aos visitantes da Barra do Superagui. É preciso lançar propostas de iniciativas que contemplem as necessidades vivenciadas pela população local, como, por exemplo, o fortalecimento da representatividade dos moradores no Conselho Gestor do Parque. Através dos representantes locais é possível reivindicar os direitos e se fazer conhecer as normativas estabelecidas para o uso do solo em áreas de proteção ambiental, melhorando a relação entre o órgão gestor da UC e a população local. Através da EA Emancipatória é possível legitimar representantes locais, considerando a diversidade social e possibilitando que sejam afirmadas diferentes formas culturais de relação da comunidade com a sua base de reprodução material, ou seja, com o PARNA do Superagui.



Guillaume Henri Michaud (Willian Michaud)
(1829 - 1902)

Parada à margem do rio e fabricação de um barco
(Aquarela com realces de guache)

IV – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CHEGA DE BARCO NA BARRA DO SUPERAGUI

Primeiras impressões: reconhecimento da área de estudo

No capítulo anterior foram tratados os aspetos histórico-culturais e ambientais do PARNA do Superagüi, destacando o processo de colonização com vistas a oportunizar uma contextualização histórica sucinta da Barra do Superagui, a partir do início da ocupação da região que está inserida a UC, até os dias atuais. Enfatiza-se a necessidade de um programa de EA no processo de gestão ambiental do Parque, como elemento fundamental para mitigar os conflitos socioambientais que ocorrem na vila de Pescadores, a partir da concepção da EA Emancipatória postulada por Loureiro (2006), entendida enquanto prática social que pode auxiliar na valoração dos saberes tradicionais e na (re)construção de novas

perspectivas das relações socioeconômicas, bem como na conservação e no manejo dos recursos naturais e na gestão da UC, aspectos que devem estar intrinsecamente relacionados ao processo educativo ambiental.

A partir dessas premissas, buscou-se fazer uma análise das atividades de EA fomentadas na Barra do Superagui e observadas durante os trabalhos de campo, as quais são relatadas neste capítulo. Durante as visitas, considerou-se proeminente obter relatos sobre a realidade da comunidade da Barra do Superagui em relação ao processo de EA. Procurou-se conhecer a vila de Pescadores, buscando levantar alguns elementos e problemáticas emergenciais sobre a relação socioambiental na vila de Pescadores. Na foto, a seguir, tem-se o uma imagem panorâmica da paisagem observada a partir da vila de Pescadores, com destaque para os dois meios de transportes mais utilizados na Ilha: as pequenas embarcações e a bicicleta.

Foto nº. 7 – Barra do Superagui (vila de Pescadores) / PARNA do Superagui.



Fonte: FARIAS, janeiro/2007.

Entende-se a EA como prática mitigadora das possíveis transformações culturais e socioambientais, que podem ocorrer por meio da relação entre os nativos e o ambiente em que vivem, além da relação deles com os habitantes oriundos de outras localidades que se instalaram na Barra do Superagui por motivos diversos, dentre eles a possibilidade de prestar serviços, direta ou indiretamente, para atividade turística. A atividade turística também é considerada como um fenômeno que pode ocasionar alterações no PARNA do Superagui ao longo dos anos. Para entender este processo, faz-se necessário se remeter à

dinâmica territorial do turismo na Barra do Superagui, em suas mais variadas dimensões: nas estruturas econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Conforme destaca Rodrigues (2006), os sujeitos do território onde ocorre a prática turística são envolvidos em relações sociais complexas, alterando, de forma dialética, o território no seu todo ou em partes, o que também irá gerar modificações no todo. Assim, ao considerar a dinâmica territorial como (re)criação de territorialidades, observa-se transformações significativas na Barra do Superagui, ou seja, o turismo interferiu no cotidiano local em todas as suas dimensões e, portanto, criou uma nova territorialidade, sobretudo, em relação a dimensão socioeconômica. Para exemplificar, vale mencionar os pequenos pescadores que, anteriormente, direcionavam os pescados para abastecer o Mercado Municipal e alguns restaurantes de Paranaguá, mas, com o aumento da demanda turística na Ilha, passaram a trabalhar em função do mercado local, abastecendo os pequenos restaurantes da vila e algumas pousadas. Essa relação econômica local poderia ser apresentada como uma transformação de significativa importância para o fortalecimento e desenvolvimento local da comunidade, se não fosse pelo fato de que os preços pagos pelos pescados na vila são significativamente abaixo do que o mercado de Paranaguá oferece aos pescadores da região. Ou seja, os agentes que são mais beneficiados pelo turismo na Barra do Superagui são os proprietários de restaurantes e das pousadas. A maioria desses proprietários é descendente dos colonizadores da Ilha. No entanto, entre eles, também foi possível identificar alguns empreendedores que não tem nenhuma relação com a cultura caiçara, gerando conflito de interesses de ordem econômica, social e cultural.

Outra transformação estimulada pela atividade turística está vinculada à relação socioambiental. Como já fora mencionado no capítulo anterior, os moradores apontam o turismo como um dos elementos responsáveis pelo aumento de problemas ambientais que ocorrem na vila. Assim, das problemáticas ambientais diagnosticadas destaca-se, principalmente, o montante de resíduos sólidos provenientes do consumo de produtos industrializados, seja o consumo feito pelos moradores da Barra do Superagui, como, também pela presença cada vez mais frequente de turistas na Ilha. Em grande parte, estes produtos são oriundos de Paranaguá e Guaraqueçaba, ou, ainda, levados pelos turistas e consumidos durante a permanência na Ilha. Na foto nº. 8, observa-se uma visitante em meio a uma

grande quantidade de resíduos sólidos dispostos aos fundos de uma das residências de moradores da vila.

Foto nº. 8 – Resíduos sólidos dispostos aos fundos de uma residência da vila.



Fonte: FARIAS, janeiro/2007.

A contradição ocorre conforme o contraste que vai se apresentando no próprio local. A turista, registro da foto nº. 8, no momento em que fotografa uma família de mico-leão-de-cara-preta, espécie ameaçada de extinção e que só pode ser encontrada no PARNA do Superagui, tratando-se de uma espécie endêmica da Ilha. No momento de registro das fotos nº. 8 e nº. 9, havia uma família de micos nas copas das árvores localizadas próximas da área onde os resíduos estavam dispostos.

Foto nº. 9 – Dois mico-leão-de-cara-preta (um à direita e outro à esquerda).



Fonte: FARIAS, janeiro/2007.

Os micos também se alimentam de restos de comida que são jogados nessa área. Assim, se revela outro conflito entre a conservação postulada pelas UCs e o cotidiano de uma comunidade que vive em uma área de proteção ambiental. Vale ressaltar que, segundo as premissas de gestão ambiental em ilhas e estuários marinhos que têm ocupação antrópica todos os resíduos sólidos, deveriam ser retirados da Barra do Superagui, por meio de embarcações, e levados ao município de Guaraqueçaba. Contudo, o problema com relação à disposição do lixo do próprio município é uma questão que ainda não foi resolvida. Tampouco a prefeitura se responsabiliza pela coleta do lixo dos diversos distritos de sua comarca.

Na tentativa de mitigar os efeitos ambientais negativos provocados pela grande quantidade de resíduos disposto na vila de Pescadores, em 2007, o IBAMA incorporou a prática da punição pelas infrações causadas pelos moradores da vila. Geralmente, tratava-se de multas aos pescadores que pescam em local proibido ou que não respeitam as datas de proibição da pesca de camarão, por exemplo. Como eles não tinham condições financeiras para pagar a multa, o IBAMA cobrava através da prestação de serviços comunitários. Assim, os infratores deveriam coletar todo e qualquer material reciclável como forma de pagamento pela multa aplicada.

Foto nº. 10 e nº. 11 – Material reciclável, armazenado na sede do IBAMA.



Fonte: FARIAS, janeiro/2007.

Nas fotos nº. 10 e nº. 11 observa-se a grande quantidade de materiais recicláveis coletados pelos pescadores que receberam autuação pela atividade irregular da pesca, armazenados a “céu aberto” na sede do IBAMA do PARNA do Superagui, situada na Barra do Superagui. Pode-se ter uma idéia de quanto material vem sendo jogado ou queimado nos fundos de propriedades da vila que poderiam ser reciclados e servir, ainda, como fonte complementar da renda para as famílias da comunidade. Conforme o acúmulo dos materiais, o montante era retirado da Ilha, por meio da embarcação própria do Instituto (uma pequena embarcação chamada de “voadeira”), e transportado até Guaraqueçaba aonde era direcionado à uma usina de reciclagem.

A coleta dos materiais recicláveis feita pelo IBAMA era exercida como punição e não como uma necessidade emergencial para a qualidade de vida da população local e para a conservação da biodiversidade do Parque. Não há uma proposta efetiva por parte do IBAMA para envolver a comunidade na tentativa de solver o problema do lixo na Ilha. Com o aumento da demanda turística, as implicações socioambientais tendem a aumentar, fato que fortalece a argumentação no tocante à EA para a conscientização e responsabilidade ambiental da população da vila, agentes de grande importância para o bom uso e manejo do Parque, diante das especificidades normativas das UCs. Então, EA seria um processo punitivo em vez de educativo.

No entanto, não é possível atingir o nível de consciência e de responsabilidade ambiental por meio de práticas punitivas. Tampouco espera-se que a EA seja propostas por meio de tais práticas, sobretudo, por parte de um órgão tão importante para a integração da população local com os processos da gestão ambiental da UC. A Barra do Superagui necessita de propostas educativas pautadas na EA Emancipatória, visando a transformação social, integrando indivíduos e grupos sociais e culturais como base para a construção democrática na Ilha, ou seja, novos modos de se viver *na* e de pensar *a* natureza do PARNA do Superagui.

Com relação às práticas de EA desenvolvidas na vila de Pescadores. Segundo o relato de um morador com o pseudônimo de Francisco²⁰, foram efetuados alguns projetos no Parque, fomentados pelo Centro de Estudos do Mar (CEM) da UFPR, pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR), pelo Instituto de

²⁰ A partir deste trecho do trabalho, optou-se pela utilização de pseudônimos para não gerar possíveis constrangimentos.

Pesquisa Ecológica e Educação Ambiental (IPÊ) e pela SPVS. Porém, ele não soube dizer quando estes projetos ocorreram, uma vez que já faz algum tempo (aproximadamente três anos). EA, para Francisco “(...) *é você respeitar o meio ambiente. Cada coisa que está na sua mão tem que pensar que vai virar lixo e tem que ver pra onde vai*”. Ele destaca a necessidade de fomentar projetos de reciclagem na Ilha e, também, revela a falta de continuidade nas atividades que são fomentadas.

Na opinião do morador, os maiores problemas relacionados à qualidade ambiental na vila é a grande quantidade de resíduos sólidos dispostos, a falta de tratamento de esgoto e da água fornecida pela Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e o controle de zoonoses, pois, há muitos animais domésticos soltos, como os cães e gatos que, frequentemente, transmitem, um parasita conhecido como bicho geográfico²¹ para os moradores da Barra do Superagui. Geralmente, as crianças são as mais atingidas. Sabe-se que a transmissão do bicho geográfico acontece quando há contato da pele com as larvas de vários parasitas nematóides. As larvas que causam o bicho geográfico são mais comuns em areias das praias, porém elas se espalham em qualquer terreno que lhes dê as condições necessárias de temperatura e umidade. Quando a pessoa pisa ou senta sobre local infestado pelas larvas, elas podem furar a pele e contaminar o indivíduo.

Vale mencionar a disponibilidade de uma Unidade de Saúde. No entanto, durante o desenvolvimento dos trabalhos de campo em 2007 e 2008, havia apenas um enfermeiro (morador local) para fazer o atendimento à população da Barra do Superagui e às demais comunidades do Parque, além da pouca disponibilidade de medicamentos e a falta de atendimento médico e odontológico especializados. Em 2009, foi possível constatar a presença de uma enfermeira e de um médico, que passaram a residir na Ilha para atender os moradores, porém, ainda não há atendimento odontológico e a escassez de medicamentos continua.

Francisco aponta que a solução para diminuir a contaminação e as doenças na vila, além do problema do lixo, estaria na organização da associação dos moradores que “(...)

²¹ Bicho geográfico é o nome popular da larva migrans, que é uma doença de pele em humanos causada pela larva de vários parasitas nematóides, dos quais o mais comum é o *Ancylostoma braziliense*. Os parasitas causadores da doença do bicho geográfico são encontrados em fezes de cães e gatos. Embora os parasitas do bicho geográfico sejam capazes de infectar tecidos mais profundos de cães e gatos (pelos pulmões e trato intestinal), nos humanos eles somente conseguem penetrar nas camadas exteriores da pele deixando os típicos caminhos que dão o nome popular da doença.

deveria pensar de forma coletiva, sem interesses pessoais”. Ele já acompanhou algumas reuniões do Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba e conhece as discussões sobre as problemáticas cotidianas do PARNA do Superagui. Sobretudo, em relação à vila de Pescadores. Ele ressaltou a falta de organização da Associação de Moradores da Barra do Superagui, bem como a falta de união entre os membros e da ação coletiva, o que enfraquece a representatividade da comunidade perante os órgãos competentes da gestão da APA. Este fato justifica significativamente a necessidade de um programa eficiente de EA sob a perspectiva emancipatória, com vistas a contribuir para a (re)construção de princípios de coletividade e de participação política dos moradores, fortalecendo suas perspectivas em relação ao desenvolvimento coletivo da vila de Pescadores. A seguir, são elencadas as atividades de EA observadas durante os trabalhos de campo em 2008 e 2009, na Barra do Superagui.

Principais atividades de EA na Barra do Superagui

Durante o trabalho de campo realizado em janeiro de 2008, foram registradas duas atividades práticas de EA: uma, a ONG Troupe do Saci e, a outra, do projeto acadêmico “Lixo-Arte na Barra do Superagui”. Registrou-se uma proposta educativa para as crianças, jovens e adultos da vila, idealizada pelo Instituto Yori, ainda em fase de implementação.

Troupe do Saci – Arte Educação Ambiental é uma organização não governamental que integra arte e EA, através de peças teatrais educativas voltadas às crianças e com a prática de oficinas de artesanato voltadas às mulheres das comunidades do litoral do Paraná. A proposta inicial da ONG eram três dias de atividades com a comunidade não ocorreu, e apenas um dia de trabalho foi realizado. A justificativa por parte da equipe responsável pelas atividades foi a dificuldade ocasionada pela chuva forte que ocorreu durante os outros dias, impedindo, assim, a realização das atividades. No entanto, a chuva justificava somente o cancelamento da atividade na Trilha da Praia Deserta, onde seria realizada uma peça teatral aliada à interpretação ambiental da Trilha e aos aspectos culturais dos caiçaras. As demais atividades propostas poderiam ter sido desenvolvidas

mesmo com a chuva, pois, havia o espaço que já havia sido utilizado no primeiro dia de atividade, na casa da Associação de Mulheres da Barra do Superagu.

Conforme relatos dos moradores da Barra do Superagui sobre as ONGs, as universidades, dentre outras instituições, as propostas educativas para a comunidade, não são efetivas e não trazem benefício para a vila. Ou seja, segundo eles, não há continuidade nos projetos ou, simplesmente, as propostas não são executadas. Esse fato explica o baixo número de mulheres que participaram da oficina de artesanato (apenas três mulheres da vila), pois, como elas mesmas revelam, a comunidade já está cansada de ouvir falar em projetos que não pontuam, efetivamente, os problemas emergenciais da ilha e que não trazem nenhum benefício imediato.

A proposta da Troupe do Saci também foi frustrante para as moradoras que se propuseram a participar da atividade, considerando que as participantes da oficina encontravam-se na Casa da Associação das Mulheres da Barra do Superagui, na hora marcada para o início de tal atividade, mas, a equipe não compareceu. Ou seja, não houve continuidade à finalidade das práticas de EA, por meio da arte (pintura, artesanato e teatro), que a equipe da ONG se propôs a fomentar na vila de Pescadores. Mesmo assim, a proposta da ONG é interessante para a comunidade, sobretudo, por oportunizar a perspectiva de fontes alternativas de renda, demonstrando a possibilidade de agregar valor ao artesanato local através da arte com pigmentos naturais.

A equipe fez um bom trabalho com as mulheres da comunidade no único dia de atividade, através da “Oficina Pigmentos Naturais”, oficina de artesanato com pinturas à base de pigmentos naturais, como pode se verificar na foto a seguir. O objetivo dessa oficina foi de estimular as mulheres da Ilha a produzir artesanato para vender aos turistas que visitam a comunidade, agregando, assim, valor aos produtos locais e possibilitando uma alternativa de complementação de renda às famílias de pescadores da vila.

Foto nº. 12 – Moradoras durante a oficina de artesanato com pigmentos naturais.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

De acordo com as moradoras que participaram da oficina, a proposta inicial foi importante, pois, elas gostariam de ajudar na renda familiar, através da arte em artigos manufaturados que representem a cultura local. Maria²² revela que “(...) *podemos ganhar dinheiro brincando de pintar, ao invés de mariscar o dia inteiro. Mas, alguém precisa fazer; temos que ajudar quando eles voltam do grande mar*”. Quando Maria diz “*mariscar o dia inteiro*” ela está se referindo ao trabalho de limpar o camarão quando os pescadores voltam da pesca em alto mar. Para ela, pintar colheres em madeira a partir de desenhos das flores e plantas que observa, cotidianamente, no quintal de sua casa é uma forma criativa e alegre de aumentar a renda, além de divulgar as riquezas naturais do PARNA do Superagui. No entanto, ficou evidente a decepção no segundo dia de atividade. Carmem revela que “(...) *isso já aconteceu outras vezes. Eles começam e não terminam o que vieram fazer aqui*”, fazendo menção as ONGs que visitam o Parque para desenvolver projetos educativos e oficinas de capacitação.

Para desenvolver a atividade “Oficina Pigmentos Naturais”, a Troupe do Saci disponibilizou todo o material necessário: pinceis, verniz, cola, papel, potes e copinhos plásticos, artesanatos prontos em madeira (colheres e pequenas canoas de brinquedo). Esses materiais são comprados no Mercado Municipal de Paranaguá por atacado e revendido após

²² Optou-se por usar o pseudônimo para não gerar possíveis constrangimentos.

feita a pintura de elementos da Ilha, utilizando pigmentos naturais que também podem ser adquiridos no mercado municipal por preços acessíveis (fotos nº. 13 e nº. 14).

Foto nº. 13 – Pigmentos naturais fornecidos pela Troupe do Saci.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Na foto nº. 14, um exemplo de alternativa para a complementação da renda familiar para as moradoras da Barra do Superagui, proposta pela equipe supracitada, por meio da venda do artesanato local para os turistas que visitam a vila de Pescadores. Os objetos de madeira são fabricados pelas próprias mulheres, mas também pelos seus maridos e companheiros.

Foto nº. 14 – Colheres de madeira com o trabalho de verniz e pintura.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

O desenvolvimento das atividades visa ressaltar o potencial produtivo das mulheres da vila, que possibilitam alternativas de atuação através da agregação de valores aos produtos de fácil fabricação e que revelem o cenário e a identidade local da Barra do Superagui. Entretanto, fica difícil de descrever os resultados de tal proposta, visto que não houve continuidade, ou seja, o processo ficou pela metade.

Outra proposta da Troupe do Saci foi direcionada às crianças e adolescentes da vila. As instituições têm mais facilidade em mobilizar as crianças e os jovens para participar das atividades propostas. Vale ressaltar que um terço (1/3) da população da Barra do Superagui é formada por jovens e crianças, o que resalta a importância destas atividades educativas. A equipe da ONG organizou uma peça teatral objetivando sensibilizar as crianças e os adolescentes caiçaras em relação aos aspectos físicos do Parque. A atividade foi realizada na casa da Associação de Mulheres, no mesmo local onde foi feita a “Oficina de Pigmentos Naturais”. Na foto nº. 15 os pequenos caiçaras participando como espectadores da peça. Pode-se perceber pela expressão facial dos meninos e meninas da vila, a alegria e compenetração ao assistir uma peça teatral desenvolvidas com fantoches.

Foto nº. 15 – Crianças e adolescentes assistindo a peça teatral “Papo no Brejo”.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Na peça teatral “Papo no Brejo”, o sapo “Coração” e a sapa “Lábios de Mel”, os fantoches confeccionados à base de material reciclado, travam um diálogo divertido e educativo sobre a poluição que está tomando conta do brejo, onde o casal de anuros vive

alterando a qualidade da água. A atividade se propôs a abordar a questão da qualidade da água e da poluição através da disposição de resíduos sólidos nos córregos da vila, conforme pode ser observado na foto a seguir, a partir de um cenário criado pelos idealizadores da peça teatral, com materiais recicláveis, de forma bem criativa.

Através da representação dos fantoches, a equipe buscou despertar a atenção dos espectadores com relação à qualidade da água e à necessidade de preservar e conservar os rios e mananciais do Parque. No final, as crianças são envolvidas na peça, quando o casal de sapos chama-as para ajudar a salvar o brejo, retirando todos os objetos que não fazem parte do córrego d'água representado por um longo tecido azul que pode ser visualizado na foto a seguir

Foto nº. 16 – O lixo no brejo: representação da poluição do córrego d'água.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

A iniciativa e as atividades desenvolvidas pela ONG Troupe do Saci são interessantes e válidas às necessidades da comunidade. Contudo, vale destacar que tratam-se de propostas de EA postuladas, ainda, a partir da visão conservadora ou comportamentalista. As propostas educativas para o meio ambiente levantadas pelas ONGs

no PARNA do Superagui deixam de considerar muitos aspectos peculiares da vila e principalmente dos saberes de seus moradores.

Na junção destes elementos partiria-se para uma EA emancipatória, conforme defendem: Leff, Loureiro e Morin. Acredita-se, que assim teria mais efetividade porque seria uma proposta coletiva e os sujeitos envolvidos também seriam os sujeitos no processo. Principalmente se fosse creditado à EA da Ilha a partir de uma proposta baseada nos princípios de Morin, na qual se propõe a atender pelo caminho da complexidade através da dialética orientando-se através da desordem, integração, ordem, organização.

Em relação às atividades de EA diagnosticadas na Barra do Superagui o exemplo, observado na foto nº. 17, mostra que embora não haja se quer a coleta do resíduo sólido, bem como da retira dos dejetos e materiais recicláveis da Ilha, a ONG apresenta as lixeiras direcionadas a separação do resíduo sólido por categorias (rejeitos, vidro, metal, plástico e papel).

Foto nº. 17 – Lixeiras para a separação do lixo reciclável.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Entende-se que são tentativas na busca de aprimorar as iniciativas de modo a cooperar, efetivamente, na tentativa de mitigar e/ou solver as problemáticas socioambientais da Barra do Superagui. Mas, isto também demonstra propostas “modelos” que se repetem, mesmo sem considerar a realidade. São indicativos da falta de EA de fato. São medidas que satisfazem o poder público, mas não atingem os objetivos aos quais se propõem. Assim, convive-se com uma EA baseada em “padrão”.

Tentativas de trabalhar a Educação Ambiental

Outra atividade de EA foi desenvolvida pelos alunos do curso de Pós-Graduação “Arte-Educação”, do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão (IBPEX), de Curitiba, através do projeto intitulado “Lixo-Arte na Barra do Superagui”, começou em 12 de outubro e encerrou em fevereiro de 2008. Esta iniciativa, segundo os idealizadores do projeto, teve por objetivo “[...] *abordar a importância da reciclagem para a conservação e preservação do meio ambiente, criando agentes multiplicadores na arte-educação dentro da comunidade da Ilha de Superagui*” (Marta e Joaquim²³, 2008).

Os fomentadores do projeto elucidam que o resultado pretendido “*é fazer com que a comunidade seja mais ativa e responsável pelos acontecimentos da ilha*” (Marta, 2008). O outro idealizador complementa dizendo que “*o projeto quer mostrar que a arte pode ser fundamental na conscientização das ações com relação ao lixo produzido no meio em que vivem*” (Joaquim, 2008). O projeto procurou demonstrar como é possível aproveitar materiais que iriam para o “lixo” na fabricação de brinquedos para as crianças da comunidade. Para tanto, as crianças coletaram, em suas casas ou na vizinhança, embalagens vazias de leite tipo longa-vida que são 100% recicláveis. Não houve maior divulgação da atividade na vila e as crianças não passaram por nenhum tipo de seleção. Segundo os idealizadores do projeto, apenas foi feito o convite a um grupo de crianças que trataram de comunicar as outras, uma característica peculiar forte de uma pequena vila de Pescadores. Eles também divulgaram nas mercearias da vila e em uma lanchonete onde se concentram bastante crianças para fazer lanches e comprar “geladinho”, uma espécie de sorvete muito popular entre a criançada da vila. Na foto nº. 18, observa-se as crianças sentadas no chão da única escola da vila, desenvolvendo a atividade de confecção de máscaras com material reciclado.

²³ Foram utilizados pseudônimos para evitar qualquer constrangimento.

Foto nº. 18 – Crianças na Oficina “Lixo-Arte na Barra do Superagui”.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Através do reaproveitamento da embalagem, as crianças, orientadas por alunos do curso de Pós-Graduação “Arte-Educação” do IBPEX, construíram máscaras decorativas de carnaval. As máscaras têm forte relação com o carnaval popular que acontece todos os anos na Barra do Superagui, festividade tradicional que ocorre há anos na vila. Durante o carnaval, muitas crianças e adolescentes se vestem de “mascarados”, como eles mesmo se intitulam, e percorrem os caminhos (pois, não há ruas na Ilha), passando, também, pelo salão do Bar Akdov onde, tradicionalmente, acontece o Fandango durante cinco noites de carnaval. Neste aspecto, considerou-se importante a proposta dos alunos de Pós-Graduação, pois, eles se preocuparam em desenvolver práticas a partir da valorização da cultura local. Para esta atividade as embalagens de leite foram lavadas e deixadas ao sol para secar. Em seguida, o papel laminado foi retirado do papel que compõe a embalagem e utilizá-lo para desenhar a máscara. Na foto a seguir, uma das crianças que participaram da oficina prepara uma embalagem para a confecção das máscaras decoradas.

Foto nº. 19 – Preparo da embalagem para confeccionar a máscara.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

A oficina “Lixo-Arte” foi desenvolvida no saguão da Escola Municipal Rural da vila, em condições precárias de infra-estrutura. Isso ocorreu devido à negação de dispor o espaço físico da Escola para a equipe realizar a atividade, por parte da atual direção. A diretora alega falta de credibilidade nos acadêmicos e ficou evidente a rejeição por parte da administração da instituição em relação aos organizadores do projeto. Desta forma, há certo distanciamento entre a escola e as práticas educativas não formais desenvolvidas na vila de Pescadores, o que é significativamente negativo para o fomento de atividades que visem propostas pedagógicas inclusive formais, considerando que a escola é sempre um forte aliado e um instrumento indispensável para a integração entre os projetos de extensão universitária e a comunidade onde se pretende desenvolvê-los.

Foto nº. 20 – Crianças participantes da oficina “Lixo-Arte” na Barra do Superagui.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Naquele dia, 19 de janeiro de 2008, chovia muito no momento que foi realizada a oficina com as crianças no saguão da escola da vila de Pescadores. No local não havia cadeiras, nem mesas. Eles se dispuseram no chão para desenhar suas máscaras, como pode se verificar na foto nº. 21. A falta de infra-estrutura para realização dos trabalhos prejudicou muito o desenvolvimento das ações e demonstra falta de entrosamento entre os responsáveis pela organização da atividade e a instituição escolar e a comunidade local.

Foto nº. 21 – Crianças e oficinairos sentados no chão durante a realização dos trabalhos.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

A iniciativa dos acadêmicos se deu a partir da extensão universitária. Considera-se importante o fomento das práticas de EA voltadas às comunidades do litoral do Paraná, sobretudo à comunidade da Barra do Superagui. Considerando os problemas socioambientais da vila, a disposição de resíduos sólidos é uma das questões que merece atenção especial, pois, a cada dia a situação vai ganhando novas proporções, devido ao aumento da demanda turística. A atividade desenvolvida através do projeto apresentado demonstra uma alternativa para mobilizar a população local, envolvendo as crianças no processo de reciclagem e reaproveitamento de materiais que ficariam jogados pela vila. Mas, o que ficou claro é que os objetivos não foram atingidos, porque faltou infra-estrutura para a realização da atividade e, também, credibilidade por parte dos representantes da escola e da comunidade no apoio ao projeto.

Na sequência, será relatada outra proposta educativa para a comunidade da Barra do Superagui, que procurou envolver tanto as crianças como os jovens e adultos. Trata-se do Instituto Yori, uma ONG de Guaraqueçaba que tem um leque de propostas para a Barra do Superagui. As atividades foram planejadas para serem desenvolvidas em 2009, e incorporam diversas problemáticas pontuais para a comunidade local como, por exemplo, a questão do lixo e do saneamento básico, a prevenção e o tratamento de jovens e adultos quanto à dependência de drogas químicas, o controle da visitação no Parque, a segurança da população local e dos visitantes, dentre outras questões.

O Instituto Yori iniciou suas atividades na Barra do Superagui em setembro de 2007, com a proposta de mobilizar a comunidade, como relata a presidente, para “*valores existenciais mais profundos, o consumo consciente e necessário, a reciclagem de lixo, a preservação da vida nas matas e mares, o amor para consigo e para com o próximo [...]*” (Dora, 2008). Em entrevista a presidente-fundadora do Instituto, declarou que o objetivo das iniciativas junto às crianças da comunidade da Barra do Superagui é:

[...] gerar oportunidades iguais para as crianças de regiões onde o poder público tem ações menos ativas, acreditando que para ocorrer essa transformação deve-se haver a união dos esforços da comunidade resgatando valores humanistas (Dora, 2008).

O Instituto pretende sensibilizar, através do “*resgate de valores humanitários*”, a partir de trabalhos educativos com as crianças de faixa-etária entre 05 e 12 anos, na busca de contribuir para “[...] *a conscientização da importância da responsabilidade individual para garantir melhor qualidade de vida às comunidades, gerando as mesmas oportunidades de futuro para as crianças das ilhas [...]*” (Dora, 2008). Não fica difícil de perceber que estas propostas vêm carregadas de valores comportamentais e trazerem no seu contexto a responsabilidade de que os problemas são de cada um, ou seja, como se as partes isoladas sejam, por si só causadoras e também organizadoras da crise. Esta é uma linha de pensamento que não contribui para a EA emancipatória, uma vez que, se propõem garantir as mesmas oportunidades para as crianças da ilha, pelo que parece, isto é o que tem de garantido na Ilha. As crianças precisam de oportunidades diferentes, ou seja, precisam de oportunidade! Alguém pediu o que as crianças precisam e querem?

Apesar de mencionar a importância da responsabilidade individual dos moradores da vila com o ambiente em que vivem, o Yori entende que “[...] *a união da comunidade pode servir como agente transformador [...]*” (Dora, 2008). Dentre os conflitos, destacam-se a relação entre o IBAMA, os pescadores e moradores da vila; a relação entre a população local e alguns atores externos que, há alguns anos, conseguiram adquirir casas e propriedades, instalando-se para prestar serviços aos visitantes da vila, como, por exemplo, pousadas, lanchonetes e restaurantes.

Os conflitos são muitos, as dificuldades também. Uma determinada ONG se desloca até a Ilha para tentar resolver o problema causado por outra e assim sucessivamente. Não há respeito aos sonhos, perspectivas e nem pelas necessidades da população. Elaboram

“pacotes” de ações e atividades e lá são “abertos” e o resultado é aquele proposto para quem idealizou. Os anos passam, as ONGs mudam. O órgão gestor do Parque permanece e a comunidade fica cada vez mais a mercê da ineficiência da gestão ambiental postulada pelos modelos de conservação da natureza adotados pelo SNUC no Brasil.

A principal manifestação da comunidade, diante desta realidade é a resistência em aderir às propostas do Instituto. No dia 27 de janeiro de 2008, houve uma tentativa, embora frustrada, de diálogo entre o Yori e a Associação de Moradores da Barra do Superagui. Os poucos representantes que apareceram deixaram claro a posição da maioria de dos associados em não querer a permanência e a atuação de agentes externos desenvolvendo projetos e “interferindo” em problemas internos da comunidade. Esse fato se deve às várias iniciativas e projetos de instituições que não deram continuidade, ou que simplesmente abandonaram suas atividades sem justificativa alguma.

A presidente-fundadora do Instituto, natural de Guaraqueçaba, conhece a realidade da região do Parque e teve a iniciativa de morar na Barra do Superagui, na tentativa de integrar e comprometer a comunidade. A resistência dos moradores da Ilha é no sentido de que as propostas não sejam apenas mais uma atividade denominada de “educativa”, mas que tragam benefícios à comunidade. Ou seja, além de não contribuir, estas ações desqualificam o processo educativo chamado de ambiental.

Durante janeiro de 2008, não ocorreu nenhuma atividade de EA desenvolvida pelo Yori, justamente por conta da resistência da comunidade em relação ao Instituto. No entanto, foi possível acompanhar a reunião realizada no saguão da Escola Municipal Rural da vila. Durante a reunião, a presidente do Yori apresentou formalmente o Instituto à Associação de Moradores, fez a prestação de contas de suas atividades de 2007 e revelou a projeção de atividades para 2009.

Dentre as atividades estavam projetadas: o grupo *Mimboé*²⁴ – para participar as crianças deveriam ter idade entre 05 e 12 anos e deveriam estar matriculados na escola. As crianças poderiam se cadastrar no ciclo do livro e teriam acesso a empréstimos da biblioteca do Instituto, além de participar do reforço escolar (de segunda à quinta-feira, entre 9horas e 11h30min), através do qual teriam atividades extracurriculares como inglês,

²⁴ Mimboé significa “ensinando”, em tupi. Trata-se de um trabalho coletivo onde crianças participam de atividades que buscam complementar a base escolar, através de leituras e aulas de reforço para ajudar a minimizar possíveis dificuldades de aprendizagem.

educação física e artes; o grupo *Kurumí Superagüi* (Escotismo Nativo) – atividade semanal que pretendia reunir, aos sábados, crianças e adolescentes, com faixa-etária entre 07 e 17 anos, para percorrer as trilhas da região, sempre acompanhadas de guias locais e professores especializados nas áreas de Geografia, História e Biologia²⁵. Sobre as crianças e adolescentes que participariam do grupo *Kurumí*, a presidente do Instituto considera que:

Os kurumís aprendem brincando a importância da manutenção de nossas matas nativas e dos nossos animais. Compreendem a necessidade da reciclagem dos lixos e ganham independência quanto às suas ações junto à comunidade. Além de formar guias mirins para auxiliar os turistas que visitam a região (Dora, 2008).

Além do *Mimboé* e *Kurumí Superagüi* havia também as propostas *Arca-de-Noé*²⁶ (Teologia e Filosofia para crianças) grupo composto por crianças de 05 e 12 anos que buscava desenvolver atividades lúdicas que contam a história da humanidade através das religiões e do cristianismo. Segundo a presidente-fundadora do Instituto, não se trata de um projeto religioso, mas, sim, um estudo sobre as religiões, por meio da Teologia, entendido como:

[...] um dos caminhos para a educação humanitária. Aicó (Prevenção e Recuperação à Drogas Químicas) significa “ser, estar”, em tupi, e essa iniciativa pretende a prevenção e recuperação de dependentes químicos. “Acredito que somos quem buscamos ser e estamos conforme nossas atitudes definiram estar. Poderemos alterar nossas condutas conforme nossos desejos mais íntimos (DORA, 2008).

Assim, o grupo pretendia auxiliar no processo de recuperação de pessoas envolvidas com drogas, além de trabalhos preventivos através de palestras, vídeos e impressos informativos e de orientação. O Instituto, segundo a presidente, ainda propôs um leque de ações pontuais para a comunidade local, tais como: urbanismo (lixo e horta comunitária); saneamento básico e qualidade da água (*MO IG*, do tupi, “pela água”); controle e saúde animal (vacinação, tratamento e castração de animais domésticos); saúde humana (reforma e ampliação do Posto Médico local, parceria com médicos voluntários das mais variadas especialidades, sugestão de plano médico organizado pela Associação de Moradores); educação e cultura (arte e geração de renda através da produção de artesanatos); controle da

²⁵ Não foi possível obter informações mais precisas sobre a origem dos professores que possivelmente dariam suporte a esta atividade. Percebe-se que ainda não há uma equipe formada para atuar no Instituto Yori.

²⁶ Da mesma forma que o item anterior, não foi possível ter clareza de quem ministrará as atividades da Arca-de-Noé e quais métodos serão utilizados.

atividade turística (ficha de cadastro de visitantes); e, segurança (implantação de Posto Policial e da Marinha na vila). Tais ações são fundamentais para a qualidade de vida da população local, porém, deveriam ser fomentadas pelo Estado.

Os projetos e iniciativas do Yori contemplavam necessidades pontuais da vila. Contudo, não resta a dúvida sobre a falta de adesão da comunidade local e a integração do Instituto com as instituições atuantes no Parque. Também, há outra problemática em relação à formação da equipe interdisciplinar necessária para o bom encaminhamento das atividades propostas, pois, apenas a presidente do Instituto estava atuando e tentando estabelecer uma relação harmoniosa com os moradores da Barra do Superagui, ou seja, não existia uma equipe transdisciplinar como visava o propósito do projeto. Durante o último campo, a idealizadora do Instituto Yori foi procurada para uma nova entrevista, com vistas a observar o andamento das atividades que a intuição se propunha a desenvolver.

No entanto, ela não reside mais na vila de Pescadores e o Instituto não existe mais. Esta é mais uma proposta apontada pelos moradores da Barra do Superagui como um “*projeto que não saiu do papel*”, um projeto que não foi efetivado. Segundo relato dos moradores, a idealizadora teve alguns problemas de ordem pessoal e de conduta perante as crianças que frequentavam a casa dela, também, estabelecimento que era utilizado como residência e sede do Instituto. Eles revelam que não permitiram mais que as crianças participassem das atividades que a instituição vinha realizando por medo que as crianças fossem prejudicadas de alguma maneira. Houve a tentativa de estabelecer contato com idealizadora do Instituto Yori, porém, não foi possível encontrá-la. Há rumores que ela está morando em Pontal do Paraná, município do litoral paranaense, próximo ao PARNA do Superagui.

Outro aspecto importante a se considerar nos programas da EA Emancipatória sob o viés da gestão da UC, bem como da EA formal e informal, é a valoração dos conhecimentos tradicionais e da cultura local. A vila de Pescadores se caracteriza por conservar uma significativa expressão cultural ao longo dos anos, através do Fandango e dos modos de vida peculiares dos caiçaras do litoral paranaense. Estes aspectos estão fortemente vinculados ao cotidiano da vila e regem as relações sociais ali estabelecidas. Sobre os elementos da cultura caiçara, procurou-se relatar o seu contexto histórico, bem como as observações e conversas informais, no próximo item tratado neste trabalho.

A cultura caiçara: o Fandango da Barra do Superagui

Fandango é uma manifestação popular que reúne dança e música. No litoral do Sul e do Sudeste do país, está associado ao trabalho na lavoura, na pesca e à cultura caiçara. Sua prática envolve instrumentos artesanais como viola, rabeca e adufe (espécie de pandeiro), em músicas que podem ser valsadas, trançadas ou acompanhadas pelo batido de tamancos. No fandango batido, os homens em geral seguem os passos feitos por um marcador ou mestre de sala, como pode ser observado na foto a seguir.

Foto nº. 22 – Mestre de sala marca o batido durante o fandango no Bar Akdov.



Fonte: FARIAS, janeiro/2008.

Não se sabe ao certo quando e como o fandango surgiu no Paraná. O fato é que esse tipo de festa, por muito tempo, fez parte do cotidiano das comunidades do litoral do estado e era realizada por vários motivos. Segundo os fandangueiros da Barra do Superagui, os senhores José Squenine, Alcides Michaud e Pedro Miranda, havia o chamado fandango de mutirão, quando grupos formados por homens e mulheres se reuniam aos sábados para trabalhar na terra de um dos moradores.

Desse modo, o serviço que duraria mais de uma semana, era concluído em apenas um dia. Além da comida, os trabalhadores recebiam como forma de confraternização um fandango, que se iniciava na noite de sábado acabava só no domingo. Fora do ritual do plantio, um aniversário, um casamento ou, ainda, exclusivamente para o lazer, eram bons motivos para se fazer um fandango. Na época de carnaval, a festa tornava-se ainda maior.

“Eram quatro dias e quatro noites. A gente colocava máscaras e todo mundo dançava fantasiado”, conta o Sr. Alcides Michaud, um dos moradores mais antigos da Barra do Superagui e tataraneto do colonizador William Michaud.

O fandango realizado em cada vilarejo, como, por exemplo, na Barra do Superagui ou na Barra do Ararapira, dentre outras, tinha suas características próprias, mas alguns traços eram comuns a todas as comunidades. Durante as festas, aconteciam vários tipos de danças, que se dividiam em dois grupos – as batidas e as bailadas (ou valsadas). Todas tinham seus nomes – era a queromana, o anu, o xará, a tonta. *“Dançavam-se umas modas de batido, batendo o pé, e depois vinha o bailado”*, explica o violeiro Sr. José Squenine, também morador antigo da vila de pescadores do Superagui. O bailado é considerado mais simples que o batido, pelo fato de ser dançado todo o tempo com o mesmo par. *“No batido, a gente ia trocando de dama. E tinha que bater forte no assoalho com o tamanco (feito de madeira, com tiras de borracha), não era com sapato. Porque o bonito era o barulho”*, completa o também violeiro Sr. Pedro Miranda.

Nos fandangos, havia diversas comidas típicas, como cuscuz, biju, peixe e barreado. A pedido dos comerciantes, os violeiros anunciavam, cantando, as delícias que poderiam ser apreciadas na festa. *“A música nós íamos trovando da ideia da gente mesmo”*, afirma o violeiro João Pires, da Barra do Ararapira, comunidade próxima à Barra do Superagui. Os rapazes também aproveitavam a habilidade dos violeiros e a variedade de comidas típicas – especialmente os doces – para presentear as moças. Assim, surgiram muitos namoros e até casamentos. Mas, segundo Dona Bega, também moradora antiga da Barra do Superagui, *“existia muito respeito entre todos os que estavam dançando no salão”*. Era obrigatório, por exemplo, que os homens pedissem licença entre si para dançarem com as mulheres uns dos outros.

Na comunidade da Barra do Superagui, o fandango é realizado com frequência no bar Akdov, onde os antigos violeiros comandam a festa durante a temporada de veraneio, quando a vila recebe um número cada vez maior de visitantes. No entanto, constatou-se o interesse por parte dos jovens em conservar a cultura local, através do fandango, como ilustra a foto nº 23. Na imagem a seguir, pode se visualizar duas violas (à esquerda) e a rabeca (à direita) que, ainda hoje, são confeccionados artesanalmente e de materiais nativos como a madeira popularmente conhecida como “caxeta”.

Foto nº. 23 – Jovens tocando os instrumentos típicos do fandango no Bar Akdov.



Fonte: FARIAS, fevereiro/2009.

As letras das músicas do fandango, compostas pelos violeiros, retratam o cotidiano da vila de pescadores da Barra do Superagui. Trazem descrições da região, da fauna e flora, das dificuldades encontradas pelos pescadores no mar, e dos amores e paixões pelas belas moradoras do Superagui. São ricas ao expressarem a percepção que os moradores têm de seu ambiente e de como eles superam as dificuldades que encontram, seja no trabalho da pesca no mar, seja no seu cotidiano na vila de Pescadores. É possível verificar este relato nas letras contidas no CD do Museu Vivo do Fandango²⁷, como a música “Marinheiro”, abaixo citada:

Vós de lá e eu de cá / O mar passa pelo meio / Marinheiro me leva / Vós de lá dá dois suspiros / E eu de cá suspiro e meio / Marinheiro me leva / Para o barco de guerra / Quero ver a açucena / Que é de cravo e canela / Açucena é bonito / Que de lá de outra terra / Tão longe do meu amor / Não posso falar com ela / Marinheiro me leva / O meu pai não me deu mestre / Minha mãe não me ensinou / Marinheiro me leva / Não sei por quem eu puxei / Violeiro e cantor / Marinheiro me leva / Marinheiro me leva... (CD 2 PARANÁ – MUSEU VIVO DO FANDANGO).

²⁷ Museu Vivo do Fandango é um projeto fomentado com o patrocínio da Petrobrás que se dedica a apoiar o estudo das variações que o Fandango possui enquanto manifestação popular nos diferentes estados do território brasileiro. Além da região Sul e Sudeste (mais precisamente nos Estados de São Paulo e Paraná), o Fandango está presente também na região Nordeste e, em cada local, mostra configurações diferentes em seu conjunto de origens das danças e dos ritmos. Segundo Pimentel, Gramani e Corrêa (2006), trata-se de um projeto que “[...] não tem sede única, se distribui através de ações itinerantes e abrange das casas de fandanguieiros aos construtores de instrumentos, passando por clubes de fandangos, museus e centros culturais. Assim, numa dinâmica permanente, faz jus ao “Vivo” de seu nome”.

Nesta letra, o fandangueiro revela a dificuldade que teve no seu desenvolvimento familiar. Ao mencionar que o pai não o fez mestre²⁸, o artista se refere ao fato de não ser filho de um pescador que possui embarcação própria e ao fato de que ele não pode trabalhar com a pesca por conta própria, tendo, então, que prestar serviços aos que possuem embarcações. Quando se refere à mãe que não o ensinou, remete-se à falta de acesso à educação formal. Retrata, também, aspectos da flora do PARNA do Superagui, ao fazer menção à açucena, uma flor da família das amarilidáceas comumente encontrada no Parque. Tratam-se de relatos que revelam os elementos da percepção que a população local tem em relação ao meio em que estão inseridos. No entanto, os aspectos do cotidiano da Barra do Superagui expressados pela cultura e arraigados nos saberes tradicionais caiçaras estão distantes das atividades educativas realizadas na vila de Pescadores, sejam elas em nível formal ou informal. Além de que alguns problemas pontuais, como a grande quantidade de lixo e a demanda crescente de animais domésticos, não são tratados com prioridade para a qualidade ambiental da área ocupada pela população tradicional de caiçaras na UC.

Durante o trabalho de campo realizado durante o mês de janeiro de 2008, foi possível perceber que os moradores da vila estão cansados de propostas para melhorar a qualidade de vida no ambiente que vivem, estão desacreditados! A maioria das propostas fomentadas pelos órgãos públicos, pelas ONGs e pelas iniciativas autônomas, não considera o tempo lento²⁹ da população tradicional de uma vila de Pescadores, como é o caso da Barra do Superagui, que estabelece relações socioeconômicas distintos do ritmo de uma grande ou até pequena cidade, sobretudo, por se trata de uma ilha marinha e isolada geograficamente pelo distanciamento em relação à parte continental do PARNA do Superagui.

Nesta perspectiva, vale enfatizar o conhecimento empírico que os caiçaras do litoral paranaense têm sobre o ambiente em que vivem, principalmente, sobre os ciclos biofísicos dos ecossistemas encontrados na Unidade. Portanto, é fundamental levar em consideração

²⁸ O termo “mestre” se refere ao comandante da tripulação da embarcação.

²⁹ Conforme Acelrad (2003) há diferentes ritmos (tempo) de utilização dos recursos territorializados. Segundo o autor, faz-se necessário pensar em uma nova dinâmica, em um novo ritmo de uso da base material do desenvolvimento das sociedades. É preciso, portanto, considerar a pluralidade de tempos sociais, com o objetivo de mitigar a intensificação dos ritmos de apropriação dos recursos naturais, por meio da legitimação política da pluralidade de tempos, técnicas e sujeitos nas relações de (re) produção social, econômica e cultural nas UCs.

os saberes tradicionais e valorizar a cultura local para a preservação e conservação dos patrimônios histórico-cultural e ambiental do Parque Nacional do Superagui. Outro elemento importante a ser considerado para que a gestão ambiental da UC seja efetivada de forma satisfatória em seus aspectos socioambientais são as relações estabelecidas pelo desenvolvimento da atividade turística na Barra do Superagui. Assim, na sequência do texto, foram elencados alguns aportes sobre o turismo enquanto prática social e o seu papel na apropriação do território da vila de Pescadores.

O papel do turismo na Barra do Superagui

Desde sua origem, o ser humano sempre esteve rodeado por belas paisagens cênicas e pela diversidade de recursos naturais. No passado, o homem conseguia interagir com o meio natural sem muito esforço, pois o impacto na natureza produzido por ele e suas tecnologias ainda eram reduzidos. Assim, não havia, na consciência humana, uma maior preocupação de proteger a natureza, uma vez que ela estava sempre presente e sua representatividade era considerada infinita. Todavia, a relação entre homem e meio ambiente começou a ser repensada a partir da década de 1970, com o fortalecimento dos movimentos ambientalistas que alertavam para a problemática do mau uso dos recursos naturais e, conseqüentemente, o seu provável “esgotamento” ainda que em níveis qualitativos.

Na realidade, esta mudança de valores vem sendo acelerada por processos naturais que afetam o cotidiano das pessoas e sobre os quais elas não têm controle, como, por exemplo, alterações climáticas, que atingem significativamente a produção agrícola, tempestades que causam enchentes, secas etc. Surge, então, segundo Kinker (2005), um novo paradigma que valoriza a natureza por ela mesma, reconhece e estabelece, por meio de estudos científicos, os reais limites do crescimento e as transformações/impactos que podem ocorrer no meio ambiente, do mesmo modo que reconhece a necessidade de integrar conservação com desenvolvimento econômico.

No Brasil, o termo *desenvolvimento* possui diferentes significados para os diversos setores da sociedade. Ora, o crescimento econômico é muito importante, tanto que, na

maioria das vezes, não se considera outros aspectos fundamentais, como o sociocultural e ambiental. Vale lembrar, ainda, que crescimento e desenvolvimento não são sinônimos. No entanto, esta discussão não será travada neste trabalho, pois, não retrata o proposto objetivo. Já em nível mundial, este termo evoluiu para além do econômico, ganhando dimensões mais amplas. Assim, conforme Kinker (2005), para avaliar o nível de desenvolvimento de um país faz-se necessário considerar os indicadores de pobreza, desemprego e desigualdades sociais. Então, o desenvolvimento está diretamente relacionado à qualidade de vida do homem.

Assim, um novo termo vira moda, o dito *desenvolvimento sustentável*. A perspectiva do desenvolvimento sustentável, segundo a definição adotada pela IUCN/PNUMA/WWF (1991), implica em “melhorar a qualidade de vida humana sem diminuir a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam, ou sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível” (KINKER, 2005, p.17) garantindo, desta forma, a sua utilização pelas gerações futuras.

Mas como falar em sustentabilidade numa sociedade altamente consumista, em que o lucro imediato e as necessidades de conforto prevalecem frente as “desconsideráveis” formas de vida? E mais, destarte o conceito, é possível avaliar a noção de desenvolvimento para os diferentes continentes, para os mais diversos países e suas culturas? Ou seja, será que desenvolvimento para a Barra do Superagui é o mesmo desenvolvimento desejável para a região metropolitana de Curitiba?

A ideia de sustentabilidade em UCs está intimamente relacionada à manutenção da qualidade de vida da humanidade e de seu ambiente, comumente aplicada, por exemplo, às atividades em que o turismo seja fomentado a partir de um caráter sustentável. Ou seja, referente àquelas atividades turísticas planejadas a partir do controle de capacidade de carga e ações preventivas de impactos ambientais e sociais causados pela visitação contínua; àquelas que consideram, além do fator econômico, os fatores socioambientais.

Assim, para Kinker (2005), o turismo sustentável pode ser entendido como a prática turística desenvolvida em uma determinada área (uma comunidade que faz parte de uma UC, por exemplo) em uma escala que se mantenha viável pelo maior tempo possível, procurando: não degradar ou alterar o meio ambiente de que usufrui ou, ainda, o seu contexto sociocultural; não interferir no desenvolvimento de outras atividades; não

degradar a qualidade de vida da população envolvida; e, busca servir como alternativa para a diversificação da economia local como fonte principal ou complementar da renda da população envolvida.

No entanto, vale ressaltar que o debate sobre sustentabilidade tem sido travado a partir de arranjos analíticos socialmente vazios. Acsehrad (2003) considera que as concepções e os diagnósticos têm se pautado em olhares técnicos alheios à dinâmica da sociedade, reproduzindo noções equivocadas que não contemplam “[...] a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos territorializados [...]” (ACSELRAD, 2003, p.37). Segundo o relatório Brundtland o desenvolvimento sustentável “[...] se propõe a satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a satisfação das necessidades futuras”. Da mesma forma, o Banco Mundial postula que esse modelo alternativo de desenvolvimento visa estabelecer “[...] iguais condições de acesso aos recursos naturais às diferentes gerações” (ACSELRAD, 2003, p.37). Ele chama atenção para o fato que ambos os discursos carregam definições “socialmente vazias e teleológicas”, estabelecidas pela previsão de um cenário que se pretende atingir, sem considerar os processos sociopolíticos que serão o escopo para a projeção do desenvolvimento da “nova” sociedade.

Assim, a necessidade de discutir sustentabilidade sobre a arcabouço das relações sociais é emergente, considerando que não faz sentido tratar de natureza sem sociedade – e vice-versa – e, portanto, remetendo-se a relações entre a sociedade e a base material de sua reprodução. Ora: “(...) não se trata de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e deste ambiente” (ACSELRAD, 2003, p.37). Nesta perspectiva, o desenvolvimento do turismo não possui garantia de sustentabilidade a longo prazo, por vez que são muitos os fatores condicionantes. A exemplo disso, pode ser citado o caso do planejamento turístico para a região Nordeste do Brasil, em que muitos empreendimentos turísticos emergiram rapidamente na década de 1990, da mesma forma que a atividade começou a declinar a partir do início do século XXI. Deve-se considerar que este é um processo de mudanças em que as alterações na utilização dos recursos, a gestão dos investimentos e a orientação do desenvolvimento em nível institucional dependem de uma política socioambiental e turística adequada.

Rodrigues (2006) destaca o dinamismo ao qual a prática turística está subordinada, como característica significativa para suas reflexões. Destaca, também, alguns modelos que procuram ilustrar tal dinamismo, sendo o mais conhecido e divulgado o modelo do ciclo de vida do turismo de Butler (1980). Contudo, na prática muitos destinos turísticos têm apresentado um crescimento rápido, evoluindo para uma “[...] fase de estabilização, seguida por uma retomada em novas bases ou um declínio lento ou rápido, requerendo a aplicação de novas estratégias para sua recuperação [...]” (RODRIGUES, 2006, p.299).

Assim, objetivando uma competição mais expressiva no mercado, criam-se novos produtos que se contrapõem aos modelos em voga até então, caracterizados pelo “turismo de massa”. A nova ordem emergente do mercado turístico “valoriza” e oferece “cultura” e “tradição”. Ratificando a reflexão da autora, vale ressaltar que são aspectos estes fortemente utilizados pelo marketing do turismo rural³⁰ e do ecoturismo, tipologias que têm apresentado crescimento significativo nas duas últimas décadas, rotuladas como segmentos alternativos ao segmento dominante até então, o turismo “sol e praia”. São características deste produto/segmento alternativo:

[...] tratamento personalizado, caseiro artesanal, familiar, hospitaleiro, que inclui “comida da avó”, pães artesanais, cerveja e vinho caseiros, casas restauradas, tecidos naturais, ciclismo, antigas vias férreas e trens restaurados, enfim símbolos plenos de apelos nostálgicos que nos remetem ao passado distante, quando o tempo se escoava lentamente, em oposição aos tempos frenéticos e à agitação das grandes metrópoles [...] (RODRIGUES, 2006, p.300).

Cabe mencionar, ainda, a polaridade entre as esferas do trabalho e do lazer, considerando sua dimensão social e territorial, o que “dificulta sobremaneira a análise mais precisa da natureza das territorialidades turísticas, uma vez que as práticas são cada vez mais imbricadas” (RODRIGUES, 2006, p.300). Verifica-se uma co-presença no mesmo espaço, efetuada por aqueles em situação de trabalho, e por outros, em situação de lazer, como ilustra a foto a seguir. Ainda nesta perspectiva é possível dizer que “os territórios se superpõem subjugados a novas temporalidades” (RODRIGUES, 2006, p.300). Evidentemente, estes fatos ocasionarão desdobramentos considerados de significativa

³⁰O Turismo Rural é entendido como qualquer manifestação do turismo no espaço rural, entretanto, alguns autores questionam a aplicação dessa expressão, estando o “[...] Turismo Rural ligado ao conteúdo rural, excluindo outras formas de turismo no Espaço Rural como, por exemplo, o Ecoturismo e o Turismo de Aventura” (TULIK, 2003, p.11).

repercussão, em aspectos sociais, culturais, políticos, territoriais, ambientais, sendo que os desdobramentos econômicos são, geralmente, os mais estudados. Todavia, a análise dos desdobramentos sociais do turismo tem recebido maior atenção dos estudiosos nos últimos vinte anos, dividindo-se, basicamente, em estudar a demanda turística (os sujeitos que praticam o turismo) e a comunidade receptora (os sujeitos que dão suporte para o turismo acontecer).

Foto 24 – Turistas durante o passeio à Praia Deserta, na Barra do Superagui.



Fonte: FARIAS, janeiro/2007.

Os sujeitos do território de destino “[...] são envolvidos em relações sociais complexas que modificam, de forma dialética o território que se transforma no seu todo ou em partes, o que igualmente irá produzir a transformação do todo [...]” (RODRIGUES, 2006, p.301). Assim, ao considerar a dinâmica territorial como criação/recriação de territorialidades, o resultado é que nada será como antes, ou seja, o turismo irá interferir no cotidiano local em todas as suas dimensões e, portanto, criará novas territorialidades. Ora, observa-se uma complexa trama de relações entre os turistas e a comunidade receptora que “[...] também é heterogênea, segmentada e com interesses diferentes, definindo-se distintas territorialidades [...]” (RODRIGUES, 2006, p.301).

Rodrigues (2006) refere-se à Figueiredo Santos (2002) que trabalha a teoria de campos de Bourdieu (1989 e 1990). Esta teoria propõe uma profunda e consistente análise da experiência turística, na qual “[...] Bourdieu preconiza a interdependência recíproca

entre indivíduos e estruturas sociais, onde o elemento de mediação é o ‘habitus’ [...]” (RODRIGUES, 2006, p.302). Portanto, a categoria de “hábitus” permite entender a articulação entre o sujeito e o objeto, entre interioridade e exterioridade, “[...] enfim conduz à reflexão sobre a construção das territorialidades e ao entendimento da articulação entre o local e o global, imprescindível na análise do turismo” (RODRIGUES, 2006, p.302). O conceito de “habitus” foi (re) trabalhado por Bourdieu (1989 e 1990) em várias das suas obras e, ultrapassando as abordagens deterministas iniciais, passa a ser concebido como agente social.

[...] ou seja, como o sujeito atua, ao mesmo tempo em que sofre a ação do campo social. Para Bourdieu, no “habitus” situam-se as disposições duradouras que se formam na prática da vida social e que se apresentam, ao mesmo tempo, como determinações estruturadas, como resultado do processo histórico e das inter-relações entre os sujeitos, e de disposições estruturantes, enquanto polarizadoras das práticas e das representações individuais e coletivas, delineando nos contextos sociais concretos, as possibilidades de pensamento e de ação (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p.24).

Entende-se, assim, que as condições sociais são interiorizadas pelos sujeitos sob forma de princípios inconscientes de ação e reflexão, de condições de sensibilidade e de entendimento, subordinados à subjetividade. Ou seja, embora haja todo um arcabouço complexo nas relações sociais, o sujeito, ou grupo de indivíduos, é capaz de (re) criar condições socioespaciais, de pensar, escolher e modificar seus modos de vida.

Deste modo, “[...] o que está em jogo são os pontos de vista que os sujeitos sociais possuem do território, a partir da posição que nele ocupam, e das posições de conservação ou mudanças resultantes dos seus embates” (RODRIGUES, 2006, p.303). A autora revela que os estudos empíricos demonstram uma variedade muito grande de contextos do cotidiano impactados pelas práticas turísticas e os resultados finais tendem à homogeneidade, quase sempre indiferentes ao entorno e às condições históricas das comunidades receptoras.

Foto 25 – Turistas fotografando os barcos dos pescadores da Barra do Superagui.



Fonte: FARIAS, janeiro/2007.

Neste contexto, Pearce e Moscardo (2002) apresentaram um interessante estudo teórico entre as consequências do turismo nas comunidades locais, com base na teoria das representações sociais, argumentando que os efeitos provocados pela atividade turística são parte de uma grande representação da forma pela qual os fenômenos sociais são percebidos. “[...] As representações sociais são meta-sistemas complexos do conhecimento diário que perscrutam os valores, crenças, atitudes e comportamentos” (RODRIGUES, 2006, p.304). Todavia, não há um conceito unitário para definir as representações sociais, uma vez que estas se expressam através de um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas no cotidiano. As representações sociais são equivalentes em nossa sociedade aos mitos ou crenças das sociedades tradicionais, podendo ser vistas como uma versão contemporânea do sentido comum (MOSCOVICI, 1981).

Deste modo, Rodrigues (2006) considera o tema do turismo como sendo um tópico interessante ser focalizado sob esta perspectiva, sobretudo, ao se questionar “[...] a razão pela qual as comunidades evoluem entre a posição de perplexidade, de adesão, ou de antagonismo ao turismo [...]” (RODRIGUES, 2006, p.304). A adesão das comunidades receptoras à atividade turística está sempre relacionada à alternativa do processo de inclusão, aos interesses econômicos e potenciais vantagens, enquanto que o antagonismo está diretamente relacionado à exclusão destes aspectos por parte dos moradores locais. Assim, o turismo só será “bem vindo” se for efetivamente voltado aos interesses de quem

realmente faz parte do cotidiano do território receptor, o que se considera de fundamental importância para o desenvolvimento local da atividade e para o benefício das relações sociais como um todo.

Apesar das suas potencialidades, a atividade turística nem sempre tem sido planejada adequadamente, sobretudo no PARNA do Superagui e, por isso, não tem propiciado o devido espaço para a participação popular da comunidade local, muito menos a articulação entre os diversos segmentos sociais envolvidos. Fato este que acabou criando vários conflitos e limitações a uma modelo de desenvolvimento sustentável para o turismo. Este é apenas um exemplo das diversas atividades capitalistas que a sociedade moderna procura mascarar por meio do discurso da sustentabilidade. Ora, não se desqualifica a intenção da utilização planejada dos recursos naturais para o turismo, apenas, vale ressaltar, que a falta de políticas públicas efetivas para coordenar as atividades é tão nociva para a natureza quanto às demais.

Assim, embora existam implicações pela falta de planejamento, o turismo na Barra do Superagui é percebido, pela sua população, como uma atividade necessária, que traria oportunidade de trabalho e renda para a comunidade de Pescadores. Portanto, planejamento eficiente do turismo é entendido como um instrumento para fortalecer a participação dos sujeitos, direta ou indiretamente, em relação à sua prática, como, por exemplo, o diálogo entre os proprietários de pousadas, campings e restaurantes, com os pescadores que alimentam o mercado de pescados e outros indivíduos que ainda não estão inseridos no processo. Ficou evidente o descontentamento dos habitantes da ilha, que alegam pouca participação nas atividades, sendo que a frequência de visitantes foi caracterizada por eles como uma atividade que traz sujeira, lixo e até drogas³¹.

Em relação à EA, verificou-se a inexistência de atividades voltadas aos visitantes da Barra do Superagui e, neste aspecto, vale resgatar o objetivo ao qual se propõe a concepção de UC em relação à visitação e às práticas educativas, mencionado no Capítulo II (página 56). Ou seja, não há planejamento de programas educativos no processo de gestão da

³¹ Neste último caso, vale mencionar que o uso de bebidas alcoólicas, bem como de entorpecentes na ilha, não é um fato que pode ser relacionado diretamente, ou somente, à frequência de visitantes, pois, estes são problemas sociais, oriundos de fenômenos que não serão trabalhados neste momento, uma vez que este não é objetivo desta pesquisa.

Unidade e nenhum controle sobre o uso público do PARNA do Superagui, premissas fundamentais previstas pelo SNUC para a eficiência da gestão ambiental das UCs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as UCs são territórios que se constituem como um dos instrumentos preconizados pela Política Nacional do Meio Ambiente (Brasil, 1981a, Art. 4º, I), cujo objetivo fundamental é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, buscando a sustentabilidade ambiental. O propósito da sustentabilidade baseia-se na pretensão de harmonizar o desenvolvimento com a proteção ambiental, permitindo, ao longo do tempo, a permanência de características ambientais no sistema sócio-político. No entanto, como já fora mencionado nesta dissertação, o debate sobre sustentabilidade tem sido a partir de arranjos analíticos desprovidos do contexto social. As concepções e os diagnósticos têm se pautado em olhares técnicos alheios à dinâmica da sociedade, reproduzindo noções equivocadas que “[...] não contemplam a diversidade social e as contradições que perpassam a sociedade quando está em jogo a legitimidade de diferentes modalidades de apropriação dos recursos territorializados [...]” (ACSELRAD, 2003, p.37). Ou seja, o que se verifica é uma gama de discursos e projeções pautados em uma concepção de sustentabilidade que, inerente dos processos e das relações socioambientais que permeiam a sociedade, acabam por resgatar aspectos de uma então ultrapassada concepção biocêntrica da relação sociedade-natureza.

Terborgh e Peres (2002) destacam que um dos problemas mais difíceis enfrentados pela gestão dos parques é a presença de moradores dentro das delimitações territoriais das áreas protegidas. Para eles, os residentes das UCs “[...] representam uma ameaça séria à biodiversidade de qualquer parque, quando seus meios de vida são derivados dos recursos da área protegida” (TERBORGH e PERES, 2002, p.334). Este discurso justifica-se por meio de pesquisas que, segundo os autores, confirmam que os seres humanos e a natureza são “incompatíveis”, exceto quando as atividades antrópicas seguem um estilo de vida “pré-moderno de baixo impacto”. Os referidos autores não trazem maior descrição sobre o que seria este estilo de vida de baixo impacto. Mas, através desse argumento, percebe-se

que muitos trabalhos abordaram a questão sobre a sustentabilidade e a gestão das UCs de forma equivocada, desconhecendo os ritmos e as técnicas utilizadas pelas populações tradicionais ao estabelecer uma relação de produção por meio do extrativismo dos recursos naturais das áreas protegidas em que estão inseridas. Ora, esta concepção fortalece ainda mais a dicotomia entre homem-natureza.

Assim, têm-se dois temas paradoxais centrais que foram evidenciados nesta pesquisa: (I) de um lado, as populações inseridas nas UCs “lutam”, cotidianamente, para sobreviver em áreas protegidas, a partir de técnicas tradicionais e artesanais que causam consequências ao ambiente em que vivem significativamente distintas dos impactos ambientais causados pela sociedade urbano-industrial. (II) de outro lado, as sociedades ditas “modernas” tendem a estabelecer mecanismos de proteção, através do sistema das UCs, aos ecossistemas que foram ameaçados ao custo do seu próprio desenvolvimento, através de uma batalha política onde as populações tradicionais são as mais prejudicadas. Para Diegues (2000), este paradoxo reflete a necessidade de repensar as formas protecionistas da natureza adotadas nos trópicos, sobretudo, no Brasil. Não se pode admitir que a população caçara, por exemplo, seja reprimida e desprovida de sua cultura, em prol do desenvolvimento sustentável, nos parâmetros do sistema capitalista que não considera as diferenças dos ritmos e das técnicas de produção, e que nada mais é, da forma como está, do que uma estratégia de subversão das comunidades tradicionais pela sociedade industrializada.

O estudo de caso realizado no PARNA do Superagui evidencia esta afirmação da contradição e dos conflitos existentes entre a proteção de ecossistemas ameaçados pelo desenvolvimento capitalista e a mutilação das condições tradicionais de apropriação dos recursos naturais territorializados em áreas de proteção ambiental. A EA Emancipatória é entendida como um processo eficaz para mitigar os conflitos da gestão ambiental nas UCs. Porém, como transcender a barreira entre as populações locais e as instituições responsáveis pela gestão das Unidades, impasse que fora criado junto aos mecanismos do SNUC desde sua efetivação? O diagnóstico demonstrou que um programa pautado nas premissas da EA Emancipatória poderia abordar elementos embasados na própria tradição caçara, com vistas a fortalecer a identidade da comunidade da Barra do Superagui com o ambiente natural do Parque, além de resgatar a experiência da cidadania através da

efetivação política de representantes populares que reivindicariam os interesses da coletividade e que poderiam denunciar o paradoxo gerado pela ineficiência do SNUC ao gerir as áreas naturais protegidas.

Certamente, não se trata de uma tarefa fácil, visto que a população da Barra do Superagui sente-se arredia quanto às propostas levantadas por parte do IBAMA e das ONGs. Segundo os relatos dos moradores, trata-se de iniciativas que não se efetivaram ou que não trouxeram maiores resultados para a melhoria das condições de vida na vila de Pescadores. O propósito fundamental deste trabalho se concentrou na análise das atividades de EA na Barra do Superagui como forma de avaliar as necessidades e as propostas educativas, sobretudo, no que se refere às práticas adotadas junto à comunidade, no contexto de valorização social, de conservação e de preservação do patrimônio histórico, cultural e natural da Ilha. Portanto, vale destacar que as atividades de EA apresentadas nesta dissertação demonstraram a falta de comprometimento político e de gestão efetiva do PARNA do Superagui em relação aos conflitos socioambientais locais. Esta questão não diz respeito aos poucos funcionários que estão fazendo o que podem para manter ativa a sede do órgão administrativo do Parque, mas sim, procura manifestar a responsabilidade que cabe ao SNUC, ao se fazer efetivo por meio de ações que considerem a relação entre as populações tradicionais e as políticas conservacionistas das áreas naturais protegidas.

Quanto ao papel das ONGs em relação à EA na Barra do Superagui ficou evidente o distanciamento entre as propostas padronizadas levadas à comunidade caiçara e os conflitos socioambientais que configuram a gestão do PARNA do Superagui. Percebe-se que a EA fomentada pela maioria das instituições não-governamentais na Ilha não abordam os princípios básicos que tal prática educativa está intrinsecamente vinculada, como, por exemplo, a ação política e o fortalecimento da identidade local coletiva para subsidiar propostas que busquem minimizar os conflitos que permeiam a vila de Pescadores. Esta pesquisa apresentou alguns aspectos que poderão ser considerados para a eficiência do processo de EA no PARNA do Superagui, principalmente, na Barra do Superagui, com vistas a mitigar os conflitos locais e ressaltando a necessidade de programas efetivem a conservação e preservação dos elementos histórico-culturais, sociais e biofísicos do Patrimônio Histórico-cultural e Natural da Humanidade – também considerado como Reserva da Biosfera do Bioma da Mata Atlântica, mas que, sobretudo, é o lar de milhares

de caixas que resistem às intempéries políticas promulgadas pelo SNUC em prol do desenvolvimento sustentável da sociedade urbano-industrial.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz N. **(Re)Conceituando a Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: CNPQ: MAST, 1991.

ACSELRAD, Henri. **Sustentabilidade e desenvolvimento: modelos, processos e relações**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase, 2. ed., 2003. 68 p. (Série Cadernos de Debate, nº 4).

ANGULO, Rodolfo José. **Geologia da Planície Costeira do Estado do Paraná**. 1992, 334p. Tese (Doutorado em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

ARRUDA, Rinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação, novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

BAUAB, Fabrício Pedroso. Três Imagens de Natureza. In: ALVES, Adilson Francelino de. FLÁVIO, Luiz Carlos. SANTOS, Roseli Alves dos. (Org.). **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005, p. 73-92.

BECKER, Berta. ... [*et al.*]. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BIGARELLA, João José. SALAMUNI, Riad. Sinótese da Geologia do Estado do Paraná. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, v. 7, n. 3/4, p.5-21, jul./dez, 1957.

BOISIER, Sergio. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. In: **Revista Interacciones**. Campo Grande, 2001, vol. 2. n. 3.

BORELLI, André Luis de Almeida. ITO, Claudemira Azevedo. Geografia e turismo, processo de criação e remodelação de paisagens e espaços, enfoques e perspectivas sobre São José do Rio Preto-SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS – “SETENTA ANOS DA AGB: AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO E A GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI”, 6., 2004, Goiânia, **Anais...** Goiânia: UFG.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

BOUTIN, Leônidas. Superagüi. In: **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba: IHGP, v. 40. 1983.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial**, Brasília, abril/1999.

BUTLER, R.W. The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management resources. In: *Canadian Geographer*, 1980, n. 24, p. 5-12.

CABRAL, Nájila Rejanne Alencar Julião. SOUZA, Marcelo Pereira de. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. São Carlos: RiMa, 2005.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Unidades de Conservação, ecoturismo e ensino de Geografia. **Revista Formação**, Presidente Prudente: UNESP, n.7. p. 25-38, 2000.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. FARIAS, Ariadne Sílvia de. Lazer e Turismo no Sudoeste do Paraná: Modalidades e Potencialidades. In: ALVES, Adilson Francelino... [et al.]. **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão/Pr: UNIOESTE, 2005.

CAPRA, Fritjof. Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do século 21. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

_____. **As Conexões Ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARTA IMAGEM TM LANDSAT. **Unidades de Conservação Federais do Brasil: Parque Nacional do Superagüi**. Disponível em: <<http://www.brazadv.com/images/superagui>>. Acesso: 05 jun/2007.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. Geografia e Complexidade. In: **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. n.34, 1999a, Universidad de Barcelona. <<http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>>. p. 1-43.

_____. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). In: **Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, n.34, p.32, 1997a, Universidad de Barcelona. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-34.htm>>.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

CATTANEO, Dilermano. **Identidade Territorial em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental**. 2004, 114p.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. **Desenvolvimento Sustentável: o paradigma territorial a partir do conceito de espaço vital de Friedrich Ratzel (1844 – 1904)**. 2000, 99p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2000. Disponível em: <<http://btd.unisc.br/Dissertacoes/Rosmari.pdf>>.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. A inserção da Geografia Física na política de desenvolvimento sustentável. In: **Revista Geografia**, Rio Claro/SP, v. 18, n. 1, 1993. p. 1-22.

DAVENPORT, Lisa. RAO, Madhu. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, John. [et al.] (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. Cultura e meio-ambiente na região estuarina de Iguape-Cananéia- Paranaguá. In: PIMENTEL, Alexandre, GRAMANI, Daniella, CORRÊA, Joana (Org.). **Museu Vivo do Fandango**. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Etnoconservação, novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DREW, David. **Processos interativos homem - meio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FARIAS, Ariadne Sílvia de. O ecoturismo como instrumento para a Educação Ambiental. In: Seminário de Pesquisas e Extensão e Colóquio de Iniciação Científica do Centro de Ciências Humanas da UNIOESTE, 2. e 3., 2005, Francisco Beltrão. **Anais...**, Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

_____. CANDIOTTO, Luciano Zentti Pessoa. Geografia e Turismo: análise geográfica do turismo. In: Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia. 10. UFPR/Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2005.

_____. CARRIJO, Beatriz Rodrigues. Turismo Sustentável e Educação Ambiental: estudo de caso do Parque Nacional do Iguaçu/PR. In: ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DIVERSIDADE, SUSTENTABILIDADE E COOPERAÇÃO EM REDES, 9., 2006, Guarapuava. **Anais...** Guarapuava: UNICENTRO.

_____. FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. Breves considerações sobre Educação Ambiental. In: Encontro de Geografia da UNIOESTE e Encontro de Geografia do Sudoeste do Paraná. 12. e 6., 2007, Francisco Beltrão. **Anais...**, Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2007.

FIGUEIREDO SANTOS, J. M. **Turismo – mosaico de sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística.** Lisboa: Colibri, 2002.

FLORIANI, D. KNECHTEL, M.R. **Educação Ambiental: epistemologia e metodologias.** Curitiba: Vicentina, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais.** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2002.

GUARIDO, Thiago. **O “Redescobrimto” do Superagüi.** 2005, 73p. Monografia (Bacharel em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** São Paulo: Papirus, 1995.

GUISAN, Marjolaine; LAMBERT, Françoise. **William Michaud lettres, dessins et aquarelles d’un émigrante vaudois au Brésil.** Montreux: Imprimerie Corbaz SA, 2002.

GUTIERREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária.** São Paulo: Cortez, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. 10. USP/São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005.

_____. **O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEEMANN, Ademar. **Natureza e ética: dilemas e perspectivas educacionais.** 3. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11**. Brasil: Positivo Informática Ltda., 2004.

IAPAR. **Cartas Climáticas do Paraná**. Disponível em: <http://200.201.27.14/Sma/Cartas_Climaticas/Classificacao_Climatica.htm>. Acesso em: jan/2009.

IBAMA. **Unidades de Conservação do Brasil**. Brasília: IBAMA, 1989.

IBAMA ON LINE. **Parque Nacional do Superagüi**. Disponível em: <<http://www.guaraquecaba.com/superagui.asp>>. Acesso em: out/2008.

IPARDES. **Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. Curitiba, 1997. Versão preliminar. Convênio IPARDES/IBAMA. v. 1.

IUCN/PNUMA/WWF (1991). **Cuidar de la Tierra. Estrategía para el futuro de la vida**. Gland, Suíça.

JACOBI, Pedro. Prefácio. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. LAYRARGUES, Philippe Pomier, DE CASTRO, Ronaldo Souza. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

JASTER, C. B. A vegetação no Parque Nacional do Superagüi – tipos, dinâmica e relações com o meio ambiente. **Cadernos do Litoral**, v. 3, p.10-12, 2000.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.

LARVA MIGRANS. **Wikipédia: A Enciclopédia Livre**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Larva_migrans>. Acesso em: junho/2009.

LAYRARGUES, Philippe, Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronaldo Souza de. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental, Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEONARDI, Maria Lúcia. A educação ambiental como um dos processos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997. p. 391-408.

LICHTSTEINER, Nilva. Memória e narrativa através das cartas de William Michaud (1848 – 1902). In: **Revista de Monografias de História**. n. 2. 71p. Universidade Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_2/pdf/8_nilva_lichtsteiner.pdf>.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. LAYRARGUES, Philippe Pomier, DE CASTRO, Ronaldo Souza. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Luciana de Lima. Nossos Clássicos - Friedrich Ratzel. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, RJ, 2004. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/rev_05/friedrich5.pdf>.

MENDONÇA, Francisco de Assis. A. **Geografia e Meio Ambiente**. 8. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

MINEROPAR. **Geologia do Paraná**. Mapa Principais Unidades Geológicas. Disponível em: <<http://www.mineropar.pr.gov.br>>. Acesso em: jan/2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **O método I: a natureza da natureza**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOSCOVICI, Serge. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. M. MOSCOVICI, S. (Org.). **Social Representations**. Cambridge: University of Cambridge, 1981.

NIEFER, Inge Andrea. **Análise do Perfil dos Visitantes das Ilhas do Superagüi e do Mel: Marketing como Instrumento para um Turismo Sustentável**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

PEARCE, P. L. MOSCARDO, Gianna. Análise do turismo comunitário – fazendo as perguntas certas. In: PEARCE, D. BUTLER, R. W. (Org.). **Desenvolvimento do turismo. Temas contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2002.

PEDROSO JR, Nelson Novaes. **Etnoecologia e Conservação em Áreas Naturais Protegidas: incorporando o saber local na manutenção do Parque Nacional do Superagüi**. 2002, 76p. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2002.

_____. SATO, Michele. **Percepção da fauna terrestre e conservação no Parque Nacional de Superagüi através da educação ambiental**. Disponível em <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev21/nelson_michele.htm>. Acesso em junho/2007.

PIMENTEL, Alexandre, GRAMANI, Daniella. CORRÊA, Joana (Org.). **Museu Vivo do Fandango**. 1. ed. Rio de Janeiro: Associação Cultural Caburé, 2006.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **A abordagem naturalista na Educação Ambiental. Uma análise dos Projetos Ambientais de Educação em Curitiba**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 32-107.

_____. **Las Razas Humanas**. v.1. Barcelona: Montaner y Simon, 1888.

RODERJAN, Carlos Vellozo. KUNIYOSHI, Yoshiko Saito. **Macrozoneamento Florístico da Área de Proteção Ambiental – APA de Guaraqueçaba**. Curitiba: FUPEF, 1988. Série Técnica n.15.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e Territorialidades Plurais – Lógicas Excludentes ou Solidariedade Organizacional. In: DE LEMOS, Amalia Inés Geraiges. ARROYO, Mónica SILVEIRA, María Laura. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Unviersidade de São Paulo, 2006, p.297-315.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHERER, Emílio C. **Michaud: o pintor de Superagüi**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1988.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza em Marx**. México, Siglo XXI, 1976.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORRENTINO, Marcos. **Formação do educador ambiental: um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Educação) - USP. São Paulo, 1995.

SPVS. **Plano Integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. v.1, Curitiba, 1992.

_____. **Ecoturismo de base comunitária**. Curitiba, 1999.

TERBORGH, John. PERES, Carlos A. O Problema das pessoas nos parques. In: TERBORGH, John. [et al.] (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

TERBORGH, John. VAN SCHAIK, Carel. Por que o mundo necessita de parques. In: TERBORGH, John. [et al.] (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **La educación ambiental: las grandes orientaciones de La Conferencia de Tbilisi**. Paris: Unesco, 1980.

VAN SCHAIK, Carel. RIJKSEN, Herman D. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. In: TERBORGH, John. [et al.] (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. Da UFPR / Fundação O Boticário, 2002.

VESENTINI, José W. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1988.

VIVEKANANDA, Guadalupe. **Parque Nacional do Superagüi: a presença humana e os objetivos da conservação**. 2001, 102p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

VLACH, Vania Rubia Farias. Uma Introdução à Geopolítica Clássica: De Ratzel a Haushofer. **Anais...** II Simpósio Regional de Geografia, 2003, Uberlândia. Perspectivas para o Cerrado no Século XXI, 2003. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/2srg/4/4-81.pdf>>.

VOLPATTO, Rosane. **O povo dos sambaquis**. Disponível em <http://www.rosanevolpatto.trd.br/sambaquis>. Acesso: 10 jun/2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PARNA DO SUPERAGUI NO BRASIL

(Fonte: IBAMA)

ANEXO B
SISBIO – IBAMA
(Autorizações 2008 e 2009)